



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

RAQUEL NORONHA BONANÇA

**DISCURSO NEOLIBERAL E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO
DISCURSO EMPRESARIAL**

**CAMPINAS,
2020**

RAQUEL NORONHA BONANÇA

**DISCURSO NEOLIBERAL E GÊNERO: UMA ANÁLISE DO
DISCURSO EMPRESARIAL**

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título de Doutora em
Linguística.**

Orientadora: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana

**Este exemplar corresponde à versão
final da Tese defendida pela aluna
Raquel Noronha Bonança e orientada
pela Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi
Fontana.**

**CAMPINAS,
2020**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

N789d Noronha, Raquel, 1983-
Discurso Neoliberal e gênero : uma análise do discurso empresarial /
Raquel Noronha Bonança. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Mônica Graciela Zoppi Fontana.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Análise do Discurso. 2. Feminismo. 3. Neoliberalismo. 4. Trabalho. I.
Zoppi-Fontana, Mônica. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Neoliberal discourse and gender : an analysis of business
discourse

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis

Feminism

Neoliberalism

Work

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Mônica Graciela Zoppi Fontana [Orientador]

Luciana Nogueira

Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Ângela Maria Carneiro Araújo

Dantielli Assumpção Garcia

Data de defesa: 27-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-5928-4816>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1400372413230545>



BANCA EXAMINADORA:

Mónica Graciela Zoppi Fontana

Luciana Nogueira

Sóstenes Ericson Vicente da Silva

Angela Maria Carneiro Araujo

Dantielli Assumpção Garcia

**IEL/UNICAMP
2020**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

são os tempos que mudam,
são os velhos que em cada hora envelhecem um dia,
é o trabalho que deixou de ser o que havia sido,
e nós que só podemos ser o que fomos,
de repente percebemos que já não somos necessários no mundo
(José Saramago, *A Caverna*)

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo, *Poemas da recordação e outros movimentos*)

*às grandes mulheres da minha vida: minha mãe, Bete, e à minha irmã, Débora, mulheres de
fibra e muita garra;
às minhas filhas, Maria Luísa e Julieta, para que aprendam com os exemplos, erros e acertos
das mulheres que vieram antes e possam ir além;
a meu pai, Nilton, e a meus irmãos, Eduardo e Pedro, pela admiração recíproca;
e ao meu companheiro, Marcus, pela presença amorosa no percurso dessa tese e na vida.*

AGRADECIMENTOS

em assuntos do coração e do sentir,
sempre o demasiado foi melhor que o diminuído.
(SARAMAGO,2000, p. 87).

Agradeço a Mónica Zoppi, minha orientadora, pela carinhosa acolhida, pela confiança em me propor este tema e pela orientação precisa e clara.

Agradeço às pesquisadoras e pesquisadores do grupo Mulheres em Discurso pelas leituras e trocas. Foi muito importante tê-las e tê-los por perto ao longo desta caminhada. Obrigada Glória França, Mariana Cestari, Tyara Veriato, Larissa Fontana, Welton da Silva, Karine Medeiros, Beatriz Bagagli, Gabriella Hollas, Sheilla Resende, Fernanda Pereira e Maria Fernanda Moreira.

Agradeço, em especial, à amizade e parceria da Laís Medeiros. Foi muito importante essa interlocução na reta final da tese. E à querida Tyara, pela parceria na organização dos eventos do grupo.

Agradeço à Luciana Nogueira pela leitura precisa e cuidadosa na qualificação. Por todos os apontamentos que fez, pelas preciosas sugestões de leitura e por sua carinhosa amizade.

Agradeço ao Sóstenes pela leitura cuidadosa na qualificação, por todas sugestões e apontamentos feitos. E por se prontificar a acompanhar o desenvolvimento final da tese se dispondo a vir à Campinas para acompanhar minha defesa em plena época de carnaval. Obrigada!

Agradeço ao professor Lauro pelas trocas em suas aulas, essenciais para que eu iniciasse essa pesquisa.

Agradeço à professora Sheila Elias pela orientação de área em Semântica. Foi um trabalho conjunto prazeroso e que contribuiu muito no meu percurso.

Agradeço a Daniel Costa, economista amigo, que me explicou um pouco da história do neoliberalismo.

Agradeço às companheiras, Débora Santana, Paloma Soares, Ingrid Stocker e Cíntia Vanessa, pela parceria e reflexões.

Agradeço à Carolina Scartezini por me abrir um mundo de magia e possibilidades.

Agradeço às funcionárias e funcionários da secretaria de pós-graduação pelo intenso trabalho para que as coisas aconteçam! Obrigada, Cláudio, Rose, Miguel e Raiça.

Agradeço ao meu pai pelos nossos reencontros que permitiram que você acompanhasse esse meu trabalho e por sua disposição em fazê-lo.

Agradeço o carinho dos meus irmãos Eduardo e Pedro e da minha irmã, Débora.

Agradeço à minha mãe que nunca diretamente se pensou como feminista, mas sempre foi meu principal exemplo de feminismo.

Agradeço à querida Flávia Risaliti! Por muitas coisas, mas principalmente, pela amizade e carinho!

Agradeço meu querido companheiro, Marcus, pela sua amorosa presença e apoio em todo este percurso.

Agradeço à paciência das minhas filhas, Maria Luísa e Julieta. Não é fácil, em especial nesse momento em que fiz minha tese, ter pais engajados na produção científica do país. Espero que tenha servido de inspiração para mostrar que só a luta nos garante direitos!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. A quem agradeço a concessão da bolsa de doutorado e o financiamento da ciência brasileira em geral. Com sinceros votos de vida longa à ciência brasileira! Citando Drarwin em seu famoso livro “A origem das espécies“, “ser-se-ia, enfim, obrigado a admitir que estas grandes e bruscas transformações não deixaram no embrião vestígio algum da sua ação.Ora, admitir tudo isto, é, julgo eu, deixar o domínio da ciência, para entrar no dos milagres” (2003 [1859], p. 272).

RESUMO

A partir do lugar teórico e analítico da Análise do Discurso, pretendemos compreender a relação entre gênero e discurso neoliberal pensando nos efeitos de relacionar um discurso sobre a mulher no interior da formação discursiva do discurso neoliberal. Para tanto, analisaremos os discursos empresariais veiculados em sites de grupos empresariais olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia ou que promovam eventos para falar da importância de haver mais mulheres nas equipes de decisão. Olhamos também agrupamentos compostos com o objetivo de promover uma administração mais paritária, assim como reportagens de grupos midiáticos que expliquem/ justifiquem a presença de mulheres em espaços de liderança no ambiente empresarial. Interessa-nos pensar a construção de um imaginário sobre a mulher-empREENDEDORA observando como a mulher é discursivizada. Nossa questão se dá a partir da possibilidade de, no português, a desinência dos substantivos e adjetivos no masculino funcionar como genérico/ neutro e o contraste com a marcação do feminino no discurso empresarial, evidenciando uma *falha* nessa pretensa neutralidade. A marcação no feminino é efeito do atravessamento do discurso neoliberal pelos estudos de gênero, em especial aqueles que denunciam a divisão sexual do trabalho. Trazemos alguns desses estudos para compreendermos essa formulação que não projeta uma *neutralidade*, mas que *evidencia* as diferenças, marcando o gênero do *agente econômico* desse discurso, ao mesmo tempo em que produz efeitos em relação ao uso da desinência no masculino como neutro, evidenciando a posição-sujeito projetada por essa pretensa neutralidade. Observamos que, no mercado de trabalho, a mulher é colocada em relação ao homem, no entanto, não ocorre o mesmo com o homem, cuja presença não precisa ser justificada. É justamente por marcar a diferença (em relação ao homem) que a mulher pode ser incluída, para preencher possíveis lacunas e otimizar o lucro dos negócios. Dessa forma, a inclusão é feita a partir da lógica capitalista visando otimizar os lucros. O efeito é de generalizar os benefícios em relação à igualdade, mas situando-os, não em relação à mulher, mas em relação ao capital. Nesse estudo, comparamos o discurso neoliberal (DNL), que funciona pela dispersão (GUILBERT, 2011) promovendo “uma visão empreendedora e puramente econômica da vida” e torna “produtivo, no sentido econômico, aquilo que não o pode ser” (*Ibidem*, p.15), ao discurso neoliberal atravessado pelas questões de gênero (que chamamos de DNL/gênero) para pensarmos as contradições que o atravessamento pelo gênero impõe ao discurso neoliberal. Nossa tese é que a flexão de gênero do *agente econômico* do discurso neoliberal produz uma inflexão e um deslocamento na formação ideológica do neoliberalismo.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Feminismo; Neoliberalismo; Trabalho; Metáfora

ABSTRACT

Our aim is to understand the relationship between gender and neoliberal discourse, in particular the effects of relating the discourse about women and the discursive formation of neoliberal discourse, using the theoretical and analytical apparatus of Discourse Analysis. To this end, we look at business discourses on corporate group websites seeking policies to include women in leadership positions or to promote events talking about the importance of having more women on decision-making teams. We also look at compound groups of companies with the aim of promoting equality of gender in administration and news from the press that explain/ justify the presence of women in leadership spaces in the business environment. We are interested in thinking about the construction of an imaginary about the enterprising woman, observing how the woman is *discursivized*. Our question arises from the possibility that, in Portuguese, the ending of nouns and adjectives in masculine function are generic/ neutral, in contrast with the marking of the feminine in business discourse evidencing a flaw in this alleged neutrality. The feminine marking is an effect of how neoliberal discourse is crossed by gender studies, especially those that denounce the sexual division of labor. We try to understand this formulation that does not project a neutrality, but that highlights the differences by marking the gender of the economic agent of this discourse, while producing effects regarding the use of the ending in masculine as neutral, highlighting the position -subject designed by this so-called neutrality. We note that, in the labor market, women are placed in relation to men, however, the same does not occur to men, whose presence doesn't need to be justified. It is precisely because of the difference (in relation to men) that women can be included, to fill possible gaps and optimize business profitability. Thus, the inclusion is made from the capitalist logic in order to optimize profits. The effect is to generalize the benefits in relation to equality, but to situate them, not in relation to women, but in relation to the capital. In this study, we compare the neoliberal discourse (DNL), which works by dispersion (GUILBERT, 2011) promoting "an entrepreneurial and purely economic view of life" and makes "productive in the economic sense what cannot be" (*Ibidem*, p.15), to neoliberal discourse crossed by gender issues (which we call DNL / gender) to think about the contradictions that gender issues impose on neoliberal discourse. Our thesis is that the gender flexion of the economic agent of neoliberal discourse produces an inflection and a shift in the ideological formation of neoliberalism.

Keywords: Discourse Analysis; Feminism; Neoliberalism; Labor; Metaphor

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Um início.....	13
Mulheres e poder no Brasil.....	18
Organização	22
CAPÍTULO 1 – UMA TEORIA MATERIALISTA DA LÍNGUA.....	24
1.1 A Análise de Discurso	25
1.2 Análise de Discurso e Linguística	28
1.3 O sujeito.....	31
1.4 No fio do discurso	33
1.4.1 Interdiscurso	34
1.4.2 As condições de produção	35
1.4.3 <i>Corpus</i> discursivo	38
1.5 Metáfora e Metonímia	42
1.6 Análise do discurso neoliberal: o gênero como questão.....	45
1.7 Objetivos.....	48
CAPÍTULO 2 – O DISCURSO NEOLIBERAL.....	50
2.1 - Condições de produção do discurso neoliberal	51
2.1.1 O surgimento da classe operária e a marginalização do trabalho da mulher.....	54
2.1.2 Neoliberalismo no Brasil	55
2.1.3 Neoliberalismo como razão	59
2.1.4 O trabalho no capitalismo neoliberal.....	60
2.2 O discurso neoliberal	71
2.2.1 Discurso empresarial como corpus.....	75
2.2.2 A temporalidade do discurso neoliberal	80
CAPÍTULO 3 – ESTUDOS SOBRE GÊNERO	84
3.1 O não neutro do gênero	85
3.2 Sobre a divisão sexual do trabalho	89
3.2.1 A ordem capitalista e gênero	90
3.2.2 O trabalho doméstico.....	92
3.2.3 O trabalho reprodutivo	93
3.2.4 O ideal de igualdade	95
3.2.5 A institucionalização do feminismo	97
3.3 Gênero como questão	100
3.3.1 Por que incluir mulheres.....	101
3.3.2 A diferença e a diversidade	103
CAPÍTULO 4 – DISCURSO NEOLIBERAL E GÊNERO.....	106

4.1 A mulher no mercado de trabalho	108
4.1.1 O sujeito do DNL/gênero	113
4.1.2 Lugar de enunciação.....	115
4.2 Efeitos do interdiscurso no DNL/gênero	122
4.2.1 DNL/gênero e maternidade	124
4.3 A temporalidade do DNL/gênero	127
4.3.2 Metáforas de insucesso.....	130
4.3.3 À margem da margem	134
4.3.4 Metonímias sociais	136
4.4 Questão de Estado	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
Considerações particulares	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

INTRODUÇÃO

“essa americanização das condições da pesquisa em ciências humanas leva paradoxalmente a reativar no nível das universidades e das formações de pesquisa o fantasma do “livre jogo da concorrência” e o espírito da livre iniciativa, no momento mesmo em que a liberdade de investigação está em realidade diretamente ameaçada, através do dismantelamento e da submissão do setor público.”

(PÊCHEUX, 2011 [1976], p. 236)

A epígrafe retirada do texto de Pêcheux “Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais” publicado, originalmente, em 1976, na França, transpõe tanto a distância física em relação aos fatos sociais que levaram Pêcheux a escrever este texto, assim como supera a passagem do tempo permanecendo, assombrosamente, atual. Em um momento de incertezas e cortes, vemos as Ciências Humanas sendo relegadas a defender exaustivamente seus estudos e sua relevância. Nessa lógica, a falácia é que muitos dos estudos feitos nos departamentos das Ciências Humanas e Sociais poderiam ser rejeitados sem que isso fizesse falta ao conhecimento desenvolvido nas universidades brasileiras. Voltando à epígrafe desta introdução vemos que não há nada de novo sob o sol, é apenas um modo de desviar problemas reais, políticos para responder a interesses econômicos. Um trabalho como este, que traz uma discussão em relação ao funcionamento do discurso neoliberal que permeia variadas atividades, não se restringindo à economia, pensando o atravessamento deste discurso pelas questões de gênero, mostra a atualidade de um funcionamento ideológico que seria facilmente e convenientemente ignorado em detrimento de uma discussão tão profícua e necessária com a qual procuramos contribuir.

Um início...

Quando comecei meu doutorado, no início de 2015, questionava-me com o fato de revistas como a Forbes ter dois tipos de rankings de mais poderosos do mundo: um de *pessoas* mais poderosas do mundo; e o outro de *mulheres* mais poderosas do mundo. Para mim era uma questão entender o funcionamento discursivo que produz uma distinção entre *pessoas* e

mulheres, sendo que na lista de *pessoas* há (poucas)¹ mulheres. O que significaria, então, ter uma lista dedicada exclusivamente às mulheres? O objetivo dessa tese é analisar, pela perspectiva da Análise do Discurso materialista, discursos empresariais veiculados em sites de grupos empresariais, olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia ou que promovam eventos para falar da importância de haver mais mulheres nas equipes de decisão; olhando também agrupamentos compostos com o objetivo de promover uma administração mais paritária; e reportagens de grupos midiáticos que expliquem, justifiquem a presença de mulheres em espaços de liderança no ambiente empresarial.

A princípio, o *corpus* formado respondia à questão em relação aos discursos empresariais sobre a mulher, para saber como a mulher estava sendo discursivizada. Na medida em que fazíamos os recortes e construíamos o *corpus* desse trabalho, percebemos que, para além de procurar compreender os discursos sobre a mulher era necessário compreender o funcionamento do discurso neoliberal, uma vez que estávamos olhando para mulheres sendo incluídas/ se incluindo em altos cargos de chefia do mercado de trabalho em um contexto econômico e socialmente permeado pela lógica neoliberal. Nesse sentido, o objetivo passou a ser compreender a relação entre gênero e o discurso neoliberal pensando nos efeitos de relacionar um discurso sobre a mulher no interior do discurso neoliberal, que não se restringe às questões econômicas, mas legisla sobre todas as questões atuais, constituindo uma “evidência invisível” a qual “se vê mas não se percebe” (GUILBERT, 2011, p. 31).

Em relação às listas mencionadas, a presença de mulheres nas listas das “pessoas mais poderosas” é bastante reduzida. Em 2015, por exemplo, das 50 pessoas mais poderosas do mundo, 5 eram mulheres, sendo a quarta delas a ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Em 2018², segundo a Forbes, entre os 50 mais poderosos do mundo 3 eram mulheres, mas nenhuma dessas era brasileira. Ao contrário do que um imaginário sobre a progressão da igualdade de gênero poderia levar a supor, o número de mulheres caiu.

A seguir, trazemos um *recorte* para começarmos a analisar, desde a apresentação deste trabalho, a maneira pela qual a mulher está sendo discursivizada no discurso empresarial. Dizemos *recorte* remetendo à ideia de um *todo*: “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p.14). A partir desse

¹ Em 2018, das 75 pessoas mais poderosas do mundo segundo a Forbes, 5 são mulheres. Dessas, nenhuma é brasileira, o único brasileiro da lista era o então presidente Michel Temer.

² Em 2016, ano do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, foi a primeira vez, desde que a lista foi criada, que o Brasil ficou fora da lista de pessoas mais poderosas do mundo, o mesmo ocorreu em 2017. Apenas em 2018, o Brasil volta à lista com o então presidente Michel Temer.

recorte, mobilizamos a língua para compreender as condições de produção (PÊCHEUX, 1997 [1969]) desse discurso no sentido de compreendermos o “processo discursivo” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 180), possibilitando-nos entender o sentido como histórico.

R1: Você sentiu o mundo tremer? O poder mudou em todo o globo neste ano, quando as **mulheres** derrubaram os muros e galgaram posições mais significativas. Com isso, vimos uma nova classe de líderes disruptivas tomando lugares na nova edição do ranking **As Mulheres Mais Poderosas da FORBES**. Mas também vemos várias mulheres no topo cujo poder está sendo desafiado. O meio do caminho é onde a coisa está se tornando mais interessante. Elas estão dando passos largos e pavimentando suas trajetórias para o escritório da esquina – ou o seu próprio escritório – em posições mais altas de **liderança**. Nunca houve tanta luz sobre as líderes do sexo feminino e a necessidade de diversidade. De #MeToo e #TimesUp a ‘We Too’, um termo usado recentemente para descrever a ascensão das vozes das mulheres nas Nações Unidas em 2018, elas estão se mobilizando para que mudanças ocorram. As mulheres dessa 15ª lista estão entre as mais duronas e inteligentes que o mundo tem hoje. Elas estão criando soluções para alguns dos maiores problemas do mundo e deixando sua marca na humanidade. Você sentiu o mundo tremer? O poder mudou em todo o globo neste ano, quando as **mulheres** derrubaram os muros e galgaram posições mais significativas. (Forbes: 10 mulheres mais poderosas do mundo de 2018, 4/ Dezembro/2018)³.(grifos nossos)

O empreendedorismo foi uma entrada de poder para as mulheres que *pavimentaram suas trajetórias*. Tem um quê meritocrático de fazer por merecer, mas que responde à “necessidade de diversidade”. No livro “Feminismo para os 99%: um manifesto”, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) defendem a tese de que “o feminismo liberal oferece o álibi perfeito para o neoliberalismo. Ocultando políticas regressivas sob uma aura de emancipação, ele permite que as forças que sustentam o capital global retratem a si mesmas como “progressistas”” (Ibidem, p. 39). Dessa forma, cabe o questionamento de quais mulheres seriam essas, assim como quais estariam de fora e como isso estaria significando na projeção de uma posição sujeito de mulher nesse discurso⁴.

Mesmo na lista exclusiva de mulheres, as mulheres são apontadas como diversidade. Um diverso que é pré-construído, colocando a mulher constantemente em relação ao homem ao mesmo tempo em que se espera que *construam seu próprio* caminho, que se *mobilizem* para que “mudanças ocorram”. A *mobilização*, no entanto, diz respeito a campanhas contra assédio e agressão sexual. Necessária mudança, mas estranha ao encontrarmos uma

³ Em: <https://forbes.uol.com.br/listas/2018/12/10-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-de-2018/> Consultado em: 16/11/2018

⁴ Em 2019, Greta Thunberg foi escolhida como *personalidade do ano* pela Revista Times (<https://time.com/person-of-the-year-2019-greta-thunberg/>) o que mostra o modo como o discurso neoliberal *absorve* outros movimentos, como, no caso, o ambiental.

menção tão significativa na lista das mulheres mais poderosas do mundo. Diz muito a respeito do quão *despavimentada* estaria a trajetória das mulheres. E da projeção imaginária da mulher capaz de pavimentar o caminho das mulheres às posições altas: “as mais duronas e inteligentes que o mundo tem hoje”.

A “nova classe de líderes” é determinada como “disruptiva”. De acordo com o dicionário Aulete⁵, “disrupção” seria relacionado à “ruptura, rompimento”. A que se refere essa “disrupção” que determinaria essa “nova classe de líderes”? Com o que se romperia? Diria respeito a romper com a sociedade patriarcal que exclui as mulheres ou diria respeito a um ideal neoliberal de querer-poder-fazer, a partir do qual, caberia às mulheres romper com *antigos padrões* e mudar sua *realidade*? Descrever as mulheres da lista como “as mais duronas” (“As mulheres dessa 15ª lista estão entre as mais duronas e inteligentes que o mundo tem hoje”) rompe com o estereótipo da mulher frágil e as masculiniza. Seria dessa forma, então, que se romperia “antigos padrões”? “Antigos” refere-se aos *padrões* projetados às mulheres, construindo a imagem de uma profissional que poderia se inserir/ ser inserida no *mundo dos negócios*: o mundo dos negócios é *durão* e só aceita *durões* (como a metáfora dos “lobos de Wall Street”).

Uma comparação da explicação dos critérios de escolha e análise das “pessoas mais poderosas do mundo” com a das “mulheres mais poderosas do mundo” nos permite estabelecer algumas relações.

R2: A lista das mulheres mais poderosas do mundo começa com 300 nomes reunidos ao redor de todo o mundo. Depois 100 são selecionados com base em oito categorias diferentes: bilionárias, empreendedoras, celebridades, setor financeiro, mídia, filantropas, políticas e área de tecnologia. Em seguida, quatro formas de avaliação são aplicadas: fortuna, presença e importância na mídia, esferas de influência e impacto. (Forbes: “25 mulheres mais poderosas do mundo em 2015”)⁶.

R3: Existem quase 7,5 bilhões de pessoas no planeta, mas as ações de poucos homens e mulheres é que fazem o mundo girar. O ranking anual das pessoas mais poderosas do mundo, da FORBES, considera centenas de candidatos, que são avaliados em quatro áreas principais: sobre quantas pessoas eles têm poder; quanto dinheiro controlam; se o seu poder abrange uma variedade de regiões, setores da economia ou aspectos da vida; e em que medida usam ativamente o poder que detêm. Um time de editores da FORBES, então, vota em quem entra na lista final, que reúne 75 nomes: um para cada 100 milhões de pessoas. (...) A lista deste ano

⁵ Em: <http://www.aulete.com.br/disrup%C3%A7%C3%A3o> Consultado em: 03/01/2020.

⁶ Em: <https://forbes.com.br/listas/2015/05/25-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-em-2015/> Consultado em: 16/11/2018.

destaca a consolidação do **poder** nas mãos de uma pequena elite. (...) (Forbes: “20 pessoas mais poderosas do mundo”)⁷.(grifo nosso)

Os listados como mais poderosos do mundo de 2018 seriam responsáveis por, metaforicamente, *fazer o mundo girar*, relacionando poder e gerência do mundo por “uma pequena elite”. Apagam-se as relações de classe: seria *a elite* que faz *o mundo girar*. Na lista das pessoas mais poderosas do mundo, as “áreas principais” em que os candidatos seriam avaliados dizem respeito ao controle e abrangência do poder e dinheiro que detêm. Na das mulheres mais poderosas, elas seriam listadas a partir do cruzamento das “categorias” com as “formas de avaliação”. “Critérios”, que não dizem respeito, pelo menos não diretamente, ao poder que detêm. Em [R3] as “áreas” são explicitadas a partir de sintagmas verbais iniciados pelo pronome indefinido “quanto” projetando uma quantificação do poder que deteriam e do impacto. “Sobre quantas pessoas eles têm poder” e “quanto dinheiro controlam” supõe, por efeito de pré-construído, que um “eles” teria poder e teria dinheiro.

Em [R2], os “critérios” são apresentados por substantivos apagando a agência do sujeito, o que é mais visível nas nominalizações⁸ (“presença”, “influência”), colocando enfoque nos aspectos analisados ao invés de, como em [R3], na ação de um suposto “eles” que possibilitaria a quantificação de poder. Na lista das mulheres mais poderosas, a filantropia constitui uma categoria de seleção de poder, o que não acontece na lista das pessoas mais poderosas. A filantropia remete à memória da mulher burguesa que não trabalha fora, mas que faz trabalhos filantrópicos para o bem da sociedade. Em geral, refere-se a mulheres esposas de homens poderosos. Esse imaginário não funciona ao falar das pessoas mais poderosas já que não se espera que os homens não participem do mercado de trabalho, ocupando-se de fazer *o bem* pela sociedade, marcando, dessa forma, os lugares que os homens podem/ devem ocupar no funcionamento do capitalismo.

⁷ Em: <https://forbes.com.br/listas/2018/05/conheca-as-20-pessoas-mais-poderosas-do-mundo/> Consultado em: 16/11/2018.

⁸ Quando falamos em nominalizações, referimo-nos ao processo de substantivação de verbos como acontece, por exemplo, com o verbo “influenciar”. Quando temos uma construção com um verbo, podemos observar o preenchimento do espaço de sujeito, conferindo agência à ação, e de complemento, dessa forma, poderíamos dizer que “x influencia y”; ao passo que a substantivação (*a influência*) apaga tanto a agência quanto a transitividade que vemos expressa na construção com o verbo. Daí ser um funcionamento que nos chama a atenção e sobre o qual nos deteremos em alguns momentos dessa tese.

Mulheres e poder no Brasil

Em 2015, a presidenta Dilma Rousseff estava na 37ª posição da lista das pessoas mais poderosas do mundo da Forbes. Em 2016, sofreu um golpe parlamentar e judiciário e, pela primeira vez desde que a lista foi criada em 2009, o Brasil ficou de fora da lista das pessoas mais poderosas do mundo. Para mim, mesmo com o enfoque na liderança da mulher no mercado de trabalho, é interessante pensar no desfecho político que a mulher, que ocupou o cargo de poder mais alto do país, teve. São questões que ficam sobre o espaço da mulher no mercado de trabalho, mas também, em outros lugares de liderança.

Pensar na posição de liderança que a presidenta Dilma desempenhou e pensar os ataques de que foi alvo, interessa-me no sentido de pensar que a mulher-líder é sujeita ao machismo que sustenta o patriarcado, apesar do discurso sobre mérito apagar imaginariamente essa relação machista da qual a mulher é alvo.

Em 2013, tanto a presidenta Dilma quanto a então presidenta da Petrobrás, Graça Foster apareciam nas inúmeras listas de pessoas e mulheres mais poderosas do ano. Há controvérsias sobre a forma como ambas foram retiradas do poder. Antes de pensar na fundamentação técnica destes “cortes”, gostaria de pensar na situação delicada da mulher em posição de poder. Que líderes tenham desafetos não está em discussão, Michel Temer, o presidente que sucedeu a Dilma Rousseff, terminou o mandato com 7% de aprovação e 62% de desaprovação, segundo o Datafolha⁹. Michel Temer chegou a ter 73% de desaprovação e mesmo assim não sofreu ataques como a ex-presidenta. Um exemplo é que, em 2015, criou-se um adesivo em que a então presidenta Dilma estava de pernas abertas e se colava no tanque dos carros, simulando um estupro quando se abastecia o carro. Isso, de acordo com o que se falou em diversas reportagens na época, seria um “protesto” contra o aumento da gasolina¹⁰. No entanto, nos governos seguintes a gasolina aumentou bem mais, mas nenhum dos presidentes que a sucederam foram alvos do mesmo “protesto”. Esse episódio retrata a duvidosa inclusão de mulheres em posição de chefia: quando uma cena de estupro¹¹ é naturalizada e tomada como “crítica política”, vemos a fragilidade do reconhecimento e da legitimação da mulher em posição de poder.

⁹ Em: <https://veja.abril.com.br/politica/datafolha-temer-termina-o-governo-com- apenas-7-de-aprovacao/>
Consultado em: 25/11/2019.

¹⁰ A esse respeito ver: https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/brasil/2015-07-01/adesivo-que-simula-dilma-de-pernas-abertas-pode-ser-crime.html Consultado em: 25/11/2019

¹¹ Para muitas pessoas e veículos de informação a cena sequer foi significada como cena de estupro, o que atesta o machismo estrutural naturalizado na nossa sociedade.

R4: A presidente afastada Dilma Rousseff, pela primeira vez desde que foi eleita, em 2010, não está entre elas. Hillary Clinton, principal pré-candidata democrata à Casa Branca, segue Merkel pelo segundo ano seguido. Se ela ganhar a eleição no segundo semestre, é uma forte concorrente para o topo em 2017. (Forbes: 25 mulheres mais poderosas do mundo em 2016)¹²

R5: O ano passado foi difícil para as mulheres. Tudo indicava que a eleição para presidente dos Estados Unidos colocaria uma representante feminina no topo da lista das pessoas mais poderosas do planeta. No entanto, não foi assim. A surpreendente derrota de Hillary Clinton fez com que muitas mulheres se sentissem desamparadas – além de ter provocado a queda de 63 posições da candidata em nossa lista, do 2o para o 65o lugar. (...) A lista FORBES de mulheres mais poderosas do mundo em 2017 mostra que, ainda que haja muito trabalho a ser feito, não deveríamos ter como foco apenas os contratempos. Isso porque muitas integrantes do ranking deste ano representam uma mudança que pode levar a extraordinários ganhos globais em um futuro próximo. (...) Ainda que elas continuem sendo minoria no que diz respeito a liderança, as mulheres da nossa lista estão fazendo mudanças reais. (Forbes: 25 mulheres mais poderosas do mundo em 2017)¹³

No ano anterior a 2017 [R5] Dilma tinha sofrido um golpe parlamentar e judiciário e o Brasil ficara de fora da lista pela primeira vez, mas o *ano difícil* para “as mulheres” seria aquele em que a candidata à presidência dos EUA perde a eleição. A questão que fica é: de quais mulheres se estaria falando ao se falar que foi um ano difícil? Para quais mulheres esse seria um ano *difícil*? De um lado, isenta-se de um posicionamento político ao silenciar em relação às circunstâncias em que a ex-presidenta brasileira é retirada da presidência, enquanto, de outro, constrói-se a óbvia importância em relação à eleição de uma mulher à presidência dos Estados Unidos. A que serviria essa pretensa *isenção política* em silenciar o golpe parlamentar e judiciário que a ex-presidenta do Brasil sofrera? No recorte acima, a construção nominalizada (a “derrota de Hillary Clinton”) junto à generalização do beneficiário da ação (“fez com que muitas mulheres se sentissem desamparadas”) produz um efeito de consenso. Enfocar o desfecho da candidata à presidência dos Estados Unidos e silenciar em relação ao desfecho da presidenta do Brasil mostra o *colonialismo* com que é tratada a política. Para Achille Mbembe,

A ordem colonial baseia-se na ideia segundo a qual a Humanidade está dividida em espécies e subespécies, que podemos diferenciar, separar e classificar hierarquicamente. Tanto do ponto de vista da lei como em termos de configurações espaciais, tais espécies e subespécies devem ser mantidas à distância umas das outras. (MBEMBE, 2014, p. 119).

¹² Em: <https://forbes.uol.com.br/listas/2016/06/25-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-em-2016/> Consultado em: 16/11/2018

¹³ Em: <https://forbes.uol.com.br/listas/2017/11/25-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-em-2017/> Consultado em: 16/11/2018

Assim, esse colonialismo a que nos referimos, coloca em relação o colonizado e o colonizador como hierarquicamente diferentes em detrimento do colonizado. É nessa lógica que explicamos que o colonizado pretere *símbolos regionais* de poder, como, por exemplo, o fato de já ter tido uma mulher ocupando a presidência do Brasil e que foi deposta por um golpe parlamentar e judiciário permeado de declarações de cunho machista, para deslumbrar e se entristecer com a possibilidade não confirmada de se ter uma mulher ocupando a presidência dos Estados Unidos. Esse colonialismo que nos referimos e que reivindica surpresa frente a derrota da candidata estado-unidense, contrasta com o silenciamento em relação ao desfecho político a que a presidenta do Brasil foi submetida. Esse *fato de linguagem* produz o “apagamento de sentidos pela sobreposição de um discurso a outro” (ORLANDI, 1990, p. 15).

No recorte [R5], a perda da possibilidade de um primeiro lugar na lista das pessoas mais poderosas do mundo seria um *contratempo*, o que é sobreposto por um otimismo que projeta uma temporalização em que as integrantes da lista *representariam* “uma mudança”. As perspectivas positivas dessa mudança são modalizadas marcando o não comprometimento da previsão da reportagem, mas, ao mesmo tempo, adjetivando os possíveis ganhos como “extraordinários”. Projeta-se, dessa forma, a possibilidade de uma melhora a partir do contraste entre um antes/agora (ruim) e um depois (melhor). Do que seria possível depreender que a realidade (passada e presente) são insatisfatórias e que não tem senão a expectativa da possibilidade de uma melhora (mudança).

No entanto, mesmo quando a melhora não se presentifica, o imaginário de *positividade* em relação à presença da mulher é justificado pelo impacto da contribuição feminina. Fazendo ecoar um imaginário de primazia da *qualidade* em relação à *quantidade*, que serve para justificar a relevância da presença das mulheres, mas não garante sua efetiva participação. Dessa forma, o reconhecimento da menor participação das mulheres entre as pessoas mais poderosas do mundo introduzido pela locução adverbial “ainda que” contrapõe a continuidade de uma realidade passada atualizada (“continuem sendo minoria”) ao impacto da presença das mulheres em posições de poder: estariam fazendo mudanças reais. O adjetivo “reais” estabiliza o substantivo “mudanças” ao mesmo tempo em que remete à possibilidade de mudanças não-reais.

A lista das mulheres mais poderosas de 2018, diferentemente das anteriores, discursivizou o *ranqueamento* feito. As anteriores tinham como formato um breve texto introduzindo a lista e explicando o método de análise e *ranqueamento*. Na de 2018, o texto é

mais extenso e, para além do tamanho, estabelece uma relação entre as mulheres *rankeadas* e os motivos que as levaram a entrar para a lista:

R6: A chanceler alemã Angela Merkel mantém o 1º lugar pelo oitavo ano consecutivo. Embora tenha renunciado recentemente como chefe da União Democrata-Cristã (CDU) e não esteja concorrendo à reeleição em 2021, sua liderança na maior economia da Europa faz dela a líder feminina do mundo livre. E, apesar de os próximos três anos serem marcados pela incerteza, ela pode tanto ser um patinho manco quanto uma líder determinada a deixar um legado – o que é mais provável. Com seu futuro decidido, Angela pode focar na tenacidade que demonstrou ao navegar na turbulência econômica e política para curar as fissuras e criar uma União Europeia mais integrada. (...) Destaque, ainda, para a saída de Hillary Clinton da lista, dona da 65ª posição em 2017. Enquanto sua surpreendente derrota para Donald Trump na eleição presidencial dos EUA em 2016 estimulou um aumento de mulheres candidatas a cargos públicos, sem um papel político ativo ou uma turnê de livro para mantê-la no cenário, Hillary perdeu seu lugar este ano. (...) A vice-presidente de operações do Facebook, Sheryl Sandberg, na 11ª posição, caiu do Top 10 este ano com as críticas sobre como a rede social lidou com a interferência eleitoral ganhando força e relatos de seu suposto envolvimento em um plano para desacreditar George Soros. A falta de transparência da empresa e de Sheryl ocorre em um momento em que outros líderes do setor de tecnologia abordam a privacidade de dados mais publicamente. No entanto, a reação a suas supostas táticas revela outro duplo padrão, segundo o qual as líderes do sexo feminino devem exibir apenas as habilidades sutis associadas à liderança. (...) (Forbes: 10 mulheres mais poderosas do mundo de 2018)¹⁴.

A equivalência entre o “papel político” de Hillary Clinton e uma “turnê de livros” mostra que o importante, para o destaque da mulher, seria se manter no “cenário”. E em que cenário o “papel político” e uma “turnê de livros” seriam comparáveis? Essas seriam questões a respeito da inserção da mulher em espaços de poder, se de um lado espera-se que as mulheres suprimam o desfalque histórico e se insiram, de outro, não se abandona o imaginário da mulher burguesa cuja presença no “cenário” é marcada por trabalhos filantrópicos, importantes, mas não essenciais para *fazer o mundo girar* [R3]. Dessa forma, pode-se articular a “líder feminina do mundo livre” e a possibilidade de que suas escolhas a definam como “um patinho manco”, avaliando negativamente as escolhas da primeira colocada da lista, Angela Merkel (“embora tenha renunciado recentemente como chefe da União Democrata-Cristã (CDU) e não esteja concorrendo à reeleição em 2021”).

A determinação da mulher enquanto líder através de um viés biologizante do sexo (“líderes do sexo feminino”) contrastando com a determinação pelo gênero (“líder feminina”)

¹⁴ Em: <https://forbes.uol.com.br/listas/2018/12/10-mulheres-mais-poderosas-do-mundo-de-2018/> Consultado em 16/11/2018.

funciona de maneira a complementar a insuficiência projetada da mulher em espaços de liderança.

Apesar de falar em “duplo padrão”, apresenta a projeção da relação da mulher em posição de liderança e as “habilidades sutis”. É interessante usar o termo em português, “habilidades sutis”, uma vez que ele é mais comumente usado em inglês, “soft skills”. Colocar em português poderia ser entendido como processo parecido como o descrito por Authier-Revuz (1998) que ao colocar um termo que já existe na língua em outra língua tem como efeito eufemizar os sentidos. “Duplo” refere-se não só a um dito (“habilidades sutis”) como projeta outra habilidade importante para líderes que seria os *hard skills*. Se a mulher deveria “exibir **apenas** habilidades sutis”, então não deveria ser reconhecida por falhar justamente nessas habilidades.

Organização

Nesse estudo, empenhamo-nos em analisar a maneira pela qual se procura incluir mulheres no mercado, em especial, nos cargos de chefia. Analisamos, sobretudo, as justificativas que sustentam essa inclusão. Nosso objetivo é entender como se constrói a relação de inclusão de mulheres no mercado de trabalho pensando em uma relação de não pertencimento inerente a essas ações de inclusão. Observamos um movimento que privilegia a presença de mulheres em espaços de chefia por características atribuídas às mulheres que as distinguiriam de uma liderança masculina, e isso traria bons resultados econômicos. Interessamos pensar a construção de um discurso sobre a mulher-empREENDEDORA observando como a mulher é discursivizada.

Em relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho, uma questão que observamos bastante presente, no *corpus* desse trabalho, é a maternidade. Interessamos compreender a relação, projetada como inerente, entre a mulher no mercado de trabalho e a maternidade. Independente da função desempenhada, a questão da maternidade é constantemente trazida nos discursos sobre a mulher, seja como problema ou como solução que possibilitaria a inclusão de mulheres-empREENDEDORAS *mães*. Independente de como esta questão apareça, o que nos chama a atenção é o fato da mulher ser constantemente tratada como mãe ou mãe em potencial projetando que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho passaria por *resolver* um problema atribuído como responsabilidade das mulheres que é o trabalho reprodutivo/ cuidado dos filhos. Isso tendo o capitalismo como pano de fundo, funcionando

como matriz de sentido nos efeitos de sentido produzidos com a sobredeterminação “mulheres-empendedoras mães”.

No capítulo 1, destacamos os principais conceitos da Análise do Discurso (AD) mobilizados nesse estudo, tais como condições de produção, formação discursiva, posição-sujeito, além de metáfora e metonímia.

No capítulo 2, procuramos compreender o funcionamento do discurso neoliberal, tomando-o a partir dos estudos de Guilbert (2011), assim como a partir do trabalho de Dardot e Laval (2016). Julgamos que para analisar o discurso empresarial/ empreendedor, é imprescindível entendermos o funcionamento do discurso neoliberal. Com isso estamos dizendo que entendemos os discursos empresarial e empreendedor a partir de uma perspectiva que entende o capitalismo como matriz de sentido.

No capítulo 3, procuramos relacionar a questões teóricas da AD às questões de gênero, entendendo gênero como uma construção discursiva e procurando estabelecer um diálogo com a produção teórica do campo dos estudos de gênero: Davis, 2016; Federici, 2017; 2019; Saffiotti, 1976. A partir das questões de gênero, delimitamos nosso recorte e constituímos nosso *corpus*.

No capítulo 4, analisamos a posição-sujeito do discurso neoliberal atravessado pelas questões de gênero. Analisamos o interdiscurso que sustenta esse discurso, observamos a projeção temporal a partir de processos de metaforização e metonimização (ZOPPI-FONTANA, 2017). A contradição em relação a um valor caro ao neoliberalismo de liberdade em relação ao Estado permite-nos comparar o atravessamento pelo gênero no discurso neoliberal e projetar efeitos ao próprio discurso neoliberal.

Nas considerações finais, comparamos o discurso neoliberal (DNL) ao discurso neoliberal atravessado pelas questões de gênero (que chamamos de DNL/gênero) para pensarmos as contradições que o atravessamento pelo gênero impõe ao discurso neoliberal, pensando em possíveis *espaços de quebra* da estrutura capitalista que apontariam para possibilidades de mudanças.

Que a mulher em posição de poder cause estranhamento em uma sociedade patriarcal como a nossa, que funcione em uma disputa entre mérito próprio e questões de gênero e que seja objeto de uma tese mostra a fragilidade da relação do sistema capitalista com a mulher, em que em horas não a aceita e em outras a explora. Para além de mostrar o funcionamento do processo deste (não) pertencimento, nosso intuito é mostrar possíveis espaços de quebra, deslocamentos e contradições que, para além da inclusão, produzem mudança no sistema capitalista ou abrem brechas para que mudanças ocorram.

CAPÍTULO 1 – UMA TEORIA MATERIALISTA DA LÍNGUA

“o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que (...) os processos ideológicos simulam os processos científicos.”

(PÊCHEUX, 2009 [1975], p.81).

Sendo esse trabalho desenvolvido no Instituto de Estudos da Linguagem, no departamento de Linguística, o trabalho com a língua é intrínseco e, acrescentamos, com o discurso, intenso. Consideramos, como na epígrafe que trouxemos para este capítulo, que tem *algo* que funciona na língua que faz com que, mesmo a partir do *mesmo sistema da língua*, o discurso não seja o mesmo. Inscrevendo esse trabalho no lugar teórico da Análise do Discurso materialista, consideramos que *esse algo* é a história, assim como a ideologia. Dessa forma, consideramos que as palavras só significam porque significaram antes (ORLANDI, 2002b). Se falar em história pode não despertar estranhamentos, falar em ideologia pode ser mais *sensível*. A confusão que pode advir do termo ideologia vem do colamento ao sentido de *ideia* e, por conseguinte, *opinião*, o que concordamos com Michel Pêcheux (2009 [1975]) quando ele diz que se trata da

Dupla face de um erro central, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como *ideias* e não como *forças materiais* e, de outro lado, em conceber que elas têm sua origem *nos sujeitos*, quando na verdade elas “*constituem os indivíduos em sujeitos*”, para retomar a expressão de L. Althusser. (Ibidem, p. 120).

O sujeito como dono de seu dizer e o dito como intencional vai ser, nessa perspectiva, considerados como ilusão que recobre o funcionamento discursivo e o sentido ideológico. O sujeito esquece que seu dizer só tem sentido, porque já fez sentido antes e que a filiação à ideologia não é controlada/ controlável: ““algo fala” (ça parle) sempre “antes, em

outro lugar e independentemente” isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. (Ibidem, p. 149).

Nesse capítulo inicial, dedicamo-nos a trazer os principais conceitos da Análise de Discurso materialista (doravante AD) que nos permitem desenvolver nossas análises. O intuito deste capítulo é explicitar a maneira pela qual faremos nossas análises para respondermos nossa questão teórica que é de entender, como dissemos anteriormente, a relação entre gênero e o discurso neoliberal para pensar a construção de um imaginário sobre a mulher-empreadora observando como a mulher é discursivizada.

1.1 A Análise de Discurso

A Análise de Discurso (doravante, AD) vai se constituir, de acordo com Pêcheux e Fuchs, em uma articulação de três regiões, a Linguística – “como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 163); o materialismo histórico – “como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí – a teoria das ideologias” (Loc. cit.); e a “teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (Ibidem, p. 164). Essas regiões são “de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (Loc. cit.). Para Eni Orlandi (2002a), essa articulação constitui a Análise de Discurso como uma disciplina de entremeio¹⁵:

É preciso convir que não é fácil praticar o entremeio enquanto uma posição teórica assumida, como o faz o analista de discurso, sem deslizar para o interpretativismo da análise de conteúdo, nem o exercício do que tenho chamado informalmente de “puxadinho teórico” dos que pensam poder se servir “neutramente” da análise linguística tal qual em suas análises e depois “acrescentar” um componente de outra ordem, predominantemente sustentado sobre a noção de contexto (onde se inclui o sujeito), como se discurso fosse língua+contexto. Como venho afirmando, há uma relação complexa língua/discurso que não se atinge apenas pelo acréscimo de componentes. É preciso mudar-se de terreno, re-definir-se, sem esquecer, insisto, que discurso não é um mero substituto da fala (de Saussure). (ORLANDI, 2002a, p. 25).

¹⁵ “Diferentemente do intervalo, a ideia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias. Relações em que não faltam pressões, processos de inclusão e de exclusão, hierarquização e legitimação, apagamentos, ou seja, relações de sentidos mas também relações de força, na medida em que a forma sujeito histórica, que é a nossa, inclui, ou melhor, funciona pelo conhecimento, e por sua relação com o Poder”. (ORLANDI, 2002a, p. 21).

Dessa forma, “mudar de terreno” é imperativo para não se correr o risco de “fazer um puxadinho teórico”, é nesse sentido que Jacques Courtine (1999) vai dizer que “para trabalhar com a categoria de Discurso é necessário ser linguista e esquecer que o é ao mesmo tempo” (Ibidem, p. 15).

A AD surge em um contexto de busca pela automatização da análise com o projeto de construir uma máquina capaz de analisar o discurso. Se o projeto da máquina não teve o resultado esperado, a intensa produção científica mobilizada para possibilitar teoricamente a construção de uma máquina que compreendesse o discurso deixou um grande legado. Em “Por uma análise automática do discurso” Michel Pêcheux (1997 [1969]) traz um início de trabalho em cima de conceitos caros à AD, distinguindo as análises que propõem das já conhecidas análises de conteúdo, e tendo como diferencial fundamental a história e a ideologia, a partir da leitura de estudos marxistas, através de Althusser, considerando-as como elementos constitutivos do discurso, enquanto objeto teórico.

Ao tratar a história em sua materialidade, Marx possibilitou uma mudança no jeito de olhar sobre os estudos da História. Se a História era vista como cenário, como contexto, Marx observava formas que poderiam ser descritas e interpretadas. Pensar nas formas, possibilitou a Althusser (2003 [1985]) uma releitura do materialismo histórico, e é a partir desta releitura que Pêcheux traz o materialismo histórico para constituir a Análise do Discurso.

O materialismo histórico é a posição explícita de onde se realiza a intervenção epistemológica contra uma dupla ameaça, a do empirismo, “a problemática subjetivista centrada no indivíduo” e a do formalismo que confunde “a língua como objeto com o campo da linguagem”. É a partir do materialismo histórico que se faz a indicação de novos objetos, no caso o *discurso*, explicitamente posto em relação com a ideologia. (MALDIDIER, 2003, p. 32).

Assim, ao situarmos nosso estudo na Análise de Discurso materialista, uma questão importante de salientar é de falarmos sobre a determinação “materialista”. Essa determinação imprime o tipo de relação estabelecida entre método e objeto (para emprestar os termos de Saussure), contrapondo-se a qualquer interpretação de intencionalidade. Se é “o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2000 [1975], p. 15), a determinação “materialista”, longe de ser acessória, constrói o objeto e delimita a teoria. Mas a que a determinação “materialista” se refere? “A região do materialismo histórico que nos diz respeito é a de superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, 1999 [1975] p. 165). Assim, retomando o materialismo histórico,

dizemos que os sentidos são constituídos ideologicamente, quer dizer, são determinados a partir da formação ideológica, que constituem “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se relacionam diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971], p. 26). Assim, considerar a materialidade da língua, do discurso, da história inscreve a AD em uma retomada dos estudos marxistas a partir da releitura de Althusser (2003 [1985]; 1999).

É o paradigma althusseriano que distingue formação social e formação ideológica que permite Pêcheux pensar na materialidade discursiva e elaborar a “noção-conceito” (BARONAS, 2007) de formação discursiva.

sendo dada uma formação social a um momento determinado de sua história, ela se caracteriza, por meio do *modo de produção* que a domina, por um estado determinado pela *relação entre classes* que a compõem. Essas relações se expressam por intermédio da hierarquia das *práticas* que esse modo de produção necessita, sendo dado *aparelhos* por meio dos quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem *posições* políticas e ideológicas, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras. (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971], p.26).

Para pensar a formação ideológica, acrescentaríamos, às referidas “posições de classes”, gênero e raça, uma vez que consideramos que essas questões intervêm na constituição das formações ideológicas como “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”” (Loc. cit.).

A partir dessas questões, a AD pensa na formação discursiva (doravante FD). A FD aparece como noção que organiza o entendimento do funcionamento do discurso, objeto da AD, estabelecendo um vínculo estreito da AD com o marxismo/ althusserianismo. A FD é o “espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 161).

E é através da elaboração dessa noção, que a AD contribui¹⁶ com os estudos das formações ideológicas e teorias das ideologias (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971]).

Nesse quadro, dizemos que em um trabalho de AD, as questões teóricas que são importantes é de pensar o discurso como um lugar de encontro entre a história e a língua, pensando o sentido como efeito. Quando trabalhamos com uma perspectiva materialista da língua estamos assumindo que a língua não é um meio transparente de comunicação, algo como um veículo de informação que carregaria os fatos em si. Não vamos considerar a língua como um instrumento de comunicação porque entendemos, como Pêcheux, que “a expressão “instrumento de comunicação” deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse “instrumento” permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 83).

1.2 Análise de Discurso e Linguística

“se a Linguística é solicitada a respeito destes ou daqueles pontos exteriores a seu domínio, é porque, no próprio interior de seu domínio (em sua prática específica), ela encontra, de um certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito (“você não me procuraria se já não tivesse me encontrado”). A Linguística não seria afetada por exigências em direção à “Semântica” se ela já não tivesse se encontrado, de algum modo, com essas questões... no seu interior.”

(PÊCHEUX, 2009 [1975], p.78).

A AD surge com uma tentativa de Pêcheux de problematizar o campo linguístico da Semântica e acabou por constituir um campo novo. Para Pêcheux (2009 [1975]), “a Linguística é solicitada constantemente para fora do seu domínio”, e é nesse sentido que vai justificar trazer algo que a Linguística havia se esforçado em “banir de suas fronteiras”: o sentido. Ao fazer isso, a AD leva “a sério a afirmação de Saussure de que a língua é fato social” (ORLANDI, 2002a, p. 22). Para isso precisava pensar aquilo que ficou de fora dos esforços de Saussure que é de pensar como entender “fato social”, “sendo esta a singularidade da análise

¹⁶ É sem dúvida por essa questão, ligada à sintagmatização das substituições características de uma formação discursiva, que a contribuição da teoria do discurso ao estudo das formações ideológicas (e à teoria das ideologias) pode atualmente se desenvolver mais proveitosamente”. (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971], p. 31).

de discurso: ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente” (Ibidem, p. 22).

Sendo essa tese defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, no departamento de Linguística, para nós é importante mostrar que apesar da Análise do Discurso se constituir no entremeio (ORLANDI, 2002a), é na Linguística que encontra morada.

Saussure constitui a Linguística como uma ciência moderna ao delimitar a língua como objeto de estudo. Para Saussure, enquanto a linguagem “repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza” (SAUSSURE, 2000 [1916], p. 17), a língua “constitui algo adquirido e convencional” (Loc.cit.). Oposta à língua, a fala é excluída dos estudos da Linguística tal como Saussure a concebe: “Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas. No caso, não há mais que a soma de casos particulares” (Ibidem, p.28).

Os estudos de Saussure foram muito importantes na medida em que mostraram que, em uma língua, o que é importante não é a descrição, mas as combinações possíveis e as relações estabelecidas, é nesse sentido que a ideia de valor de Saussure possibilita pensar em uma análise material da língua – “do ponto de vista da *língua*, só conta o *valor* e não a *significação*” (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2007 [1971], p. 18).

De acordo com Courtine (2006), no início dos anos 70, através dos estudos de Harris e de Benveniste, a análise do discurso ultrapassa os limites da Linguística, e uma análise política do discurso passa a ser possível: “os procedimentos de análise distribucional aplicados por Harris ao todo das frases de um texto serviram como base para numerosos trabalhos em análise do discurso e especialmente da análise do discurso político” (COURTINE, 2006, p. 60). No entanto, apesar de na análise do texto não se centrar nas questões de cunho conteudista, não se iria além de sua morfossintaxe. Nesse ponto, a AD se coloca como fundamentalmente distinta ao levar em conta a exterioridade do texto, ou seja as *condições de produção* que lhe possibilitam produzir sentido.

Se a AD reconhece a importância da noção de valor em Saussure para os estudos da linguagem, também reconhece suas limitações. Essas limitações significam um entrave para a análise discursiva e são “resolvidas” com o entrecruzamento das questões linguísticas com a história através do materialismo histórico.

Como devemos, então, conceber a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência Linguística? Tentaremos mostrar que, longe de fornecer resultados, essa intervenção consiste, sobretudo, em *abrir campos de questões*, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre seus

próprios “objetos”, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais. Desse modo, as questões que aparecem têm muito a ver com a Linguística e, simultaneamente, incidem sobre a articulação da Linguística com a teoria científica de processos espontaneamente representados-deformados, tornados, propriamente irreconhecíveis pela filosofia idealista, em geral, e pela “filosofia da linguagem”, em particular. (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.80).

É a partir daí que se pode pensar na formação social e formação ideológica na constituição do discurso, assim como, possibilitou-se pensar na formação discursiva para explicar aquilo que o valor entende como diferença: “na língua só existem diferenças. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças sem termos positivos” (SAUSSURE, 2000 [1916], p. 139). Dessa forma, ao formular a noção de formação discursiva, problematiza-se essa relação colocando que “as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2007 [1971], p. 26).

Nesse cenário, a Linguística propiciou que os estudos da AD florescessem:

estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido. Esta materialidade específica da língua remete à ideia de “funcionamento” (no sentido saussuriano), por oposição à ideia de “função”. A caracterização desta materialidade constitui todo o problema da linguística. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 172).

Nesse sentido que é pertinente retomarmos o que dissemos de que, apesar de se constituir como uma disciplina de entremeio, é na Linguística que a AD encontra morada. Assim, no caso da nossa questão analítica, ao olharmos para um funcionamento linguístico, a marcação do feminino na/para inclusão da mulher no mercado de trabalho, podemos compreender, também, os efeitos do masculino como neutro. Essa análise, sem considerarmos a história e o funcionamento da ideologia, não poderia ultrapassar questões gramaticais em que disséssemos se a neutralidade é possível ou não. No entanto, a partir do lugar teórico e analítico da AD, observamos que a neutralidade é uma projeção e projeta uma posição-sujeito específica.

1.3 O sujeito



(LAVADO[QUINO], 1995, p. 31)

O centramento do sujeito em relação ao imaginário de controle do dito, com a ilusão de atingir sua intencionalidade encontra barreira na própria língua. *Para onde caminha a humanidade?* Onde é “em frente”? Os sentidos não se dão no momento da enunciação, mas a partir de relações de paráfrases que permitem atualizar os sentidos a partir de novas relações. Este processo se apaga aos olhos do sujeito que *esquece* como se dá a produção de sentidos, *colocando-se* como origem do sentido. Michel Pêcheux e Catherine Fuchs (1997 [1975]) vão chamar este esquecimento de esquecimento nº 1, que recai sobre a ilusão de que os sentidos (das palavras, expressões, proposições...) estão “em si mesmos” e que, ao falar, o enunciador é fonte do sentido. No entanto, o sujeito não é nem fonte do sentido nem tem “controle” sobre o que diz. A ilusão de controle é acobertada pelo esquecimento nº 2, projetando imaginariamente um dizer como fechado em si, sem qualquer relação com o exterior, o sentido seria conferido no próprio momento do dizer de modo inequívoco e transparente. “A relação entre os “esquecimentos nº 1 e nº 2” remete à relação entre a condição de existência (não-subjetiva) da ilusão e as formas subjetivas de sua realização” (Ibidem, p. 177):

Utilizando aqui a terminologia freudiana que distingue, por um lado, o pré-consciente-consciente e, por outro lado, o inconsciente, não pretendemos de modo nenhum resolver a questão da relação entre ideologia, inconsciente e discursividade: queremos apenas caracterizar o fato de que uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo *por aquilo que aí é estritamente não formulável, já que a determina*, e, ao mesmo tempo, sublinhar que esta exterioridade constitutiva em nenhum caso poderia ser confundida com *o espaço subjetivo da enunciação*, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus *deslocamentos no interior do reformulável*, de forma que ele faça incessantes retornos sobre o que formula e aí se reconheça na “relação reflexiva ou pré-consciente com as palavras, que faz com que elas nos apareçam como a expressão das coisas”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 177-178).

Falar em sujeito pressupõe um trabalho teórico em que não se toma a forma empírica do indivíduo, mas constitui uma categoria teórica para, dessa forma, compreender seu funcionamento na língua. Nesse sentido, o sujeito é um objeto teórico que, assim como o

discurso na AD, é atravessado pela história. Para constituir o sujeito do discurso, tomamos a releitura de Freud feita por Lacan, para compreendermos o sujeito do discurso como um sujeito dotado de inconsciente.

Os sujeitos não têm “controle” sobre o que dizem e nem são origem do dizer; eles ocupam diferentes posições a partir das diferentes FDs em que se inscrevem. Ou seja, o sujeito só enuncia através de sua inscrição numa FD dada e é a partir dela que os sentidos vão ser “determinados” como sendo uns e não outros. Não há nenhum tipo de neutralidade, porque o dizer sempre poderia ser outro.

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 ([1975], p.165-166).

O sujeito não se faz sujeito ao enunciar “eu”, mas, para dizer, é necessário que ele seja interpelado a ocupar um determinado lugar na estrutura de uma dada formação social. É a partir da relação com a linguagem que o sujeito se constitui. A relação entre sujeito e linguagem é determinante para ambos: não é só a linguagem que determina aquilo que pode ou não ser dito (só se fala porque a linguagem já faz sentido); o sujeito, por meio da reformulação, produz deslocamentos nos sentidos já constituídos historicamente na/ pela linguagem. “Todo indivíduo humano, isto é social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER, 1978, apud PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 150):

Concluiremos esse ponto dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade” (...) o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento (...) já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma da autonomia. (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149).

É a ilusão da autonomia que recobre o assujeitamento. É dessa forma, que se recusa uma concepção idealista do sujeito e constitui uma “teoria (não-subjetivista) da subjetividade” (Ibidem, p. 121).

1.4 No fio do discurso

Autoritárias, paralisadoras, circulares, às vezes
elípticas,
as frases de efeito, também jocosamente denominadas
pedacinhos de ouro,
são uma praga maligna, das piores que têm assolado o
mundo.

Dizemos aos confusos, Conhece-te a ti mesmo,
como se conhecer-se a si mesmo não fosse a quinta
e mais dificultosa operação das aritméticas humanas,
dizemos aos abúlicos, Querer é poder,
como se as realidades bestiais do mundo não se
divertissem
a inverter todos os dias a posição relativa dos verbos,
dizemos aos indecisos, Começar pelo princípio,
como se esse princípio fosse a ponta sempre visível de
um fio mal enrolado
que bastasse puxar e ir puxando até chegarmos à outra
ponta, a do fim,
e como se, entre a primeira e a segunda, tivéssemos
tido nas mãos
uma linha lisa e contínua em que não havia sido
preciso
desfazer nós nem desenredar estrangulamentos,
coisa impossível de acontecer na vida dos romances
e, se uma outra frase de efeito é permitida, nos
romances da vida.
(SARAMAGO, 2000, p. 71)

Se tomássemos a língua como um instrumento de comunicação, que servisse a comunicar, que o sujeito fosse plenamente consciente e o dito intencional, isso nos colocaria menos questões em relação à história e à ideologia. A partir do momento em que problematizamos a língua, tomando-a como um *fato social* (SAUSSURE, 2000 [1975], p. 21), definindo esse *social*, e nos colocando questões acerca do *sentido* é que chegamos ao *sentido como efeito* de processos históricos e ideológicos.

Dessa forma, é que o objeto da AD não poderia ser outro que o próprio discurso, uma vez que se trata de um espaço teórico no qual se pode depreender a relação entre a língua, enquanto sistema de signos, e a ideologia, enquanto determinação histórica do sentido.

O discurso não é uma unidade empírica, é um objeto teórico, sendo assim, não é uma unidade segmentável. Aqui, faz-se importante distinguirmos *segmento* de recorte:

segmento é, simplesmente, uma unidade ou da frase ou do sintagma, etc. No caso da segmentação, o linguista visa a relação entre unidades dispostas linearmente. A hierarquização dos níveis de análise, neste caso, se faz mecanicamente. O que não é o caso, quando se trata dos recortes, já que não

há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem. (ORLANDI, 1984, p. 14).

Sendo que esse *todo* é o texto, que definimos, a partir de Eni Orlandi (op. cit.) como o “todo em que se organizam os recortes” (Ibidem, p. 14). A materialidade do discurso é analisada a partir de formações discursivas, que funcionam como matriz do sentido; e de formações imaginárias, que dizem respeito à *representação* do sujeito ao se inscrever em determinado lugar social para falar.

1.4.1 Interdiscurso

A forma-sujeito tende a *absorver* o interdiscurso no intradiscurso, “pode-se bem dizer que o intradiscurso enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 154). O interdiscurso, enquanto tal, não é representável. É através da análise do pré-construído e do efeito de sustentação que podemos estabelecer a relação entre discursos, e assim entre formações discursivas distintas.

O interdiscurso intervém a partir de dois tipos de funcionamento: o pré-construído e a articulação de enunciados. Pré-construído é um termo proposto por Paul Henry em oposição ao que é *construído* pelo enunciado. Este efeito discursivo é ligado ao encaixe sintático e *naturalizado* pela FD. Para Pêcheux (2009 [1975]) pré-construído é “aquilo que todo mundo sabe” (Ibidem, p. 158). Por outro lado, a articulação, pelo funcionamento do discurso-transverso corresponderia a “como todo mundo sabe” (Ibidem, p. 159).

...propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149).

É a partir de determinada FD que os sentidos produzem o efeito de evidências. O efeito de pré-construído e efeito de sustentação são produzidos a partir de uma posição-sujeito, construindo um efeito de universalidade para quem está inscrito naquela posição. Essa posição é constituída a partir de uma determinada FD, de onde se pode enunciar e os sentidos são construídos como sendo uns e não outros. Se tomarmos interdiscurso como textos anteriores,

reduziríamos a noção de interdiscurso à de intertexto. E o interdiscurso não é intertexto, tampouco, uma soma de FDs. As FDs não precedem a análise, como se fossem dadas a priori, mas são descritas a partir do trabalho de análise.

A seguir, traremos um recorte que pretendemos nos deter mais no próximo capítulo, por ora, queremos explicitar a maneira pela qual o interdiscurso intervém no intradiscurso:

R7: Lifehackers - Gente que trouxe a disrupção para a própria vida. Hackers que inovaram radicalmente em suas trajetórias pessoais. (Projeto DRAFT)¹⁷

A nominalização faz intervir o efeito de pré-construído que sustenta “aquilo que todo mundo sabe” (Ibidem, p. 158). Nesse sentido, “lifehackers”, uma nominalização a partir de termos em inglês, designa empreendedores capazes de trazer a disrupção¹⁸ para a própria vida. Ou seja, seriam empreendedores ideais, de sucesso garantido.

A relativa determinativa (“hackers que inovaram radicalmente em suas trajetórias pessoais”) é efeito do encaixe sintático e determina o sentido de “hackers” evidenciando a imaginária estabilização desse sentido, que não faz senão evidenciar sua deriva.

Na composição lexical, a nominalização que dá origem ao neologismo lifehackers, faz intervir um outro efeito do interdiscurso, que é o de sustentação, articulando o discurso paralelo sobre hackers e sua ressignificação de estar vinculado à vida.

1.4.2 As condições de produção

Inicialmente, Michel Pêcheux (1997 [1969]) relaciona as condições de produção (que chamaremos de CP) às imagens e formações imaginárias, considerando-as como “uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua” (Ibidem, p. 79). O “imaginário” das formações imaginárias não corresponderia ao irreal. Se se pode ser a ele relacionado não é senão como efeito. Para o autor, o que funcionaria no processos discursivos seria uma série de “formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”

¹⁷ O Projeto Draft é uma plataforma virtual, criada em 2014, de conteúdos, serviços e eventos para as empresas brasileiras “destinada a cobrir jornalisticamente a expansão da Nova Economia brasileira”; o Projeto Draft Academia é “um braço de educação e treinamento”, um espaço virtual do Projeto Draft em que constam uma série de cursos e aulas virtuais. A matéria em questão se encontra no link: <https://projetodraft.com/lifehackers/> Consultado em: 24/09/2019.

¹⁸ De acordo com o próprio site, disrupção “é um produto ou serviço que cria um novo mercado e desestabiliza os concorrentes que antes o dominavam. É geralmente algo mais simples, mais barato do que o que já existe ou algo capaz de atender um público que antes não tinha acesso ao mercado. Em geral começa servindo um público modesto até que abocanha todo o segmento”.

(Ibidem, p. 82). De acordo com Courtine (2009 [1981]), nesse primeiro momento, Pêcheux não rompe com as *origens psicossociológicas* da noção de CP (Ibidem, p 50).

Em um segundo momento, juntamente com Catherine Fuchs, Michel Pêcheux (1997 [1969], p. 182) volta sobre a noção relacionando as “*determinações que caracterizam um processo discursivo*” e “*as características múltiplas de uma “situação concreta” que conduzem à “produção”, no sentido linguístico ou psicolinguístico deste termo, da superfície linguística de um discurso empírico concreto*” (Ibidem, p. 182); propondo uma teoria da “situação concreta”, ou seja, “o relacionamento *teórico* das determinações a seu efeito imaginário” a partir da qual se pode compreender a construção de um corpus. Para explicar a noção que estão desenvolvendo, Pêcheux e Fuchs colocam uma nota explicativa para precisar o termo “produção”:

Precisemos que o termo *produção* pode, aqui, acarretar certas ambiguidades. Para evitá-las, distinguiremos o sentido econômico do termo, de seu sentido epistemológico (produção de conhecimentos), de seu uso psicolinguístico (produção da mensagem), e, enfim, da significação que recebe na expressão: “produção de um efeito”. Antes de tudo, é neste último sentido que se deve entender este termo (...) o uso deste termo assume, a nosso ver, uma função polêmica em relação ao emprego reiterado do termo “circulação”, e até mesmo “criação”, para caracterizar processos de significação (...). (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 237, nota 11)

Julgamos interessante trazer essa nota, uma vez que no *corpus* do nosso trabalho “produção” é um termo que aparece comumente, como podemos ver nos três recortes abaixo:

R8: Ademais, acredita-se que, para algumas economias, uma grande parte das diferenças de **produção** per capita dos países possa ser atribuída à desigualdade de gênero, e que muitos países possam aumentar sua **produção** per capita se reduzirem barreiras de gênero no mercado de trabalho. (Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”)¹⁹.

R9: O que é a PrograMaria?

Tudo começou com a ideia de formar um grupo para aprender a programar—todas nós, designers e jornalistas, tínhamos interesse em aprender, algumas já haviam até tentado, mas sentíamos falta de apoio e encorajamento. Logo percebemos que as dificuldades que tivemos pelo caminho não são apenas nossas, mas de muitas outras meninas e mulheres. Nós consumimos tecnologia, mas não estamos participando da produção dela. Por quê? (Progra{m}aria – sobre nós)²⁰.

¹⁹ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf> Consultado em 15/7/2019.

²⁰ “Por que faltam mulheres no campo da tecnologia?” Disponível em: <https://www.programaria.org/sobre-nos/> Consultado em 02/10/2019.

R10: E nunca no Brasil houve tanto capital em busca de boas ideias. Nem tantos inovadores com tantas boas ideias prontas para virarem negócios revolucionários, rentáveis, de impacto, sustentáveis – com geração de valor para todos os envolvidos na cadeia de produção e de consumo. (Projeto DRAFT - Missão)²¹.

Nesses três recortes *produção* é usado em sentido diferente ao que nos referimos quando falamos em *condições de produção do discurso*. No nosso caso, como vimos, *produção* remete à “significação que recebe na expressão: “produção de um efeito”” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 237); nesses recortes *produção* está significando relações comerciais no/do sistema capitalista, referindo-se à produção de capital e relacionando esta produção [R8; R10]/ capacidade de produção [R9] ao gênero, estabelecendo uma relação da mulher com a (capacidade de) produção de capital.

Outra questão importante de trazermos recortes do nosso *corpus* ao falarmos das CPs, é que a constituição do *corpus* tem relação estruturante com as CPs. Courtine define *corpus* discursivo “como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2009 [1981], p. 54).

Jean-Jacques Courtine (op. cit) traz duas metáforas usadas para definir a noção de CP, a primeira é a de *teatro*, tal como encontrada em Maingueneau (1976, *apud* COURTINE, 2009 [1981], p. 52) e, sobretudo, em Ducrot (1973, *apud* COURTINE, 2009 [1981], p. 53) onde se origina a partir da noção de pressuposição. Nessa metáfora, “o plano das CP se reduz a uma “análise circunstancial que permitiria alcançar uma unidade de conjunto necessária (do discurso), já que a argumentação é a teatralidade”” (VIGNAUX, 1974, *apud* COURTINE, 2009 [1981], p. 52). A segunda metáfora seria a do *combate* presente em “uma reformulação (BACHAMANN, DURO-COURDESSES & LE GUENNEC, 1977) do artigo de Le Courdeses (1971)” (COURTINE, 2009 [1981], p. 53). Refere-se, sobretudo ao discurso político: “as CP não são mais identificadas a uma cena de teatro, mas ao ringue onde acontece uma “luta de boxe”” (COURTINE, 2009 [1981], p. 53). Para Courtine,

As metáforas do discurso como teatro ou como combate têm o mérito de designar a lacuna existente entre essas perspectivas e aquelas que, em AD, têm por objetivo a articulação teórica da Linguística com a História: *é em campo fechado*, na cena do teatro ou entre as cordas do ringue, que se passam as peripécias discursivas, ao abrigo das determinações históricas. (COURTINE, 2009 [1981], p. 53)

É o conceito de condições de produção que nos diz que o discurso não é um objeto

²¹ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

linguístico, que estamos estabelecendo aquilo que é da ordem da língua e aquilo que é da ordem da história. As CPs se discursivizam, materializando no discursivo sua relação com o contexto imediato e com o contexto sócio-histórico ideológico.

Das CPs fazem parte os sujeitos e a formação social e ideológica na qual se inscrevem, a situação imediata do discurso, assim como o interdiscurso. Para Eni Orlandi (2002b), podemos considerar as condições de produção em sentido *estrito*, que dizem respeito às “circunstâncias da enunciação” (Ibidem, p. 30) que seria o “contexto imediato”; e em sentido *amplo*, incluindo, assim, o “contexto sócio-histórico, ideológico” (Ibidem, p. 31).

Falando em interdiscurso e ideologia, estamos pensando em CPs no sentido amplo que funcionam como matriz dos sentidos e que incluem o contexto sócio-histórico ideológico. Para Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry (2007 [1971]) “*o laço que une as “significações” de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações*” (Ibidem, p. 20).

A partir dessa retomada da noção de CP, procuraremos evidenciar as determinações históricas que *abrigam* o nosso *corpus*.

1.4.3 *Corpus* discursivo

A constituição do *corpus* é parte fundamental da AD, na medida em que teoria e análise vão se constituindo mutuamente. É nesse sentido que o *corpus* não é constituído de exemplos que ilustrariam a teoria, é um processo contínuo. Como a análise e a teoria se complementam na AD, a construção do *corpus* não poderia se dar senão de maneira dinâmica (ZOPPI-FONTANA, 2005). O que significa que o *corpus* não pode ser formado (e fechado) no início da pesquisa; ao contrário, é continuamente revisitado, revisto, reformulado para responder às perguntas iniciais e a novas perguntas que surgem do contínuo olhar para o *corpus*, mostrando que sua relação com a teoria é intensa e intrínseca. Não só afetando-o, mas demandando deslocamento e novas reflexões à teoria.

procedemos à análise em sucessivos movimentos em espiral que entretecem processos de descrição e de interpretação que levam, por sua vez, a incorporar novos elementos ao *corpus* inicialmente constituído e a reorganizar e recortar repetidamente o conjunto de materiais reunidos para estudo. O *corpus* responde, assim, aos objetivos de análise e às perguntas formuladas em relação a uma questão, acompanhando na sua constituição os diversos momentos da pesquisa, razão pela qual podemos afirmar que a organização e recorte dos materiais a serem analisados reflete o estado atual do processo de análise e não um momento prévio a qualquer manipulação analítica. Consequentemente, consideramos que o fechamento do *corpus* é

necessariamente provisório e se dá juntamente com a finalização das análises (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 95-96)

É preciso atravessar a superfície linguística, processo que funciona como de-sintagmatização linguística. Ao trabalhar com o objeto discursivo, procura-se anular os efeitos do esquecimento nº. 1 e (re)constituir as famílias parafrásticas que permitem ao discurso produzir sentido. O analista, em um gesto de interpretação, descreve o funcionamento discursivo dos enunciados que constituem seu corpus.

Em termos de operacionalização dos conceitos, a noção de texto é nuclear. Através dessa noção, entendida como unidade diferente, em natureza, da soma de frases – e como conceito que acolhe o processo de interação pela (e na) linguagem – e nos instalamos nos domínios da significação como multiplicidade (polissemia, efeito de sentidos) e não como informação cuja organização deriva do caráter linear atribuído à linguagem. Duas passagens se fazem: em termos de operação, a passagem da *segmentação* para o *recorte*; em termos de unidades, a passagem da *frase* para o *texto*. (...) O *recorte* é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. Ressaltemos, então, que o recorte distingue-se do segmento porque o segmento é, simplesmente, uma unidade ou da frase ou do sintagma, etc. No caso da segmentação, o linguista visa a relação entre unidades dispostas linearmente. (...) O que não é o caso, quando se trata dos recortes, já que não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem. Acrescente-se, ainda, que o princípio segundo o qual se efetua o recorte varia (...) segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise. Feitas essas reflexões podemos dizer que *o texto é o todo em que se organizam os recortes*. (...) Pretendemos que a ideia de recorte remeta à de polissemia e não à de informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia. (ORLANDI, 1984, p. 14).

Essa maneira de trabalhar com o corpus leva em conta o discursivo e sua relação com a história e a língua. Nesse sentido, constituímos como nosso corpus de análise os recortes que trazemos ao longo da tese e que analisamos para observar as regularidades e os funcionamentos que descrevemos.

1.4.3.1 O discurso empresarial

Tomamos como *corpus* o discurso empresarial veiculado em sites de grupos empresariais olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia ou que promovam eventos para falar da importância de haver mais mulheres nas equipes de decisão, vamos olhar também agrupamentos compostos com o objetivo de promover uma administração mais paritária. Nesse sentido, analisamos os grupos empresariais:

– Movimento Mulher 360²², criado em 2011, a partir de uma iniciativa do Walmart, mas que em 2015, torna-se uma associação independente sem fins lucrativos, formada pela união entre organizações consideradas *protagonistas* no cenário empresarial brasileiro com o objetivo de “promover a equidade de gênero e o aumento da participação feminina no ambiente corporativo”,

– Rede Mulher Empreendedora²³, fundada em 2017, é, de acordo com o site da rede, uma “plataforma de apoio ao empreendedorismo feminino do Brasil”.

– PrograMaria²⁴, propõe-se a alocar e capacitar mais mulheres no campo da tecnologia.

Analisamos plataformas virtuais de conteúdos, serviços e eventos para as empresas brasileiras, como:

– Projeto DRAFT²⁵ e Projeto DRAFT Academia²⁶: o Projeto Draft é uma plataforma virtual, criada em 2014, de conteúdos, serviços e eventos para as empresas brasileiras “destinada a cobrir jornalisticamente a expansão da Nova Economia brasileira”; o Projeto Draft Academia é “um braço de educação e treinamento”, um espaço virtual do Projeto Draft em que constam uma série de cursos e aulas virtuais.

– Organização Na Prática²⁷, uma iniciativa da Fundação Estudar²⁸ que apoia o “desenvolvimento pessoal e profissional de jovens, conectando-os ao mercado por meio de cursos, conferências e conteúdo digital gratuito”.

– IBEF-SP²⁹, Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, fundado em 1973, é uma organização sem fins lucrativos e é, de acordo com o site, “formada por indivíduos que são parte do ecossistema de finanças. O IBEF-SP reúne CFOs³⁰, CEOs³¹, VPs³² e Diretores das principais empresas do país. Promovemos diversos fóruns de conteúdo técnico, além de premiações e painéis que propiciam networking qualificado e um ambiente propício para negócios”.

²² Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/> Consultado em 09/09/2020.

²³ Disponível em: <https://rme.net.br/> Consultado em 09/09/2020.

²⁴ Disponível em: <https://www.programaria.org/> Consultado em 09/09/2020.

²⁵ Disponível em: <https://www.projtodraft.com/> Consultado em 09/09/2020.

²⁶ Disponível em: <https://www.projtodraft.com/academia-draft/> Consultado em 09/09/2020.

²⁷ De acordo com o site, atuam desde 1991, “desenvolvendo jovens para uma carreira de protagonismo e impacto positivo”.

²⁸ Disponível em: https://www.estudar.org.br/sobre-nos/?_ga=2.4698355.155069592.1603377729-81513246.1603377729 Consultado em 09/09/2020.

²⁹ Disponível em: <https://ibefsp.com.br/> Consultado em 09/09/2020.

³⁰ “Chief Financial Officer” é o diretor financeiro de uma empresa, responsável pelas finanças.

³¹ “Chief Executive Officers” é o diretor executivo de uma empresa, responsáveis pelas tomadas de decisões, é o principal cargo de uma empresa.

³² Vice presidente de uma empresa.

Analisamos materiais produzidos pela entidade da Organização da Nações Unidas (ONU) destinada a abordar questões de gênero, a ONU Mulheres³³. Assim como relatórios de estudos que analisaram a questão da igualdade de gênero e seus efeitos nas sociedades e em suas economias como o relatório da IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER em Pequim, da Entidade das Nações Unidas; o Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018; assim como Relatório anual *Women in the Workplace*³⁴.

Analisamos, também, sites a partir dos quais podemos falar sobre o funcionamento do trabalho contemporâneo:

- IBC Coaching³⁵, Instituto brasileiro de Coaching, oferece cursos e palestras.
- UBER³⁶, aplicativo que intermedia o contato entre clientes e motoristas.
- LinkedIn³⁷, um tipo de rede social voltada para o mercado financeiro.

Considerando que a circulação dos discursos na contemporaneidade é mediada pelo discurso midiático trazemos, também, reportagens de grupos midiáticos que expliquem e justifiquem a presença de mulheres em espaços de liderança no ambiente empresarial, a partir de textos que circulam na grande mídia, como revistas e plataformas de notícias, tais como: Forbes; USA Today; Harvard Business Review Brasil; Revista Crescer; Revista Marie Claire; Isto é Dinheiro; UOL; BBC.

Queremos, com esse *corpus*, analisar o discurso empresarial atravessado por uma discursividade de gênero que denuncia que esse espaço, apesar do imaginário projetado, não funciona igualmente para todos os indivíduos e que, alguns indivíduos mesmo cumprindo todos os requisitos necessários não conseguem se alçar, ou não o fazem com tanta facilidade, a posições de poder. Isso nos possibilitaria identificar um funcionamento contraditório do discurso neoliberal quando o “agente econômico” é uma mulher. As publicações que escolhemos para fazer nossos recortes são publicações de grandes grupos empresariais, ou de revistas ou sites de grande alcance e que, portanto, tem um impacto importante na circulação dos sentidos sobre o empresariado, igualdade de gênero e a mulher no meio empresarial.

³³ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/> Consultado em 09/09/2020.

³⁴ Link para o relatório: <http://bit.ly/2P5kIj5>. “Sobre o relatório Relatório anual *Women in the Workplace* é realizado desde 2015 para ajudar as organizações a avançar no tema da diversidade no local de trabalho. Desde então, cerca de 600 corporações participaram do estudo e 250 mil pessoas foram entrevistadas sobre suas experiências nos ambientes corporativos. Todo ano, o número de empresas participantes deste estudo aumenta”. Consultado em 02/02/2020.

³⁵ Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/> Consultado em 09/09/2020.

³⁶ Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/> Consultado em 09/09/2020.

³⁷ Disponível em: https://www.linkedin.com/?trk=d_flagship2_pulse_read_logo Consultado em 09/09/2020.

1.5 Metáfora e Metonímia

Assim era no princípio
Metáfora pura suspensa no ar.
(TATIT, Luiz, “O meio”)³⁸

Na tradição gramatical, metáfora e metonímia são consideradas figuras de linguagem que teriam a ver com o sentido “denotativo” (literal) e “conotativo” (figurado) das palavras e, a partir de um *jogo de palavras*, se poderia estabelecer uma relação entre elas. Para esse trabalho, não vamos assumir essa posição. No lugar, procuraremos trazer alguns estudos em linguística e AD que tratam da metáfora e da metonímia para mostrarmos diferentes entradas e diferentes maneiras de pensar essas questões para estabelecermos nossa entrada nesse assunto.

Na Linguística, Roman Jakobson (2007 [1972]), pensa em metáfora e metonímia enquanto *processos metafóricos e processos metonímicos*, a partir do “duplo caráter da linguagem” (Ibidem, p. 37) que implica na “seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação em unidades linguísticas de mais alto grau de complexidade” (Ibidem, p. 37), referindo-se aos processos de contiguidade e similaridade que caracterizariam as *escolhas* de sujeitos afásicos ao falarem.

Já para trabalhos na AD, como de Bethania Mariani (2004), em “Silêncio e metáfora, algo para se pensar”, estabelece-se uma íntima relação entre silêncio, a partir de Eni Orlandi (2002c [1992]), e metáfora, a partir de Pêcheux (1997 [1969]). No texto, a autora se coloca um duplo objetivo: de compreender a metáfora a partir de Jakobson, Lacan e Pêcheux, a partir dos respectivos campos, a Linguística, a Psicanálise e a Análise de Discurso; e de relacionar metáfora e silêncio a partir dos estudos sobre metáfora de Pêcheux e Orlandi. Traz Jakobson para mostrar como, a partir da compreensão de metáfora e metonímia, o autor analisa a “performance linguística dos afásicos”; Lacan valendo-se de seus estudos sobre metáfora para analisar o discurso do psicótico e as diferenças com o discurso do neurótico; e Pêcheux para analisar o *efeito metafórico* enquanto deslizamento de sentido. Mariani (op. cit.) procura mostrar que salvo as diferenças de objetos analíticos e de compreensão da metáfora, nos três autores a metáfora é da ordem da língua. Em um último movimento no texto, Mariani traz o entendimento de Eni Orlandi sobre silêncio: “o silêncio é a própria condição de produção da linguagem. (...) O sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo. A falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio.” (Orlandi, 2002c [1992], p. 71). E, a partir de Pêcheux, defende que “os sentidos existem nas relações de metáfora” procura mostrar o “modo

³⁸ Música do álbum (2000) homônimo do Professor de Linguística da USP e músico, Luiz Tatit.

de funcionamento próprio da língua, em que metáfora e silêncio se conjugam”.

Para Mônica Cassana (2017), também no campo da AD, em “Os deslizamentos de sentido: efeitos metafóricos e metonímicos no discurso do corpo” trabalha a metáfora e a metonímia como efeito de um processo discursivo ao analisar *as formas de subjetivação do sujeito transexual na contemporaneidade*. Discute a maneira pela qual o discurso da ciência, a partir do que a autora chama de uma “formação discursiva dominante”, media e normatiza a relação com o corpo transexual, tomando esses corpos como “errados” ou “incompletos”. Para a autora, a AD permite pensar esses corpos a partir do entrecruzamento com a psicanálise, tomando-os não como um “problema”, mas na relação *falta-falha*. A *falta* estaria não só no corpo, mas *nos discursos desses sujeitos*, como “incompletude”. E a *falha* “porque o sujeito transexual não está em uma transição; ele é uma permanente transição” (CASSANA, 2017, p. 39). Para compreender essa relação, pensa em “efeito metonímico” para explicar a relação *parte-todo* do sujeito transexual e seu corpo, relação que não se completa. Em relação à metáfora, a autora traz a problematização de que, para a AD “a linguagem é metafórica” (Ibidem, p. 51), daí a problemática de compreendê-la como um efeito. Para tal, é necessário trazer como a metáfora é entendida pela psicanálise e a linguística e *ressignificá-la*, fazendo irromper o *equivoco*. Para a autora, a ligação entre metáfora e metonímia se dá através do compartilhamento da “ideia de transferência” (Ibidem, p. 56) que colocam formações discursivas em relação umas com as outras para significar o corpo transexual.

Para Aline Azevedo (2014), em “Sentidos do corpo: metáfora e interdiscurso”, articula-se os conceitos de interdiscurso, efeito de pré-construído, memória, paráfrase, metáfora e formação discursiva, a partir de PÊCHEUX (2009; 2011; 2007), para analisar “o corpo como discurso” (AZEVEDO, 2014, 322). Definindo metáfora como transferência, colocando, dessa forma, “a psicanálise como constitutiva do campo da análise de discurso, especialmente a psicanálise cuja marca é a leitura althusseriana da obra de Lacan” (Ibidem, p. 324). Nesse texto, Azevedo analisa os funcionamentos metafórico (como um ritual) e metonímico (“que “valem” pelo todo do grupo-corpo”) da tatuagem, observando “a multiplicidade sêmica em transferência de sentidos” (Ibidem, p. 333) na relação entre *verbo e imagem*.

Para Suzy Lagazzi (2016) em “O significante em metáfora no movimento metonímico da falta” a metáfora e a metonímia são compreendidas a partir da relação da AD com a psicanálise. A partir da leitura da autora de Oswald Ducrot e Todorov (1982, *apud* Lagazzi, 2016) em “O primado do significante” destaca a seguinte passagem, a partir da qual desenvolve seus estudos sobre metáfora e metonímia: “Lacan, localizando o deslocamento e a condensação nas dimensões da cadeia significante, propõe que “a condensação é uma metáfora”

e que o "deslocamento é uma metonímia". A metáfora “diz para o sujeito o sentido recalcado do seu objeto”. Na metonímia “se marca que é o desejo, desejo de outra coisa que falta sempre” (DUCROT E TODOROV, 1982, p. 416, *apud* LAGAZZI, 2016). A partir daí, a autora busca outros pontos de contato e atravessamento com a psicanálise que a permitem compreender a metáfora e a metonímia e a *re-situá-la* “na relação com a condensação e o deslocamento” (LAGAZZI, 2016, p. 208), compreendendo a metáfora na “irrupção, numa cadeia significativa dada, de um significante vindo de uma outra cadeia”, caracterizando a metonímia na *falta* que “constitui a cadeia significativa (...) a falta é função essencial no interior da cadeia significativa porque o recalque é constitutivo do sentido”. Nessa relação de proximidade, metáfora e metonímia pensam “o significante no movimento do irrealizado para um sujeito descentrado” (Ibidem, p. 209). E conclui propondo a formulação “metaforizações metonímicas da imagem” e assim marcar dois *movimentos de deriva*: “a condensação e o deslocamento na relação com o recalque e a falta”. Em termos de análise, implica a maneira pela qual a autora compreende os efeitos de sentido da imagem como “materialidade significativa” (LAGAZZI, 2009), permitindo observar a *materialização* do “social no sentido recalcado dos objetos em desejo, desejo do que sempre falta”:

Um social que metaforicamente se condensa na formulação visual e interdiscursivamente aponta para o desdobramento das imagens no encadeamento metonímico de uma cadeia significativa em movimento. Processos em concomitância, metáfora e metonímia realizando a linguagem no sujeito, na história (Ibidem, p. 211).

Para a autora, metáfora e metonímia seriam processos concomitantes e diriam respeito à relação entre sujeitos, história e a linguagem. Para Pêcheux, metáfora se relaciona a interdiscurso, estabelecendo uma relação entre FDs:

o interdiscurso longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente à uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 158).

Os estudos sobre a metáfora e metonímia são diversos e ricos, como pudemos observar, e são requisitados para responder questões bastante distintas. Apesar de considerarmos a importância dos trabalhos acima, apenas os trouxemos para mostrar que os sentidos de metáfora e metonímia não são óbvios e se mostram muito produtivos nas análises

em AD. No entanto, considerando as necessidades e especificidades do nosso corpus, pretendemos compreender metáfora e metonímia, a partir dos estudos de Mónica ZOPPI-FONTANA (2017a), como processos de metaforização e metonimização (Ibidem, p. 132) para pensarmos a temporalidade no discurso neoliberal.

Para a autora a “oposição temporal” (Ibidem, p. 136) metaforiza:

“a alegoria do sucesso”, que ressignifica a designação e a imagem da “empregada doméstica” pela sua sintagmatização em uma narratividade que apazigua a contradição social, metaforizada como uma sequência temporal, na qual o sujeito galga os degraus de uma escala ascendente de realização pessoal, válida para todos e qualquer um. (ZOPPI-FONTANA, 2017a., p. 140).

Contrariamente, o processo de metonimização é apresentado pela descrição de um “laço metonímico” (Ibidem, p.141) em que “não há ruptura e polarização, mas continuidade” (Ibidem, p.141). Dessa forma, a autora traz esses processos para analisar a temporalidade tomando-a a partir da ruptura (processos de metaforização) e da continuidade (processo de metonimização). E é considerando esses processos que procuraremos analisar a temporalidade no discurso neoliberal e no discurso neoliberal atravessado por questões de gênero.

1.6 Análise do discurso neoliberal: o gênero como questão

Nesse trabalho centramos nossas análises no entrecruzamento do discurso neoliberal com as questões de gênero no discurso empreendedor. Mas o que seriam essas questões de gênero? No Brasil, atualmente, o sentido de gênero tem sido alvo de acirradas disputas. Projetos de lei como o intitulado “escola sem partido” e o recente recolhimento de materiais didáticos por parte do governo estadual de São Paulo por conter uma suposta “ideologia de gênero” mostram que o sentido atribuído a gênero seria de algo ruim, nocivo, em suma, algo a ser evitado.

R11: Art. 2o. O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo

vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.³⁹

A relação harmoniosa entre “identidade biológica de sexo” e o “desenvolvimento da personalidade” dos alunos é reforçado pela dupla negação que incide em proibições que comprometeriam essa relação harmoniosa. A negação faz irromper a afirmação daquilo que está sendo negado, assim o Poder Público estaria intervindo na “orientação sexual dos alunos” e teria práticas que comprometeriam o “desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo”. O advérbio “especialmente” marca a relação entre as negações e a “aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero”, estabelecendo uma enumeração do que seria necessário para não se desarmonizar a “respectiva identidade biológica de sexo” dos alunos: não intervir na orientação sexual dos alunos; não permitir qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo; proibir a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

Na referida polêmica do recolhimento de apostilas dos alunos da escola pública estadual do 8º ano, o texto que teria causado este problema seria intitulado “Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual”. O governador do estado usou suas redes sociais para anunciar à população sua decisão de recolher o material:

R12: “Fomos alertados de **um erro inaceitável** no material escolar dos alunos do 8º ano da rede estadual. Solicitei ao Secretário de Educação o imediato recolhimento do material e apuração dos responsáveis. Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero”. (governador do estado de São Paulo, João Dória, 3/Setembro/2019)⁴⁰.(grifos nossos)

Em nota⁴¹ a Secretaria de Educação do Estado falou que o “tema identidade de gênero” estaria em desacordo com a Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017 pelo Ministério da Educação e também com o Novo Currículo Paulista de 2019 e seria “conteúdo impróprio”, nas palavras do governador: “um erro inaceitável”. No [R12], o governador não fala, como na nota da Secretaria de Educação, em “identidade de gênero” que é o termo que aparece no material didático. O governo se coloca enfaticamente contrário à “apologia à

³⁹ Em: http://saglortal.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/materia/330387_redacao_final.pdf?1537896449.47 Consultado em: 31/10/2017.

⁴⁰ Em: <https://twitter.com/i/events/1168949569884807168?lang=en> Consultado em 25/11/2019.

⁴¹ Que pode ser lida na íntegra na reportagem: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml> Consultado em 25/11/2019.

ideologia de gênero”, estabelecendo uma relação entre “ideologia de gênero” e “identidade de gênero”.

O termo “ideologia de gênero” não é usado nos estudos de gênero, ao contrário, funciona a partir de uma formação discursiva específica, religiosa, em que, como nos recortes acima, “ideologia de gênero” se contraporia à “identidade biológica de sexo”. O simples fato de mencionar “gênero” em sala de aula seria algo nocivo. Na justificativa do PL “Escola sem partido”, lê-se:

R13: “É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis” (justificativa do Projeto de lei “Escola sem Partido”).

Um projeto de lei que se fundamenta em um “fato notório” e não em dados, culpabilizando os professores por atrapalhar a educação que seria dada pelos pais e responsáveis das crianças e responsabilizando-os por eventuais adoções de “padrões de julgamento e de conduta moral” por parte dos alunos, evidencia o aspecto sexualizado a que gênero é associado (“incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis”).

Gênero é tomado como uma palavra indesejável, passível de ser proibida, frequentemente associada à “ideologia de gênero”, projetando uma fixação de sentidos em que gênero só seria entendido como desvio, opondo-se a uma suposta ordem natural ditada pela “identidade biológica de sexo”.

É interessante trazermos essa discussão por dois motivos: um para antecipar possíveis ataques que os pesquisadores que trabalham com questões de gênero têm sido alvo e outro para pensar a maneira de trabalhar da AD, que não toma os sentidos como óbvio, mas pensa nas relações de sentido e no sentido como histórico. Isso para podermos analisar o entrecruzamento do discurso neoliberal e gênero, a partir de como a AD entende a língua. A língua não é um objeto de comunicação que transportaria os fatos. Ao contrário, a língua é viva e se dá na relação entre falantes na história. O sentido de uma palavra não poderia ser nem óbvio nem único, ao contrário, descrevê-los dessa forma seria resultado de uma análise que se observasse os efeitos de sentido produzidos. Filiando as análises desse trabalho à AD materialista, interessa-nos entender o funcionamento de determinada palavra, expressão, enunciado. Assim diríamos que gênero significaria uma ameaça à “identidade biológica de sexo” em uma formação discursiva específica. Mas não diríamos que esse seria o sentido

correto ou apropriado da palavra. Nem que, ao contrário, seria o sentido correto. Por mais que observamos as contradições que atravessam a construção de gênero como algo nocivo, no papel de analista, analisamos o funcionamento da língua e do discurso na constituição dos sentidos. Nesse sentido, entendemos gênero como uma construção discursiva:

Embora estabeleçamos um diálogo com outros campos teóricos, como os estudos de gênero (gender studies), a teoria queer, a história, a antropologia, as ciências sociais e a psicanálise, nosso objetivo foi redefinir a questão das identificações de gênero e especificamente das mulheres no campo dos estudos do discurso filiados à teorização de Michel Pêcheux, o que coloca a determinação histórica dos processos de produção de sentido no centro da discussão. Assim, almejamos que a publicação dos resultados dessa nossa reflexão possa também avançar na compreensão dos processos de constituição do sujeito discursivo, como efeito da interpelação ideológica determinada pelas contradições de classe na sua relação com outras determinações. Assim, como veremos, defendemos a necessidade de se pensar no funcionamento da interpelação ideológica como um processo sempre-já-gendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade. Em termos discursivos, esta compreensão nos leva a discutir teoricamente a complexidade dos processos de identificação que configuram as posições-sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo”. (ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017, p. 8-9).

1.7 Objetivos

“(…) sempre no início
 A gente não sabe como começar
 Começa porque sem começo
 Sem esse pedaço não dá pra avançar
 Mas fica aquele sentimento
 Voltando no tempo faria outro som
 (...) Se todo começo é assim
 O melhor do começo é seu fim
 Um dia ainda há de chegar
 Em que todos irão conquistar
 Um meio pra não começar”.
 (TATIT, Luiz, “O meio”)⁴²

A partir do aparato teórico que descrevemos ao longo deste capítulo, pretendemos responder à nossa questão analítica que é de compreender a relação entre gênero e o discurso neoliberal pensando nos efeitos de relacionar um discurso sobre a mulher no interior da

⁴² Música do álbum (2000) homônimo do Professor de Linguística da USP e músico, Luiz Tatit.

formação discursiva do discurso neoliberal. Para tanto, analisaremos os discursos empresariais veiculados em sites de grupos empresariais olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia ou que promovam eventos para falar da importância de haver mais mulheres nas equipes de decisão; olhando também agrupamentos compostos com o objetivo de promover uma administração mais paritária; e reportagens de grupos midiáticos que expliquem, justifiquem a presença de mulheres em espaços de liderança no ambiente empresarial.

No percurso para respondermos ao nosso objetivo geral, esperamos responder também a alguns objetivos específicos tais como analisar a maneira pela qual se procura incluir mulheres no mercado, em especial, nos cargos de chefia. Analisamos, sobretudo, as justificativas que sustentam essa inclusão. Nosso objetivo é entender como se constrói a relação de inclusão de mulheres no mercado de trabalho pensando em uma relação de não pertencimento inerente a essas ações de inclusão. Observamos um movimento que privilegia a presença de mulheres em espaços de chefia por características atribuídas às mulheres que as distinguiriam de uma liderança masculina e como isso traria bons resultados econômicos. Interessa-nos pensar a construção de um imaginário sobre a mulher-empREENDEDORA observando como a mulher é discursivizada. Para tanto, observamos o funcionamento do atravessamento do discurso neoliberal por identificações de gênero a partir da flexão do sujeito do DNL. Assim como, interessa-nos compreender e comparar os funcionamentos distintos do discurso neoliberal e do discurso neoliberal atravessado por identificações de gênero.

Pensando na flexão de gênero morfológica, efeito de uma *linguagem inclusiva* que visa incluir as mulheres no mercado de trabalho, que analisamos no nosso corpus, queremos compreender a projeção de uma nova posição-sujeito no discurso neoliberal. Através de nossas análises, procuramos descrever os efeitos de interdiscurso nesse discurso afetado pelo atravessamento dos estudos de gênero que denunciam a divisão sexual do trabalho. Com essas análises, procuramos compreender os efeitos da flexão de gênero do *agente econômico* do discurso neoliberal. Nossa hipótese é que esses efeitos afetam a formação ideológica do neoliberalismo, uma vez que desvela a não neutralidade da flexão no masculino, em se dizer, por exemplo, *o trabalhador*, colocando em evidência a maneira com que a mulher trabalhadora era *representada* na pretensa neutralidade homogeneizante. Dessa forma, procuramos verificar nossa tese de que a flexão de gênero do *agente econômico* do discurso neoliberal produz uma inflexão e um deslocamento na formação ideológica do neoliberalismo.

CAPÍTULO 2 – O DISCURSO NEOLIBERAL

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela.

(MARX, 2013 [1867], p. 251).

O discurso neoliberal não é facilmente delimitável, circunscrito a espaços específicos. Poderíamos analisá-lo mesmo sem tomar como *corpus* discursos sobre/de empresas, lugar em que se espera que o econômico organize os sentidos e a maneira de significar as relações. Estamos entendendo que o discurso neoliberal, de acordo com Guilbert (2011), funciona pela *dispersão*. Assim, o modo de nomear cargos das secretarias dos estados e municípios como “gestores” e não mais secretários (não se teriam mais políticos, mas *gestores*⁴³); ou de se falar de uma “educação empreendedora”⁴⁴ poderiam fazer parte de recortes que constituíssem um *corpus* para analisarmos o discurso neoliberal em que poderíamos descrever os efeitos de uma visão econômica em espaços que não o são. Nesse sentido, o discurso de gestão (NOGUEIRA, 2015) pode, atualmente, atravessar quaisquer outros discursos, interpelando o sujeito a se “engajar” no processo de assujeitamento através da ideia de responsabilidade (Ibidem, p. 205).

Para esse trabalho, tomamos o mercado empresarial, lugar em que se espera que o econômico regule as relações e os sentidos, para observarmos o discurso neoliberal entrecruzado por identificações de gênero. Como dissemos anteriormente, tomamos como *corpus* o discurso empresarial veiculado em sites de grupos empresariais olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia ou que promovam eventos para falar

⁴³ O governador de São Paulo, João Dória, fez sua campanha focando no modelo empresarial para administração pública. Ver em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/01/joao-doria-promete-ser-gestor-para-sao-paulo-em-sua-posse.html> Consultado 15/12/2019.

⁴⁴ Algumas prefeituras, como a de Jundiaí, adotaram essa maneira de adjetivar a educação. Adjetivação que não funciona meramente atribuindo uma característica à educação, mas deslocando-a, significando-a a partir do entrecruzamento com o discurso neoliberal. Ver matéria usando o termo em: https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2019/08/28/educacao-empreendedora-chega-as-escolas-municipais/?fbclid=IwAR3jBo56CcRyWwgLeaKUhUnj8DY8ySoFaWgJcgZ932Zn3MNMiXi0wXoC_yE Consultado em 15/12/2019.

da importância de haver mais mulheres nas equipes de decisão; vamos olhar também agrupamentos compostos com o objetivo de promover uma administração mais paritária; e reportagens de grupos midiáticos que expliquem, justifiquem a presença de mulheres em espaços de liderança no ambiente empresarial. Queremos, com esse *corpus*, analisar o discurso empresarial atravessado por uma discursividade de gênero que denuncia que esse espaço, apesar do imaginário projetado, não funciona igualmente para todos os indivíduos e que, alguns indivíduos mesmo cumprindo todos os requisitos necessários não conseguem se alçar, ou não o fazem com tanta facilidade, a posições de poder. Isso nos possibilitaria identificar um funcionamento contraditório do discurso neoliberal quando o “agente econômico” é uma mulher.

Para entendermos o discurso neoliberal, sem circunscrevê-lo de maneira estanque a espaços que dizem respeito exclusivamente à economia e compreendermos o modo pelo qual se *dispersa* em outros espaços, precisamos entender as condições de produção do discurso neoliberal. Como dissemos no capítulo anterior, das condições de produção fazem parte a formação social e ideológica na qual se inscrevem os sujeitos, a situação imediata do discurso, assim como o interdiscurso. Falando em interdiscurso e ideologia, estamos pensando em condições de produção mais *amplas* (ORLANDI, 2002b) que funcionam como matriz dos sentidos e que incluem o contexto sócio-histórico ideológico. É sobre esse contexto que nos voltamos para compreender o funcionamento do discurso neoliberal.

A questão do trabalho na atualidade está inscrita no sistema capitalista, importamos, então, entender um pouco da história que possibilitou a implantação desse sistema e como chegamos ao modelo neoliberal que atravessa, como veremos, não só as relações econômicas da atualidade, mas também as relações sociais.

2.1 - Condições de produção do discurso neoliberal

“a tendência de transformar o trabalhador em simples mercadoria”.(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

A opacidade do capitalismo funciona apagando a história e produzindo como efeito uma obviedade em relação à organização das sociedades em torno do capital. No entanto, as sociedades nem sempre se organizaram dessa forma, não só em relação à centralidade do capital, mas também em relação à projeção da mulher relegada a uma posição secundária em relação aos homens. Interessa-nos contextualizar historicamente o capitalismo não com o

intuito de fazermos um cuidadoso relato histórico, mas de mostrar a maneira pela qual a sociedade capitalista se formou tendo como produto a centralidade do capital e a construção de uma fragilização da mulher relegada à posição secundária dos meios de produção.

Nas sociedades pré-capitalistas, a propriedade e a família constituíam uma unidade de produção o que destacava a importância do trabalho da mulher. Isso não significava, no entanto, que, nas sociedades pré-capitalistas, a mulher experienciasse uma situação de igualdade de direitos em relação aos homens, apenas que seu trabalho era fundamental à economia e à subsistência das famílias. À mulher era reservado o trabalho doméstico, mas ao contrário da desvalorização desse trabalho, atualmente invisibilizado, “enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTTI, 1976, p. 32).

No feudalismo, que se estendeu entre os séculos V e XV, a sociedade organizava-se através de grandes propriedades agrárias formadas, geralmente, pelo senhor feudal, por escravos e por camponeses, livres ou em condição de servidão. Para Federici (2017), existe uma crença muito em voga, mas que não corresponderia à realidade, de que o capitalismo teria *evoluído* a partir do feudalismo e, portanto, seria uma “forma mais elevada de vida social”.

No entanto, o modo como a história das mulheres se entrecruza com a história do desenvolvimento capitalista não pode ser compreendida se nos preocuparmos apenas com os terrenos clássicos da luta de classes — serviços laborais (labor services), índices salariais, rendas e dízimos — e ignorarmos as novas visões da vida social e da transformação das relações de gênero que tais conflitos produziram. Elas não foram insignificantes. É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens. Combinadas à recusa do trabalho servil e das relações comerciais, estas formas conscientes de transgressão social construíram uma poderosa alternativa não só ao feudalismo, mas também à ordem capitalista que estava substituindo o feudalismo, demonstrando que outro mundo era possível, o que nos encoraja a perguntar por que ele não se desenvolveu. (FEDERICI, 2017, p. 44).

Para a autora, seria a história das mulheres que permitiria uma visão que não fosse puramente econômica da luta de classes para dar conta da passagem do feudalismo ao capitalismo. No feudalismo, o papel da mulher estava atrelado à produção para subsistência e troca e a manutenção dos feudos. Ou seja, as mulheres participavam ativamente das relações econômicas da época. Contrasta, dessa forma, com o imaginário burguês da mulher frágil, que circunscreve a mulher ao lar e ao cuidado dos filhos. Nas sociedades pré-capitalistas, em que o

trabalho reprodutivo era reconhecidamente importante, circunscrever a mulher ao lar não lhe inflige uma desvantagem como vemos nas sociedades capitalistas, em que “ser do lar” contrapõe-se a “trabalhar fora”, sendo o segundo considerado trabalho, e o primeiro como essência (“ser”). De acordo com Davis (2016), foi com a Revolução Industrial que o papel da mulher passou a ser secundário.

Quando as tentativas pré-Guerra Civil de estabelecer o sistema fabril nos Estados Unidos deram espaço a uma aposta agressiva na industrialização, a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada de muitas mulheres brancas. As fábricas têxteis tornaram obsoletas suas máquinas de fiar. A parafernália que usavam para fazer velas se tornou acervo de museu, assim como várias outras ferramentas que as ajudavam a produzir os artigos necessários à sobrevivência de sua família. À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante. (DAVIS, 2016, p. 24 e 25).

Para a autora, o imaginário de mulher frágil circunscrita ao lar e ao cuidado dos filhos teria, dessa forma, um recorte de raça e de classe específicos e não corresponderia à realidade das mulheres negras. Esse imaginário se aplica à classe burguesa, que nas condições dos séculos XIX e XX abrange mulheres brancas e ricas (não operárias, camponesas ou indígenas). Para DAVIS (op. cit.), analisando a sociedade escravocrata estado-unidense, as mulheres negras vivenciavam, inclusive, uma situação de igualdade em relação aos homens negros. Não que a igualdade beneficiasse a mulher negra de alguma forma, mas salienta destacar que a igualdade entre gêneros já existiu e não foi, assim como a desigualdade não o é, em benefício da mulher. Dessa forma, há mais de uma história em relação à participação das mulheres na sociedade e na economia, e a distinção dessas histórias é tingida pela cor da pele dessas mulheres e delimitada pela etnia e classe. Falamos disso para confrontar com a generalização da mulher frágil e circunscrita ao lar que produziria um déficit na participação das mulheres nas decisões políticas e econômicas que a inserção das mulheres (em sua maioria, brancas) nos espaços de liderança, nos dias atuais, visaria corrigir. Interessa-nos entender esse processo de fragilização da mulher sem, no entanto, que nosso trabalho de análise encubra a

intersecção com raça, classe e etnia.

2.1.1 O surgimento da classe operária e a marginalização do trabalho da mulher

Com a Revolução Industrial, no século XIX⁴⁵, “a exploração da mão-de-obra, que mantinha sua renda em nível de subsistência, possibilitando aos ricos acumularem os lucros que financiavam a industrialização” (HOBSBAWM, 1995, p. 28), observa-se a discrepância de direitos que estava centrada no capital, distinguindo aqueles que detinham o capital daqueles que trabalhavam. Dessa forma, a relação entre proletários e patrões se colocava como conflituosa.

A mulher estava perdendo espaço na economia e o seu papel passa a ser considerado secundário e é invisibilizado. A separação entre o trabalho doméstico e a economia pública torna a mulher, como dissemos retomando Angela Davis (2016), ““sinônimo de “mãe" e “dona de casa", termos que carregavam a marca fatal da inferioridade” (Ibidem, p. 25). Essa relação funcionava no âmbito da família burguesa, projetando-se sobre as outras classes como discurso dominante. Isso cria contradições com as reais condições de existência das mulheres operárias e camponesas brancas, pobres e imigrantes, negras escravizadas ou libertas e indígenas.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTTI, 1976, p. 35).

Dessa forma, enquanto se constituía a classe operária, o trabalho da mulher era marginalizado em relação à economia pública. As mulheres ficavam, assim, de fora da lógica do capital, ao menos em relação ao salário, uma vez que o invisível trabalho das mulheres permitia que a manivela continuasse a girar. De acordo com Federici (2017), o capitalismo coincide com uma guerra contra as mulheres que, na Idade Moderna, eram executadas como bruxas. No entanto, apesar de estarmos aqui relatando sobre essa guerra pensando nos primórdios do capitalismo, consideramos que a exploração das mulheres não ocorreu de

⁴⁵... as repercussões desta revolução não se fizeram sentir de uma maneira óbvia e inconfundível - pelo menos fora da Inglaterra - até bem o final do nosso período; certamente não antes de 1830, provavelmente não antes de 1840 ou por essa época” (HOBSBAWM, 1995, p. 28)

maneira similar para todas. Questões de classe e raça constituíram elementos determinantes nas opressões sofridas por mulheres. Consideramos também que a exploração da mão de obra feminina é histórica (precede o início do capitalismo) e não acabou como observamos, por exemplo, em contínuos e recentes resgates de mulheres em trabalho análogo ao escravo⁴⁶.

Data também do século XIX, a produção teórica de Marx, introduzindo o conceito de classe, passando a compreender a sociedade como uma sociedade de classes: “A história de toda sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas” (MARX; ENGELS, 1998 [1848], p. 57). A partir dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, entende-se as relações de trabalho a partir das classes, diferenciando quem detinha o capital dos operários. No entanto, a relação de classe apagava o cruzamento com outras formas de opressão não relacionadas diretamente ao capital, como a questão da raça e de gênero. Dessa forma, olhar para a sociedade como uma sociedade de classes traz luz às relações econômicas vigentes ao mesmo tempo em que reforça a invisibilização de grupos colocados à margem da economia.

2.1.2 Neoliberalismo no Brasil

Para Foucault (2008 [1979]), o contexto que possibilitou o desenvolvimento do neoliberalismo americano foi: “a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais” (Ibidem, p. 299). Eram políticas que previam o intervencionismo do Estado e constituíram o alvo do pensamento neoliberal. O neoliberalismo veio, então, para fazer frente a essas políticas e se colocar como libertário: projetando um horizonte de liberdade a todos os indivíduos e à economia em relação à pretensa prejudicial influência e gerência do Estado.

Na América Latina, o sistema econômico já era capitalista, mas foi com as ditaduras que o modelo neoliberal foi imposto em um parto de violência, através da aplicação do programa econômico da Escola de Chicago. Pierre Dardot e Christian Laval (2016) chamam a atenção em relação a “não confundir estratégia geral com métodos particulares”. Esses métodos dependeriam

⁴⁶ A esse respeito recomendamos as seguintes reportagens: <http://abet-trabalho.org.br/ma-e-o-estado-com-mais-mulheres-em-situacao-de-trabalho-analogo-ao-escravo/>, consultado em 10/12/2019; <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/09/04/empregada-domestica-indigena-e-resgatada-de-trabalho-escravo-sao-jose-dos-campos-sp.ghtml>, consultado em 10/12/2019 e <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/NOT,0,0,1431195,casal+mantinha+idosa+em+trabalho+analogo+ao+escravo+ha+20+anos.aspx>, consultado em 10/12/2019. Além dos trabalhos de denúncia e resgate de trabalhadoras e trabalhadores em condições análogas às escravidão da ong Repórter Brasil: <https://reporterbrasil.org.br/>, consultado em 10/12/2019.

das circunstâncias locais, das relações de forças e das fases históricas: podem tanto empregar a brutalidade do *putsch* militar como a sedução eleitoreira das classes médias; podem usar e abusar da chantagem do emprego e do crescimento e aproveitar os déficits e as dívidas como pretexto para as "reformas estruturais", como fazem há muito tempo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20).

Nesse sentido, os métodos da ditadura, apesar de importantes para implementação do modelo neoliberal na América Latina, não foram imprescindíveis. O mais importante é algo que Wendy BROWN (apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20) chamou de processo de "desdemocratização" que "consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente" (Ibidem, p. 20), já que o importante para a imposição do modelo neoliberal é "enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX, o que pressupõe uma guerra longa" (Ibidem, p. 21). No Brasil, no entanto, a democracia foi formalmente extinta e a implementação do modelo neoliberal ocorreu de maneira distinta, uma vez que na ditadura militar teve um intenso processo de estatização⁴⁷, contrário ao modelo neoliberal.

a ditadura militar brasileira, embora tivesse suprimido a política populista de ampliação gradativa dos direitos sociais e arrojado os salários, não implantou uma política global de desregulamentação e manteve a intervenção econômica do Estado com vistas ao crescimento e à diversificação do parque industrial. (BOITO, 1999, p. 115).

Não seria aí, então, que a política econômica neoliberal seria plenamente implementada. Foi nos anos 90 que os governos latino-americanos foram pressionados a aderir a um pacote econômico neoliberal. Para compreendermos essa pressão é importante mencionarmos a implementação do modelo neoliberal nos Estados Unidos, contrapondo-se à política keynesiana implementada no governo de Franklin Roosevelt (1933-1945) com o New Deal, que consistia em uma série de programas e reformas financeiras em resposta à Grande Depressão (1929). Sendo essa política do New Deal considerada muito intervencionista pela regulação do Estado, a oposição a ela propiciou terreno fértil para o desenvolvimento do

⁴⁷“O antiestatismo que domina toda a superfície da ideologia neoliberal tem procurado, nos textos doutrinários e na sua propaganda midiática, apresentar-se com uma “roupagem” popular. A ideologia espontânea das classes dominadas tendem, como mostraram alguns estudiosos, para uma visão “negativa” do Estado. No caso do Brasil, a intervenção do Estado desde a ditadura militar tem se dado de modo a favorecer, fundamentalmente, os monopólios, inclusive a burguesia de Estado que controla os monopólios estatais. O neoliberalismo pode aproveitar-se de tal situação, apresentando a política de privatização e de abertura ao capital estrangeiro como uma política popular” (BOITO, 1996, p. 101).

neoliberalismo americano. “O texto primeiro, fundador, desse neoliberalismo americano, escrito em 1934 por Simons, que foi o pai da Escola de Chicago, é um artigo que se chama “Um programa positivo para o *laissez-faire*”” (2008 [1979], p. 298). A oposição à regulação do Estado e a autogerência do mercado estão na gênese do pensamento neoliberal.

Com o Consenso de Washington, em 1989, os governos latino-americanos foram, em especial nos anos 90, pressionados a aderir a um pacote econômico neoliberal que previa uma “disciplina fiscal” acentuada e condizente com as diretrizes impostas por órgãos financeiros internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial além do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (United States Department of the Treasury). Essa “disciplina fiscal” previa, dentre outras coisas, reforma tributária, privatização, colocando em xeque as soberanias nacionais na América Latina em nome do liberalismo econômico com a promessa de que este seria benéfico às economias desses países.

Nessa época, o Brasil passava por uma transição à democracia, recém saído de um longo período ditatorial (1964-1985), teve em 1989 sua primeira eleição direta à presidência, elegendo Fernando Collor (1990-1992). Seu governo foi conturbado devido a denúncias de corrupção que culminaram em um processo de impeachment, o que impediu que a política econômica neoliberal, prevista pelo Consenso de Washington, fosse plenamente consolidada. Com o governo de seu sucessor Itamar Franco (1992-1994), o Brasil passa por reformas econômicas⁴⁸ com o objetivo de estabilizar a economia evitando as flutuações de preços e a inflação encabeçadas pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real, como foi chamada essa série de reformas econômicas, foi decisivo na disputa presidencial seguinte, levando Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) à presidência. Foi principalmente durante seu governo que o Brasil aderiu definitivamente ao neoliberalismo com o enfraquecimento do Estado por uma série de políticas de privatizações, afinal “o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 26). Crises que funcionam estrategicamente na lógica neoliberal. E é nesse sentido que se vê uma forte pressão de grandes grupos econômicos para “purificar a economia”, ou seja, livrá-la da influência do Estado. Para isso, precisaria enfraquecer os direitos que o movimento operário tinha conquistado, além de promover o enfraquecimento de instituições⁴⁹. Mesmo o Brasil não tendo experienciado um

⁴⁸ Sobre o assunto: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Consultado em 20/12/2019.

⁴⁹ “Todavia, não se trata mais de se perguntar como, de maneira geral, as relações capitalistas impõem-se à consciência operária como “leis naturais evidentes”; trata-se de compreender, mais especificamente, como a governamentalidade neoliberal escora-se num *quadro normativo global* que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as

“Estado de bem-estar no sentido rigoroso do termo” (BOITO, 2006, p. 281), esses direitos que o movimento operário tinha conquistado foram suficientes para que o neoliberalismo fosse alçado à posição de resolver a “crise de governamentalidade”. Para isso foi fundamental o apoio de classes da sociedade, em especial, das mais abastadas:

O Estado de bem-estar social, principalmente em suas versões mais avançadas, não interessa à alta classe média. Quanto mais generalizados e igualitários forem os direitos sociais e o usufruto dos serviços públicos, mais eles aparecem a tal setor social como perda de renda, devido aos impostos que o Estado de bem-estar faz incidir sobre as famílias abastadas, e como declínio social, devido à redução da desigualdade econômica e social. (BOITO, 2006, p. 281)

No entanto, não só os beneficiários diretos de uma economia neoliberal apoiaram e possibilitaram que um sistema econômico neoliberal fosse implementado, o neoliberalismo teve importante apoio de setores operários e populares, o que nos faz pensar em Beauvoir (2005 [1947]) quando fala que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (Ibidem, p. 82):

Além de conquistar a fração superior da classe média, o neoliberalismo neutralizou ou atraiu setores operários e populares. Isso se deu através de mecanismos bastante complexos e sem que esses setores populares tenham – diferentemente do que ocorre com a alta classe média – os seus interesses atendidos pela política neoliberal. Não há ganhos efetivos para as classes populares e a adesão ao neoliberalismo pode se apresentar, como adesão negativa, como ilusão ideológica ou como neutralização política. Desse modo, torna-se possível, segundo consideramos, pensar uma hegemonia regressiva, instável, cujas relações diferenciadas com distintos setores populares convergem, apesar de sua heterogeneidade, para algum tipo de sustentação política do neoliberalismo no meio popular. Enfim, é preciso pensar a hegemonia de um modo menos culturalista (consenso em torno de valores e idéias) e menos historicista (adesão a um modelo progressista que desenvolve as forças produtivas e distribui renda), para se poder compreender o tipo de hegemonia ideológica burguesa que se instaura com o capitalismo neoliberal no Brasil. (BOITO, 2006, p. 281)

Dessa forma, o neoliberalismo representaria uma “hegemonia ideológica burguesa”, evidenciando os mecanismos complexos pelos quais se justifica, mesmo sem ganhar nada em retorno, a adesão de boa parte do proletariado ao neoliberalismo. Remontamos à ideia de formação ideológica que, como vimos no capítulo anterior, constitui “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se

práticas desses indivíduos”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

relacionam diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971], p. 26), para pensarmos no funcionamento da ideologia e compreendermos o funcionamento da ideologia burguesa que sobrepõe os direitos trabalhistas em nome de uma pretensa liberdade da economia em relação ao Estado. Como se a intervenção estatal fosse um empecilho não à ampliação dos direitos trabalhistas para todos, mas ao sucesso individual. Diferentemente de trabalhadores pertencentes a uma classe que reivindicam direitos iguais para todos, com a individualização os ganhos seriam, igualmente, individualizados.

2.1.3 Neoliberalismo como razão

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.

(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17)

O neoliberalismo seria, para os autores Dardot e Laval, uma racionalidade, tal como Foucault (2008 [1979]) a entende: uma racionalidade que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, op.cit., p. 17). Permitindo que os ideais neoliberais se estendam para além do campo econômico regulando, inclusive, as relações sociais.

O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais. Além disso, devemos deixar claro que esse sistema é tanto mais “resiliente” quanto excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital. Ele estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade “contábil” pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos (Ibidem, p. 30).

A individualização, o ideal de sucesso, a máxima “fé, força e foco” seriam algumas das ideias neoliberais dispersas nas igrejas, escolas, nas administrações públicas... contribuindo para dispersar a posição-sujeito neoliberal e, ao mesmo tempo, ressignificar outras posições-sujeitos a partir da racionalidade neoliberal. Poderíamos, então, pensar que o neoliberalismo funcionaria como uma formação ideológica, uma vez que se estende, para além do campo econômico, para as práticas sociais.

Marilena Chauí (2006) entende que “a marca principal no neoliberalismo é o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado” (Ibidem, p. 69), pensando como esse processo incide diretamente nas relações de sociabilidade, passando a se centrar no individualismo. Essa seria uma maneira de atingir o sonho neoliberal de Estado mínimo: todos os indivíduos seriam empreendedores em potencial alterando, assim, a maneira de se pensar as relações de trabalho e sociais.

2.1.4 O trabalho no capitalismo neoliberal

O neoliberalismo legisla sobre uma forma moderna de trabalho e das relações de trabalho, com o ideal de liberdade, o trabalhador se assume como seu próprio chefe, suprimindo as responsabilidades do governo de garantir direitos iguais para todos, o trabalhador passa a buscar seu próprio sustento a partir da “flexibilização”, cada vez mais frequente, dos seus direitos.

A despeito do que se poderia supor, com a pretensa independência da economia em relação ao Estado, o controle do trabalhador não desaparece, ao contrário torna-se mais opressivo porque é internalizado. Não tem um capataz, cada indivíduo torna-se responsável por fazer sua própria vigilância: “A servidão, com a vigilância do desempenho 24h por dia, 7 dias por semana, está se tornando plena e verdadeiramente, para os subordinados, uma tarefa do tipo “faça você mesmo”” (BAUMAN, 2013, p. 61). Em “Foi “propaganda” mesmo o que você disse?”, Pêcheux (2011 [1979]) analisa o debate psicológico da propaganda política cuja raiz “longe de estar instalada nas contradições psicológicas da consciência humana, seja na realidade encontrada nas formas históricas de assujeitamento do indivíduo, que se desenvolveram com o próprio capitalismo” (Ibidem, p. 80). Deslocando, dessa forma, de uma concepção psicológica para pensar em “formas históricas de assujeitamento”. Zygmunt Bauman (2013) vai entender esse processo como passagem de passividade para atividade⁵⁰, evidenciando a mudança na constituição da classe operária que passa a se autovigiar. Pensar em termos de passividade/ atividade pressupõe pensar em um controle do sujeito, algo não comportado pela noção de sujeito da AD. Vamos, então, entender, a partir de Pêcheux, como “formas históricas de assujeitamento”. Falar em assujeitamento não ignora que o indivíduo trabalhador acumule a função de capataz, mas a compreende não como uma atividade do indivíduo, mas como um assujeitamento a uma posição sujeito por projeção imaginária de um lugar social:

⁵⁰ “A construção, administração e manutenção de pan-ópticos foi transformada de passiva em ativa para os chefes, prevista nas letras miúdas de todo contrato de empresa.” (BAUMAN, 2013, p. 61).

O modo de produção capitalista se apresenta sob os traços de uma democracia burguesa exemplar, fundada na *ideologia jurídica do contrato livre e igual* que constitui, através da forma econômica das “leis de mercado”, a mola essencial da divisão de classes entre trabalhadores “livres” e os proprietários da “livre empresa”. Nesse universo, o passado está apagado ou ausente; o modo de produção capitalista engendra as formas de assujeitamento que lhe são necessárias ao mesmo tempo em que se engendra a si mesmo. (PÊCHEUX, 2011 [1979], p. 80/81)

É a partir da compreensão da ideologia que se faz possível conceber teoricamente o sujeito como assujeitado e não como consciente e dono de seu dizer. Entendemos que essa consciência funciona como efeito através do esquecimento no 1 que “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 162). É nesse sentido que entendemos que:

A arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer as revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente. (PÊCHEUX, 2011 [1979], p. 92).

Esse controle vem disfarçado de uma promessa de ser seu próprio chefe, no entanto, essa promessa não capitaliza o trabalhador. Longe de trazer benefícios para o trabalhador, esse controle seria uma forma de torná-lo seu próprio capataz. Assim, se o trabalhador não tem uma renda suficiente, a responsabilidade por não estar trabalhando o suficiente recai sobre si. Ao mesmo tempo em que se culpabiliza o trabalhador, enfraquece a classe trabalhadora que não se vê como uma classe, mas como empreendedores atuando de maneira individual. E com o mercado regulando os valores dos serviços, apagam-se, também, as reivindicações pelas baixas remunerações.

Nesse contexto, surge, então, uma nova profissão tão regulada quanto se pode ser na corrente da “uberização” do trabalho (ANTUNES, 2020) em que se faz “desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele” (Ibidem, p. 39). Nesse cenário, não se tem mais desempregados, mas empreendedores que não teriam, ainda, achado seu nicho de atuação. Tornar-se empreendedor de si como projeção de um ideal de sujeito contemporâneo é materializado no discurso de/ sobre “coaches”. O coaching vem do termo esportivo em inglês para técnico que, de acordo com a filósofa Michela Marzano (2010), tem, por sua vez, origem francesa remetendo ao termo “cocher” que é a pessoa encarregada de conduzir passageiros à sua destinação. Como profissão, “usando receitas pré-fabricadas, os gestores ou seus

sucessores, como os coaches, são os únicos supostamente capazes de dar exemplo do sucesso”⁵¹ (Ibidem, p. 31), tendo o objetivo de “acompanhar pessoas na mobilização de seus recursos e no desenvolvimento de sua autonomia” (Ibidem, p. 221)⁵².

A seguir, analisaremos a explicação de “coach”, no site Instituto Brasileiro de Coaching (IBC Coaching), para pensarmos nessa projeção de um ideal de sujeito contemporâneo.

R14: Coaching é um processo, uma metodologia, um conjunto de competências e habilidades que podem ser aprendidas e desenvolvidas por absolutamente qualquer pessoa para alcançar um objetivo na vida pessoal ou profissional, até 20 vezes mais rápido, comprovadamente. E o Coaching também é uma excelente oportunidade de carreira para quem quer ajudar outras pessoas e ser muito bem remunerado por isso, atuando como Coach Profissionalmente. (IBC Coaching)⁵³.

Coordenar “querer ajudar” e “ser muito bem remunerado por isso” segue um princípio básico do neoliberalismo em que qualquer coisa pode ser ou vendável ou convertida em relação de trabalho: a vontade em ajudar se torna potencialmente uma relação profissional. A abrangência de alcance do “Coaching” projetada pelo recorte acima, potencialmente, traz o empreendedorismo para qualquer assunto. Tanto para as questões de formações variadas profissionais como para a esfera pessoal, de acordo com o site do Instituto Brasileiro de Coaching (IBC):

R15: Tipos de coaching:

Coaching pessoal ou coaching de vida: Coaching de Família; Coaching para Emagrecimento; Coaching de Emoções; Coaching Espiritual; Coaching de Relacionamento; Coaching para Grávidas; Coaching de Férias; Coaching de Crianças; Coaching Esportivo; Coaching de Comunicação.

Coaching executivo: Coaching de Carreira; Coaching de Liderança; Coaching de Vendas; Coaching de Performance; Coaching de Equipes; Coaching Empresarial; Coaching de Negócios; Coaching de Empreendimento; Coaching Organizacional; Coaching de Gestores. (IBC Coaching)⁵⁴.

⁵¹ No original: “à l’aide de recettes préfabriquées, les managers ou leurs succédanés, comme les *coachs*, sont les seuls supposés capables de donner l’exemple de la réussite”.

⁵² No original: “L’objectif du *coaching* est d’accompagner une personne dans la mobilisation de ses ressources et dans le développement de son autonomie”.

⁵³ Em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/o-que-e-coaching/?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=oquecoacoaching&utm_term=texto&utm_content=responsivo&adw_source=google&adw_medium=cpc&adw_campaign=189145550&adw_term=o%20que%20%C3%A9%20coaching&adw_content=g&gclid=CjwKCAjw5_DsBRBPEiwAIEDRW1WZjhn39JaRfz11UPuXTNM5FDjbynqURpVjTC0pZ-COoHjfA8vzwxoCdPcQAvD_BwE. Consultado em 23/08/2019.

⁵⁴ Em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/quais-tipos-nichos-coaching/>. Consultado em 23/08/2019. Além dessas, acima listada no site do IBC Coaching, encontramos, em uma rápida busca na Internet outras áreas de atuação como *pet coaching*, *coaching* de educação masculina infantil, *coaching* de

A maneira de nomear (coaching + preposição de + substantivo/ nominalização) qualifica e tipifica as possibilidades de coaching, da mesma forma nas designações em que o nome é construído com adjetivo (espiritual, esportivo, empresarial, organizacional) ou com a projeção de uma finalidade (para emagrecimento) ou um público alvo (para grávidas). O alcance da aplicação dessa profissão pretensamente esquadrinha todos os espaços de atuação profissional e de fórum pessoal. Dessa forma, teria um vasto campo de atuação capaz de profissionalizar “qualquer um” a respeito de quase qualquer coisa. Afinal, todas e todos poderiam ser empreendedores de si mesmo. E teria um *coach* para ajudá-lo na empreitada de se tornar empreendedor, além da própria possibilidade de ser um *coach* você mesmo. Dessa forma, “o *coaching* é a consequência direta do advento de uma sociedade de indivíduos autônomos e responsáveis, um universo em que é necessário seduzir e convencer em vez de coagir”⁵⁵ (MARZANO, 2010, p. 222).

Na lógica do *coaching*, vai se esvaziando a noção do desemprego, uma vez que o *coaching* poderia capacitar (em pouco tempo) qualquer um a respeito de quase qualquer coisa, oferecendo-se como resposta ao desemprego para realocar a trabalhadora e o trabalhador no mercado.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com o estabelecimento da lógica neoliberal no Brasil, a noção de desemprego já havia sido esvaziada. Com o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR, 2001) a ideia fora de integrar uma política pública que visasse articular a formação profissional a programas de geração de trabalho e renda. Com esse plano, a noção de desemprego foi substituída pela de “empregabilidade”, o trabalhador desempregado, na verdade, ao invés de tomado como um número a mais para a taxa de desemprego passava a ser considerado como um profissional potencialmente *empregável*, mas, *ainda*, sem emprego.

Mais recentemente, com a mediação dos aplicativos nas *relações de trabalho*, aparece um tipo de trabalho caracterizado pela efemeridade da relação estabelecida conhecido como “uberização” do trabalho (ANTUNES, 2020), “uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de *escravidão digital*” (Ibidem, p. 39), combinando flexibilização a uma disponibilidade integral do trabalhador.

empoderamento feminino, mostrando que o capitalismo rentabiliza questões sociais.

⁵⁵ No original: “le *coaching* serait la conséquence directe de l’avènement d’une société d’individus autonomes et responsables, un univers où il faut séduire et convaincre plutôt que contraindre”.

Derivado do nome de um aplicativo da empresa, *Uber*, que, de acordo com a própria empresa de aplicativo, seria uma palavra em alemão que significaria “algo superior”. A princípio, referia-se apenas a um aplicativo que localiza o motorista cadastrado disponível mais perto do cliente. A maneira como a palavra *uber* é incorporada ao léxico, passando a ser usada como verbo (*uberizar*) e, posteriormente, como nominalização (*uberização*), mostra a incorporação desse funcionamento que daria ao trabalhador uma pretensa liberdade para administrar seu tempo de trabalho ao mesmo tempo em que estabelece um vínculo efêmero, em que eventuais problemas na execução deste trabalho ficariam totalmente a cargo do motorista que, em nome da “liberdade”, assume toda a responsabilidade.

R16: Faça seu próprio horário. Você decide quando quer ganhar dinheiro dirigindo.⁵⁶

A decisão a cargo do motorista afrouxa qualquer vínculo, apoiando-se na eventualidade que, a princípio, não precisaria de uma regularidade, ao mesmo tempo em que cria um sistema que pontua os motoristas que se dedicam mais, privilegiando aqueles que trabalham mais. No entanto, essa relação que demanda ao trabalhador muita disponibilidade é apagada a partir da projeção de uma temporalidade controlada exclusivamente pelo trabalhador (“você decide quando quer”). A intermitência deste trabalho, cuja a decisão em fazê-lo ou não é projetada como exclusivamente do prestador de serviço, apagando-se os contextos sócio-histórico e econômicos que levariam o trabalhador a “optar” por esse trabalho, traria como efeito o pré-construído de que aquele não seria, necessariamente, o único trabalho desempenhado por aquele trabalhador. Seria um *bico*, sem vínculo nenhum, nem de trabalho, nem de cumprimento de um mínimo de horas trabalhada, o sonhado (pelo empresariado) *contrato de zero hora*, “experiência britânica (...) Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente” (ANTUNES, 2020, p. 25).

O “trabalho intermitente” passa a fazer parte da lei trabalhista brasileira em 2017⁵⁷ com a alteração da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)⁵⁸. A equivocidade de se determinar o trabalho como intermitente abre a pergunta: intermitente para quem? Quem é beneficiado com a falta de vínculo? Certamente não o trabalhador. A uberização deriva desse

⁵⁶Site da “Uber”, disponível em: <https://www.uber.com> Consultado em 25/10/2019.

⁵⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm Acessado em 27/12/2019.

⁵⁸ Agradeço à Luciana Nogueira pela indicação dessa análise.

pretensão autocontrole projetado como benéfico ao trabalhador, mas que o onera em assumir integralmente as responsabilidades e os riscos inerentes a esse trabalho.

R17: O que é a uberização do trabalho e qual o impacto dela?

Cerca de 13 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O número representa, aproximadamente, 12,4% da população. Com um cenário pessimista para os empregos formais, as pessoas buscam alternativas de trabalho, seja para garantir alguma forma de sustento ou complementar a renda.

Com esse contexto, e a necessidade das pessoas de ganharem dinheiro para sobreviver, surgiu o que ficou conhecido como a **uberização do trabalho**. Esse modelo prevê um estilo mais informal, flexível e por demanda. A advogada trabalhista Deborah Gontijo, do escritório Kolbe Advogados Associados, afirma que a uberização é, na verdade, a modernização das relações de trabalho. (...)

Entendendo o conceito de uberização

O próprio nome viria da empresa Uber, na qual os motoristas possuem essa liberdade e atuam de acordo com a demanda dos clientes, se aceitarem a corrida (ou o trabalho). O modelo é visto como uma forma mais eficiente de atuação, não se restringe a quem trabalha com aplicativos. (Na Prática, 02/07/2019)⁵⁹

A análise pessimista do cenário não o qualifica em sua totalidade, mas parcialmente, circunscrevendo esse pessimismo aos “empregos formais”. Abrindo espaço para se apresentar a “modernização das relações de trabalho” que traria liberdade, eficiência, flexibilidade e atenderia às reais necessidades, uma vez que funcionaria por demanda, o que é colocado como um ganho. Essa modernização é apresentada como solução para o cenário pessimista.

A família parafrástica de “trabalho” é constituída pela determinação “formais” e “alternativas”: “Com um cenário pessimista para os empregos formais”; “as pessoas buscam alternativas de trabalho”. Relaciona o *pessimismo* aos “empregos formais”, apresentando como opção ao desemprego (“pessoas estão desempregadas”) “alternativas de trabalho”. A família parafrástica de “trabalho” confrontada com o desemprego como realidade traz para esse discurso a contraparte dessas determinações (“formais”, “alternativas”) que seriam “um estilo mais informal de trabalho”. Essa maneira de apresentar o trabalho é contraposta à “modernização do trabalho” apresentada como a *salvação* para os “trabalhos formais” a partir do apagamento da relação de trabalho.

⁵⁹ Em: <https://www.napratca.org.br/o-que-e-a-uberizacao-do-trabalho/> Consultado em 29/01/2020.

A “modernização das relações de trabalho” seria a *sobrevivência*, funcionando como discurso transverso. Para Pêcheux (2009 [1975]),

“articulação” (ou “processo de sustentação”) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de *discurso-transverso*, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência “explicativa” que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito). (Ibidem, p. 153).

O discurso transverso é da ordem do interdiscurso e incide no intradiscurso na linearização dos sentidos, fazendo com que, no recorte em questão [R17], a sobrevivência da trabalhadora e do trabalhador seja sintagmatizada como “*modernização das relações de trabalho*”. E é nesse sentido que “a necessidade das pessoas de ganharem dinheiro para sobreviver” estabelece a ligação entre “esse contexto” (com “cerca de 13 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil”) e o surgimento da “uberização do trabalho”. Esse discurso transverso traz os sentidos de *necessidade*. Não surgiu por acaso, mas se deduz necessariamente da evidência de que as pessoas precisam ganhar dinheiro para sobreviver. Essa afirmação é mostrada como evidência compartilhada, como um saber lateral que sustenta o que está se definindo como *uberização*. Mostrando não só a deficiência em absorver a mão de obra trabalhadora como promovendo um deslocamento na posição-sujeito trabalhadora que passa a se constituir pela busca individual pela sobrevivência.

A relativa substantiva “o que ficou conhecido como a **uberização do trabalho**” produz efeito de pré-construído:

o fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí*. (PÊCHEUX, 2009 [1975]), p. 89)

Nesse sentido que a ideia de uberização não é construída no intradiscurso, mas apresentada como um outro domínio de pensamento que irrompe no fio do discurso.

A “uberização” é descrita como um “estilo mais informal, flexível e por demanda”. A esse respeito, no Toyotismo, criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, funcionava um sistema conhecido como “Just in Time”, que visava produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária. Esse processo de uberização remete a alguns elementos do toyotismo; a diferença, no entanto, está em que já não se trata de um processo interno à empresa, mas externo a ela, terceirizado e individualizado.

É desse modo que o capitalismo informacional e digital vem aprimorando sua engenharia da dominação. Desde que a empresa taylorista e fordista foi suplantada pela liofilização⁶⁰ toyotista e flexível, passamos a presenciar o que Danièle Linhart denominou *desmedida empresarial*. Contra a rigidez vigente nas fábricas da era do automóvel, durante o longo século XX, nas últimas décadas os capitais vêm impondo sua trípole destrutiva em relação ao trabalho: a *terceirização*, a *informalidade* e a *flexibilidade* se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa.

Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar de **uberização** do trabalho, que se tornou um *leitmotiv* do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora dele*, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de *escravidão digital*. (ANTUNES, 2020, p. 39).

O resultado dessa pretensa liberdade de escolha é a completa disponibilidade, que Ricardo Antunes (*op. cit.*) chama de *escravidão digital*, uma vez que a disponibilidade não está, como é vendida pelas empresas que utilizam dessa modalidade de serviço, tão a cargo do trabalhador optar ou não atender. Essa relação configura o advento de uma nova parcela do proletariado, o *preariado*⁶¹ (STANDING, 2011, *apud* ANTUNES, 2020), a partir de um “vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 61), “uma tendência que nasce, conforme Marx demonstrou em *O capital*, com a própria criação do trabalho assalariado no capitalismo” (Ibidem, p. 62). Nesse sentido, “não é possível reduzir o homem ao processo físico do trabalho, pois ele existe no trabalho como “ser total” (psicológico, emotivo, etc.)” (NOGUEIRA, 2015, p. 38):

⁶⁰Juan J. Castillo em “Sociologia del Trabajo” (1996: p. 68; *apud* ANTUNES, 2020) usou a expressão “processo de liofilização organizativa”, para falar do processo de eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades produtivas de uma empresa.

⁶¹Guy Standing (2011, *apud* ANTUNES, 2020) apresenta o preariado como uma nova classe, Ricardo Antunes (2020, p. 60) considera que se refere, de fato, à uma parcela do proletariado e considerá-la classe seria um erro analítico levando o autor a concebê-la “como “uma classe perigosa”, “em-si” e “para-si” diferenciada da classe trabalhadora” (Loc. cit.).

O bicho-da-seda na sua condição de lagarta, de que Marx fala em 1849 (Trabalho Assalariado e Capital), continua sendo muito aprazível ao capital, à burguesia, já que toda a “sofisticação” que se propõe nas relações de trabalho ainda convergem para que não se saia da mesma posição de trabalhador assalariado, da mesma condição de classe, convocando inclusive os sujeitos trabalhadores a serem parte ativa desse processo de mudar para não mudar. (Ibidem, p. 38)

A flexibilização das relações de trabalho pautadas pela efemeridade projeta uma nova forma de trabalho, caracterizada como moderna, em que os “empregos formais” [R17] seriam substituídos pela pretensa liberdade do trabalhador que decidiria “quando quer ganhar dinheiro” [R16]. A *liberdade* trazida pela atualização do trabalho responsável por uma maior eficiência tem como contrapartida colocar o trabalho à margem de uma legislação específica para submetê-lo à autorregulação, em que cada um é empreendedor de si mesmo, e à justiça comum, já que não há contrato de trabalho, não haveria vínculo que possibilitasse acionar uma justiça específica do trabalho. Em uma recente decisão da Justiça do Trabalho, isso é confirmado, e a justiça do trabalho nega uma ação de vínculo trabalhista para trabalhadores do aplicativo do grupo iFood. Nessa decisão, *emprego* e *trabalho* não coincidem e a falta de vínculo seria uma visão *não-romântica* do contrato:

R18: “Observado o contrato de emprego sem romantismo, é de se esperar que haja uma parcela significativa da população com habilidades, capacidades e ânimo para o trabalho de outra forma que não em contrato de emprego e, existindo mecanismos capazes de gerar tais oportunidades de trabalho, devem ser regulados com o objetivo de cumprirem sua função social” (decisão da juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região de São Paulo - TRT-SP)⁶²

“Trabalho” vai se constituindo como modernização do “emprego” em uma ação judicial que queria evidenciar o vínculo entre os *trabalhadores autônomos* e o grupo iFood (aplicativo de *delivery*) e mostrar que o grupo sonhava, com o vínculo, os direitos trabalhistas daí recorrentes. A decisão, no entanto, relaciona a projeção de um vínculo como uma *romantização* (idealização) das relações trabalhistas. O vínculo trabalhista seria, então, uma idealização do trabalho, algo não condizente à realidade ou à legislação ainda em vigor. O grupo que se beneficiou da decisão comemorou como um marco da “Nova Economia”:

⁶² Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-nega-vinculo-de-emprego-em-ifood-contrato-sem-romantismo/?fbclid=IwAR04eCT8Ezr_laKJqqO3x-c4iVeh6VjDTurqwKHdl-pb7eRRT2tNb1TKB9c Consultado em 29/01/2020.

R19- “Celebramos essa decisão histórica no país e no mundo que preserva o direito de profissionais optarem por atuar de forma flexível e destaca que a economia está mudando com as novas tecnologias – temos que pensar juntos em como criar leis modernas que, ao mesmo tempo, gerem a estes profissionais renda, oportunidade e bem-estar, trazendo crescimento e desenvolvimento econômico ao nosso país – este é o futuro”. (Carta Capital)⁶³.

A substituição de “trabalhador” por “profissional” traz a nomeação própria da área de serviços (profissionais liberais). Com essa substituição desloca o trabalhador, caracterizando-o como “prestador de serviços”. *Modernidade e futuro* estão atrelados à flexibilização das relações trabalhistas e, conseqüentemente, dos direitos trabalhistas, *preservando* pretensamente “o direito dos profissionais” em optar, voluntariamente, pela flexibilização do trabalho e perda dos direitos. Nessa *moderna “Nova Economia”*, o lucro segue exclusivo e centralizado nas mãos de poucos, mas o ônus passa a ser compartilhado com o trabalhador.

Frente a esse isolamento, que enfraquece o trabalhador em sua reivindicação por direitos, que as demandas vão surgindo e se (re)organizando, como é o caso recente da criação do sindicato⁶⁴ dos Youtubers⁶⁵, enviando uma carta conjunta à plataforma com reivindicações em um visível reconhecimento de que a união dos trabalhadores confere força à classe e às suas reivindicações. Vislumbra-se, dessa forma, um cenário que poderia contribuir para reverter a precarização do trabalho, como precisa Ricardo Antunes (2020): “a precarização não é algo estático, mas um *modo de ser* intrínseco ao capitalismo, um *processo* que pode tanto se *ampliar* como se *reduzir*, dependendo diretamente da *capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora* (Ibidem, p. 61/62). Afinal, o *empreendedorismo* não capitaliza o trabalhador. Ele continua a ser um trabalhador que vende a sua força de trabalho. Contrastando com a relação de trabalho descrita por Marx (2013 [1867]):

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. (MARX, 2013 [1867], p. 262).

⁶³ Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-nega-vinculo-de-emprego-em-ifood-contrato-sem-romantismo/?fbclid=IwAR04eCT8Ezr_laKJqqO3x-c4iVeh6VjDTurqwkHdl-pb7eRRT2tNb1TKB9c Consultado em 29/01/2020.

⁶⁴ Agradeço à Luciana Nogueira por essa indicação.

⁶⁵ A esse respeito ver: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/youtubers-se-juntam-a-grupo-sindical-para-exigir-maior-igualdade-na-plataforma-145219/> Consultado em 29/01/2020.

Mesmo sendo alçado à posição de autogestão, isso não capitalizaria esse trabalhador que circula menos como um profissional autogerido do que como um trabalhador ávido por quem tenha capital e possa comprar, nos termos de Marx, seus meios de produção⁶⁶. Nesse sentido, “as condições objetivas capturam a subjetividade de trabalhadores/as, produzindo um sentido de alento a quem **ainda** está vendendo a sua força de trabalho” (ERICSON, 2019, p. 13) (grifo nosso).

A utilidade para os outros do seu trabalho e a possibilidade de equiparar diferentes trabalhos constituiriam o caráter social do trabalho, a sua possibilidade de sociabilização e de render a “sobrevivência” [R17] a essa nova constituição do indivíduo trabalhador como *empreendedor* de si mesmo representaria uma “gestão moderna” funcionando como “um governo “lacaniano”: o desejo do sujeito é o desejo do Outro” (DARDOT.; LAVAL, 2016, p. 327). Apesar de pretensamente focar no sujeito trabalhador, na sua vontade (“você decide quando quer”, [R16]) é a demanda que determinaria a possibilidade daquele empreendimento possibilitar ao trabalhador ter o seu sustento. A incerteza produz, como efeito, a necessidade de estar o mais disponível possível.

Se, hoje, na lógica neoliberal apaga-se a falta de emprego e a, conseqüente, impossibilidade de participar da economia, na história do sistema capitalista, só se experienciou pleno emprego na época da guerra. Com a crise de emprego, em 1929, época conhecida como Grande Depressão, embora o crescimento econômico não tivesse diminuído (HOBSBAWM, 1995, p. 92), os índices de desemprego eram grandes, colocando em xeque a relação entre crescimento econômico e emprego/ desemprego. Essa crise só foi completamente sanada durante Segunda Guerra mundial. Chega a ser um choque de realidade ver que a única época em que o sistema capitalista conseguiu empregar plenamente tenha sido na época de guerra, em que as indústrias bélicas funcionavam à pleno vapor.

Nesse item, analisamos os efeitos de produzir evidências do DNL com seus efeitos reais sobre as condições concretas de existência dos trabalhadores e observamos que tomar o trabalhador a partir de uma potencial taxa de empregabilidade ou como um potencial empreendedor, não reverte em nenhum benefício ao trabalhador, apenas serve a justificar isenção de responsabilidade do Estado em relação à impossibilidade de garantir trabalho para todos.

⁶⁶“Se considerarmos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo”. (MARX, 2013 [1867], p. 258).

2.2 O discurso neoliberal

A arte de anestesiá as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente”

(PÊCHEUX, 2011 [1979], p. 92)

Para entender os efeitos desse contexto sócio histórico na materialidade discursiva vamos trazer a definição do discurso neoliberal (DNL) tal como proposta por Guilbert:

Os termos discurso neoliberal (doravante DNL) e discurso econômico serão, aqui, considerados como intercambiáveis, eles significam um conjunto de enunciados mais ou menos coerentes tendo em comum promover uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas. De fato, esse discurso incentiva a tornar produtivo, no sentido econômico, aquilo que não o pode ser: a escola e a universidade, o hospital e a justiça. Suas palavras-chave são “eficácia econômica”, “rentabilidade financeira”, “retorno sobre investimento”. Os teóricos do neoliberalismo dizem defender o livre empreendimento e o livre mercado contra o intervencionismo do Estado que seria um freio ao mercado privado, o único verdadeiro produtor de riquezas, de bem-estar, de democracia de fato. (GUILBERT, 2011, p. 15)⁶⁷ (tradução nossa)

A dispersão da dimensão econômica para os outros espaços faz com que o discurso neoliberal seja tão difícil de delimitar. Não esperamos com a análise descrever e delimitar todas as fronteiras de uma formação discursiva. Isso seria impossível pela própria maneira como compreendemos as formações discursivas, cujas fronteiras são porosas e móveis. De acordo com Courtine (2009 [1981]), são fronteiras instáveis que se reconfiguram constantemente. Nosso objetivo com a análise é descrever funcionamentos que nos permitam reconhecer uma determinada formação discursiva que funciona como matriz de sentidos, organizando os sentidos produzidos pelos discursos que aí se inscrevem.

⁶⁷ No original: “Les termes discours néolibéral (dorénavant DNL) et discours économique seront considérés ici comme interchangeables, ils signifient un ensemble d'énoncés plus ou moins cohérents ayant en commun de promouvoir une vision entrepreneuriale et purement économique de la vie et de toutes les activités humaines. Ce discours exhorte, en effet, à rendre productif, au sens économique, ce qui ne peut l'être : l'École et l'Université, l'Hôpital et la Justice. Ses maîtres mots sont “efficacité économique”, “rentabilité financière”, “ retour sur investissement”. Les théoriciens du néolibéralisme disent défendre la libre entreprise et le marché contre l'interventionnisme de l'État qui serait un frein au marché privé, seul vrai producteur de richesses, de bien-être, voire de démocratie”.

Para começarmos a analisar o funcionamento do DNL trazemos os seguintes recortes. O primeiro é retirado do site do Projeto Draft Academia⁶⁸ e o segundo é uma peça publicitária.

R20: Hora do Plano B: a invenção da vida pós-emprego⁶⁹

O crachá está rareando. Então é fundamental que você saiba o que fazer depois dele. Uma demissão pode acontecer com qualquer um, a qualquer momento. (Assim como a aposentadoria vem para todos.) E é aí que a vida pode ficar boa... (Projeto DRAFT Academia).

Neste recorte, não é o emprego que começa a desaparecer, é o “crachá”. O efeito dessa metonímia, é de apagar completamente a relação de causalidade e de agência: quem ou o quê produz esta ação mencionada no enunciado? Além da metonímia, observamos o uso da forma intransitiva do verbo (rarear), o que impede colocar um agente como causa da ação, tomando o evento como espontâneo.

A nominalização “demissão” apaga a relação de causalidade e de agência naturalizando a mudança. A comparação entre demissão e aposentadoria feita com uma incisa (AUTHIER-REVUZ, 1998) coloca as duas em relação de equivalência, mostrando, como efeito, que elas seriam inevitáveis.

O segundo recorte para começarmos a analisar o funcionamento do DNL é uma peça publicitária de 2017 do Banco Santander feita no contexto da reforma do trabalho de 2017 que, segundo o site do Senado brasileiro, “modificou as regras para tornar o mercado de trabalho mais flexível”:

R21: Pode ser por vocação sua ou por culpa da crise. Pode ser por causa de um empurrãozinho ou uma puxada de tapete. O fato é que você virou empreendedor. E o que a gente pode fazer pra você hoje? Que tal fechar mais negócios aceitando cartões? A vermelhinha agiliza isso pra você. Não importa o que te trouxe até aqui. Essa é sua nova carteira de trabalho. Vai empreender? Santander. (publicidade do banco Santander, Julho/ 2017)⁷⁰

O efeito de incerteza produzido pelo verbo modal (“pode ser por”) indetermina relações causais

⁶⁸ Como dissemos anteriormente, o Projeto Draft é uma plataforma virtual, criada em 2014, de conteúdos, serviços e eventos para as empresas brasileiras “destinada a cobrir jornalisticamente a expansão da Nova Economia brasileira”; o Projeto Draft Academia é “um braço de educação e treinamento”, um espaço virtual do Projeto Draft em que constam uma série de cursos e aulas virtuais.

⁶⁹ Em: <http://academiadraft.com/plano-b-a-reinvencao-da-vida-apos-o-emprego/>. Consultado em 26/08/ 2019.

⁷⁰ Transcrição nossa a partir do vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCGcFwO2530> Consultado em 26/11/2019.

e os agentes das ações (“vocação sua”; “culpa da crise”; “empurrãozinho”). A substituição de demissão por “empurrãozinho ou puxada de tapete” eufemiza a relação de trabalho, suavizando o lado ruim da demissão (“puxada de tapete”) e evidenciando seu lado bom (“empurrãozinho”), tomando-a como uma mudança de direção que, potencialmente, beneficiaria o trabalhador⁷¹.

A “culpa” (“por culpa da crise”), assim como a possível “vocação” faz ecoar o funcionamento de um discurso religioso, responsabilizando, potencialmente, o trabalhador pela sua demissão, deslocando-o de *vítima* do sistema para um “fazer por merecer” que poderia justificar sua condição de desempregado. Mas, e é importante o funcionamento dessa mudança de direção no fio argumentativo do discurso, independente da genealogia da culpa, o banco está ali para salvar o trabalhador. É através da possível culpa ou para potencializar sua possível “vocação” que o banco pode se alçar a posição de salvador.

“O fato é que” é marca de modalização linguística de certeza, o que exprime uma força ilocucionária de asseveração. Dessa forma, não haveria como escapar de virar “empreendedor”, uma vez que isso é apresentado como um “fato”. A argumentação sustenta a discursividade naturalizando o tornar-se empreendedor.

A temporalidade⁷² projetada pela pergunta “E que a gente pode fazer pra você hoje?” com ênfase no “hoje” na narração, presentifica o devir empreendedor a partir de um demérito do ontem e um menosprezo pelo amanhã: o que importa é o agora, e *no* agora *você é empreendedor*.

O crescimento do desemprego é incorporado ao discurso neoliberal que apaga as razões e saúda a chegada ao livre mercado sem o intervencionismo do Estado. O fim dos empregos formais e a possibilidade que cada um seja empreendedor de sua própria empresa é um horizonte desejável. Porque seria aí que a vida ficaria realmente boa [R20]. O trabalhador reuniria a condição de “explorador/explorado por meio de seu próprio desempenho” (BOMBARDELLI, 2019, p. 85), já que

Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá levá-lo a ruir a face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de “empreendedores”, uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*. Mas é bom recordar que há várias resistências nos espaços de trabalho e nas lutas sindicais a essas formas de trabalho que procuram ocultar seu assalariamento, por meio do mito do trabalho autônomo”. (ANTUNES, 2020, p. 36).

⁷¹Cf. Silmara DELA SILVA (2019) “Dos discursos em seu funcionamento: a mídia, o trabalho, o trabalhador”

⁷²Cf. BOMBARDELLI, 2019, p. 166

Dessa forma, o trabalho autônomo é um mito necessário que mantém acesa a esperança de uma *mudança (melhora) de vida*, mantendo o trabalhador distante dos espaços de resistência que permitiriam reverter esse “vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho” (Ibidem, p. 61).

O sucesso dos empreendimentos, dessa forma, dependerá unicamente de cada indivíduo. A ideia é que, sem o intervencionismo do Estado, cada indivíduo poderia chegar mais longe. A posição de sujeito projetada por esse discurso constrói uma ideia de sujeito moderno: empreendedor. Apagando o problema social e econômico do desemprego substituindo-o pelo espírito empreendedor: você é o seu próprio patrão, o único responsável pelo seu sucesso.

No “Nascimento da biopolítica”, Foucault (2008 [1978-1979]) mostra que a arte de governar, no neoliberalismo, é exercida em um território e sobre os sujeitos de direitos, mas este espaço seria habitado desde o século XVIII por sujeitos econômicos que não detêm *direitos*, mas que têm *interesses*. Esses sujeitos não seriam redutíveis ao *homo juridicus* ou ao *homo legalis*, corresponderiam ao *homo oeconomicus*, uma figura heterogênea que seria um “deslocamento considerável na [sua] concepção clássica (...) como parceiro da troca” (Ibidem, p. 310). No neoliberalismo, ele “não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo” (Ibidem, p. 311). Tragtenberg (1989) fala da substituição do homo-economicus pelo *homo-burocraticus ou psicologicus*. (Ibidem, p. 34, *apud* NOGUEIRA, 2015, p. 37), a partir da evolução do taylorismo⁷³ mostrando uma “concepção de mundo” “definida pelas técnicas de venda, pelos estudos de mercado, de publicidade, da propaganda e da “ação psicológica”” (NOGUEIRA, 2015, p. 37). É interessante pensarmos os processos de subjetivação que interpelam o trabalhador: *homo-economicus*, *homo-burocraticus*, *homo-psicologicus*. Configurando o sujeito do discurso neoliberal a partir da apropriação completa do indivíduo, empresário de si mesmo, “sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008 [1978-1979], p. 311).

O discurso neoliberal não diz respeito somente à posição-sujeito do discurso que funciona em um espaço empresarial projetando um ideal de empreendedorismo. O que estamos

⁷³ “Taylorismo ou Administração científica é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), considerado o *pai da administração científica* e um dos primeiros sistematizadores da disciplina científica da administração de empresas. O taylorismo caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional. É considerado uma das vertentes na perspectiva administrativa clássica. Suas ideias começaram a ser divulgadas no século XX” (Wikipedia, consultado em 15/01/2020).

dizendo é que o discurso neoliberal funciona pela *dispersão* promovendo “uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas” (GUILBERT, 2011), *tornando lucrativo* aquilo que não seria (*Ipoderia ser*). Ou seja, atravessa os diversos discursos funcionando a partir de uma formação ideológica que é matriz de sentidos e com a qual os discursos e outras formações discursivas parecem se entrecruzar e se relacionar intensamente. Assim, consideramos que o discurso neoliberal atravessa o discurso sobre educação, administração pública, e, potencialmente, qualquer discurso da atualidade, uma vez que as práticas neoliberais (discursivas e outras) funcionam como formação ideológica significando as relações.

2.2.1 Discurso empresarial como corpus

Tomamos como *corpus* desse trabalho o discurso empresarial veiculado em sites de grupos empresariais observando o atravessamento por questões de gênero através de políticas de inclusão de mulheres no mercado de trabalho. Para fundamentar as discussões e análises acerca desse atravessamento por questões de gênero, traremos, no próximo capítulo, estudos sobre gênero que afetam esse discurso empresarial a partir de uma denúncia da divisão sexual do trabalho.

Nesse trabalho, vamos analisar o discurso empresarial, que entendemos como discursos produzidos por empresas ou conglomerados que tenham se unido para promover a inclusão da mulher no mercado de trabalho, cujo funcionamento é atravessado pelo econômico. Fazemos nossos recortes a partir dos textos veiculados em sites de grupos empresariais olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia ou que promovam eventos para falar da importância de haver mais mulheres nas equipes de decisão; vamos olhar também agrupamentos compostos com o objetivo de promover uma administração mais paritária; e reportagens de grupos midiáticos que expliquem, justifiquem a presença de mulheres em espaços de liderança no ambiente empresarial.

Neste capítulo, analisamos a projeção de uma posição-sujeito do discurso neoliberal com o apagamento das relações causais [R20] e da agência [R20; R21] das ações naturalizando o “tornar-se empreendedor”. O DNL, assim, reinterpreta os problemas econômicos e sociais que dependem dos contextos macroeconômicos individualizando o problema. Os indivíduos teriam a responsabilidade de superar o contexto econômico do desemprego com o *espírito empreendedor* e com *o sucesso*.

Para analisarmos como se projeta o sujeito do DNL vamos trazer alguns recortes de trechos que estão na página principal do site do Projeto Draft⁷⁴, um deles [R10], já foi analisado anteriormente, no capítulo 1.

R22: Inovação Corporativa - Hackers que atuam dentro das grandes empresas. Empreendedores que não precisam largar o emprego para inovar. (Projeto DRAFT)⁷⁵

R10: Lifehackers - Gente que trouxe a disrupção para a própria vida. Hackers que inovaram radicalmente em suas trajetórias pessoais. (Projeto DRAFT)⁷⁶

A relação entre “hackers” e “inovação” [R22] desloca o sentido negativo de hackers que seria comumente usado para se referir a alguém dotado de suficiente conhecimento tecnológico sendo capaz de descobrir informações, inclusive privadas, de outras pessoas. Aqui, essa habilidade seria incorporada para projetar um sujeito empreendedor ideal, aquele que se não sabe, descobre. O deslizamento de “inovação corporativa” → “hackers” → “empreendedores” estabelece uma relação de paráfrase entre os termos.

R23: Ao contarmos as histórias de gente que hackeia os negócios, tornando-os melhores, e de gente que hackeia a própria vida, tornando-a mais feliz, estaremos inspirando muita gente a inventar e a se reinventar também, estaremos instrumentalizando novos Makers a inovarem, estaremos aumentando o repertório de soluções e de caminhos possíveis para aquelas pessoas que já decidiram que querem fazer alguma coisa diferente com as suas vidas e com as suas carreiras. (Projeto DRAFT)⁷⁷.

Nos dois recortes anteriores [R22; R10] é interessante que o termo “hacker” não vem com marcas de distanciamento como se estivesse entre aspas. Da mesma forma que nesse recorte, “hacker” é incorporado ao léxico do português, derivando para o verbo “hackear” funcionando com a desinência do presente (“hackeia”). Para Jacqueline Authier-Revuz (1998) esse distanciamento, ausente neste recorte, marcaria a não-coincidência do dizer. A autora fala em modalização autonímica para falar de “um modo complexo de dizer, desdobrado por uma auto-representação opacificante” (idem, 1999, p. 8). Dessa forma, assim como o termo

⁷⁴ Trata-se de breves descrições de links que redirecionam para matérias específicas.

⁷⁵ A matéria em questão se encontra no link: <https://projetodraft.com/inovacao-corporativa/> Consultado em 26/08/2019.

⁷⁶ A matéria em questão se encontra no link: <https://projetodraft.com/lifehackers/> Consultado em 26/08/2019.

⁷⁷ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

tecnológico não é modalizado autonomicamente, “disrupção”⁷⁸ também não o é, o que mostra que são incorporados ao discurso, trazendo a competição empresarial para o nível individual, o que se verifica com o empréstimo de uma nova palavra (lifehackers) derivada de “hacker”.

As construções paralelas das relativas que determinam as histórias contadas [R23] (“Ao contarmos as histórias de gente que...”) e seus efeitos (“Ao contarmos as histórias... estaremos...”) criam analogias a partir de uma relação de coordenação aditiva:

- Ao contarmos as histórias:
 - de gente que hackeia os negócios, tornando-os melhores, **E**
 - de gente que hackeia a própria vida, tornando-a mais feliz

A determinação colocada pela relativa caracteriza as histórias contadas, elas tornariam os negócios melhores, na mesma medida que tornaria a própria vida mais feliz. A relação colocada pelo paralelismo entre “os negócios” e “a própria vida”; e entre “melhores” e “mais feliz”, reforça o aspecto econômico trazido ao nível do indivíduo, com potencial de não só melhorar os negócios, mas de tornar a vida mais feliz: a vida vira um negócio.

- estaremos:
 - inspirando muita gente a inventar e a se reinventar também,
 - instrumentalizando novos Makers a inovarem,
 - aumentando o repertório de soluções e de caminhos possíveis para aquelas pessoas que já decidiram que querem fazer alguma coisa diferente com as suas vidas e com as suas carreiras

E os efeitos dessas histórias seriam de inspirar (“muita gente a inventar e a se reinventar também”), instrumentalizar (“novos Makers a inovarem”) e aumentar “o repertório de soluções e de caminhos possíveis” (“para aquelas pessoas que já decidiram que querem fazer alguma coisa diferente com as suas vidas e com as suas carreiras”). O paralelismo dessas construções articula o verbo cuja a agência seria colocada pelo *nós* que conta as histórias (“Ao contarmos as histórias”); o *beneficiário* da ação (“muita gente”; “novos Makers”; “para aquelas pessoas que já decidiram que querem fazer alguma coisa diferente com as suas vidas e com as suas carreiras”); e a ação que esse beneficiário potencialmente seria capaz (a partir dessas histórias) de realizar. Assim, teríamos:

⁷⁸ Como dissemos anteriormente, de acordo com o próprio site, disrupção “é um produto ou serviço que cria um novo mercado e desestabiliza os concorrentes que antes o dominavam. É geralmente algo mais simples, mais barato do que o que já existe ou algo capaz de atender um público que antes não tinha acesso ao mercado. Em geral começa servindo um público modesto até que abocanha todo o segmento”.

Verbo:

- inspirando
- instrumentalizando
- aumentando o repertório de soluções e de caminhos possíveis

Beneficiário:

- muita gente
- novos Makers
- aquelas pessoas que já decidiram que querem

Ação:

- inventar e a se reinventar também
- inovarem
- fazer alguma coisa diferente com as suas vidas e com as suas carreiras

A relação é entre “inventar” e “se reinventar”; e fazer alguma coisa diferente “com as suas vidas” e “com as suas carreiras” mistura o pessoal e o trabalho, projetando benefícios para ambos. Assim como, o paralelismo desses enunciados com *instrumentalizar* “novos Makers a inovarem”, traz o potencial de essas histórias impactarem o indivíduo como um todo, tomando-o em sua totalidade (vida pessoal e trabalho). Funcionando, dessa forma, como o *homo oeconomicus* descrito por Foucault (2008 [1978-1979]) e, ao mesmo tempo, o *homo-burocraticus* ou *psicologicus* de Tragtenberg (1989, *apud* NOGUEIRA, 2015, p. 37), cujas fronteiras entre a vida pessoal e trabalho se confundem, configurando “novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando” (ANTUNES, 2020, p. 27). Essa confusão entre trabalho e vida pessoal tem como efeito encolher a vida pessoal em uma constante prontidão:

Em suma, tal como os caramujos transportam suas casas, os empregados do admirável novo mundo líquido moderno precisam crescer e transportar sobre seus próprios corpos seus pan-ópticos pessoais. Aos empregados e a todas as outras variedades de subordinados foi atribuído a responsabilidade plena e incondicional de mantê-los em bom estado e garantir seu funcionamento ininterrupto (deixar seu celular ou iphone em casa para dar um passeio, suspender a condição permanente à disposição de um superior, é um caso de falha grave). Tentados pelo encanto dos mercados de consumo e assustados com a possibilidade de que a nova liberdade em relação aos chefes se desvaneça, juntamente com as ofertas de um emprego, os subordinados estão tão preparados para o papel de auto vigilantes que se tornam redundantes em relação às torres de vigilância do esquema Bentham e Foucault” (BAUMAN, 2013, p. 61)

O devir empreendedor [R21] contrapõe-se ao estar empregado/ desempregado. A potencialidade de trabalho que o empreendedorismo projeta ao sujeito, torna obsoleto o estado de estar desempregado/ empregado. A ausência de emprego seria suficiente para trazer uma

nova realidade e um novo sentido, tomado como positivo [R20] à vida de potencialmente qualquer um.

R24: Se antes nossos melhores talentos eram atraídos para bons empregos em grandes corporações (quando não para a zona de conforto e de acomodação de um concurso com vaga vitalícia), hoje eles são atraídos pela oportunidade de fazer algo grande, relevante, com potencial para mudar tudo em volta para melhor. (Inclusive no setor público). (Projeto DRAFT)⁷⁹.

A oposição entre “emprego” e “oportunidades” mostra o percurso da modernização do trabalho que vimos ao falarmos em “uberização” do trabalho. Um emprego seria algo cômodo para acomodados desejosos pelo conforto e estabilidade do funcionalismo público. Em contraposição teríamos oportunidades “de fazer algo grande, relevante, com potencial para mudar tudo em volta para melhor”. De um lado, a acomodação que tem impacto na vida do indivíduo em específico que tem o cargo público; de outro, teríamos “talentos” com potencial para mudar o mundo. Individualiza-se a ação, ao mesmo tempo em que se projeta um enorme alcance a essa nova forma de trabalho.

R25: Nossos melhores talentos não buscam mais um emprego de longo prazo numa grande empresa – eles querem se conectar a projetos que durem o tempo justo numa empresa ágil. (Que, em geral, eles mesmos fundam.) Eles não entram num mercado para seguir regras – mas para reinventá-las, testá-las, melhorá-las. Eles não querem ser funcionários. E nem fazem questão de ter funcionários. O Draft deseja oferecer uma referência editorial e um ponto de encontro para essa comunidade de realizadores e para esse novo ecossistema – que nós enxergamos não como um segmento de mercado ou uma tendência, mas como a própria Nova Economia brasileira. (Projeto DRAFT)⁸⁰.

Ao lado de “oportunidades”, colocado como uma opção moderna ao emprego, teríamos projetos. E ao lado do comodismo do emprego, teríamos a determinação “de longo prazo”. Aqui, a duração de tempo seria proporcional à potencialidade em fomentar a desejosa “nova economia brasileira”. O trabalho autônomo dinamizaria o empreendimento e não diminuiria o impacto do trabalho desenvolvido.

R26: Também aprendemos com os Makers que não é possível empreender sozinho. Que vivemos em rede. Que juntos, conectados, trocando, compartilhando, somos mais fortes, mais inteligentes, mais criativos – e é assim que realizamos mais e

⁷⁹ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

⁸⁰ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

melhor. Por isso e para isso existe o Draft – para dividir e, assim, somar e multiplicar. (Projeto DRAFT)⁸¹.

Apesar da pretensa solidão do empreendedorismo na esfera de ação ([R25] - “Eles não querem ser funcionários. E nem fazem questão de ter funcionários”), reconhece-se a necessidade em se viver em rede, afinal “não é possível empreender sozinho”, dessa forma, um empreendedor bem-sucedido precisa ter sua equipe de colaboradores. O social é reconhecido como rede de contatos, na forma de potenciais clientes. E isso seria traduzido no propósito desse grupo: “dividir e, assim, somar e multiplicar”. O sentido ambíguo de dividir que pode se referir a uma operação que subtrai valor do número inicial, como também, no sentido de compartilhar, projetando uma positividade ao alcance dos trabalhos que fomentam a “nova era da economia brasileira”, trazendo como pré-construído uma velha economia brasileira ultrapassada com empregos que não propiciariam aflorar talentos.

2.2.2 A temporalidade do discurso neoliberal

Uma característica do sujeito do discurso neoliberal diz respeito a uma pretensa universalização: potencialmente qualquer um poderia ser empreendedor de si mesmo, *hackear a própria vida* [R10; R23], bastaria que tivesse perdido seu emprego [R21] (“Pode ser por vocação sua ou por culpa da crise. Pode ser por causa de um empurrãozinho ou uma puxada de tapete. O fato é você virou empreendedor”). A relação entre a demissão nominalizada e eufemizada (“empurrãozinho”; “puxada de tapete”) e *virar* empreendedor constitui uma ação que projeta uma temporalidade: um antes (estar empregado/ desempregado) e um depois (ser empreendedor).

R27: Nós aprendemos com quem faz que para fazer é preciso começar, dar o primeiro passo. Realizar o que for possível – hoje. E depois ampliar, aprender, ajustar, refazer, seguir caminhando – todo dia. É assim que se vai adiante. É assim que se constrói uma obra. (Projeto DRAFT)⁸².

R28: Nosso material de trabalho são os desbravadores, talentos que não vieram ao mundo a passeio. Nossos personagens são os transformadores que tem *uma* obsessão e que trabalham para *uma* causa: inventar o futuro. Pessoas que se dedicam a gerar mais e melhores soluções para o planeta e para a sociedade. É que desejam se realizar como profissionais e como seres humanos nesse processo. (...) Jamais estivemos tão aptos e dispostos a romper com os modelos pré-estabelecidos, com os velhos jeitos (falsamente seguros) de fazer tudo. (...) Se antes perguntávamos –

⁸¹ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

⁸² Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

“mas isso já deu certo em algum lugar”? – hoje buscamos o novo, aquilo que é original, precisamente as águas nunca antes navegadas. (Projeto DRAFT)⁸³.

Nos recortes acima, os advérbios de tempo contrastam passado com a projeção de um futuro *de possibilidades*: a tarefa para “**hoje**” seria “realizar o que for possível”; e “**depois**, ampliar, aprender, ajustar, refazer, seguir caminhando” [R27]; “**jamais** estivemos tão aptos e dispostos a romper com os modelos pré-estabelecidos, com os velhos jeitos (falsamente seguros) de fazer tudo. (...) Se **antes** perguntávamos – “mas isso já deu certo em algum lugar”? – **hoje** buscamos o novo, aquilo que é original” [R28].

Diferente das nominalizações que, como falamos anteriormente, referem-se a um processo de substantivação de verbos, apagando sua agência, ao analisar os verbos podemos descrever sua agência e a transitividade, além da temporalidade projetada. Assim, em “eu dou o primeiro” a agência é do pronome pessoal em 1ª no singular (eu), no presente; no passado seria “eu dei o primeiro”; e no futuro, “eu darei o primeiro”. No entanto, em [R27], observamos a construção “dar o primeiro passo”, no infinitivo. O verbo no infinitivo não tem a marcação da agência, mas ela não é, como na nominalização, apagada, dessa forma, poderia ser todos/qualquer um a “dar o primeiro passo”. Além disso, o verbo no infinitivo não projeta uma temporalidade, ao contrário, projeta uma atemporalidade que constrói um *passo-a-passo* do caminho do sucesso: para chegar *lá* é preciso “começar”, “dar o primeiro passo”, “realizar o que for possível”, “ampliar”, “aprender”, “ajustar”, “refazer”, “seguir caminhando” [R27]; “dispostos a **romper** com os modelos pré-estabelecidos (...) de **fazer** tudo”. A ideia de *passo-a-passo* é reforçada pela construção do verbo ser e o advérbio “assim”, conferindo um caráter de verdade absoluta a esse *caminho para o sucesso*: “é assim que se vai adiante”; “é assim que se constrói uma obra” [R27].

A adjetivação, “**velhos** jeitos”, determinada por “falsamente seguros” [R28] contrasta o passado e futuro como a superação de algo *ruim*, *ultrapassado* e *ultrapassável* projetando um futuro de possibilidades a ser criado agora (“inventar o futuro”). Nesse sentido, assim como os advérbios, a adjetivação funciona de maneira a projetar um contraste entre o passado e o futuro.

A oposição empregado x talentos/ desbravadores/ transformadores [R28] projeta um trabalhador que não se acomodaria na estabilidade de *bons empregos* [R24], mas que procuraria *oportunidades* de *mudar o futuro*. Trabalhariam por uma *causa*. O altruísmo desse trabalhador mascara a individualização: com a perda do emprego formal, fica no passado além

⁸³Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

de direitos trabalhistas, a organização dos trabalhadores. O que impera é um “cada um por si” que funciona como um “salve-se quem puder”.

O DNL, tal qual o estamos descrevendo, projeta uma temporalidade que tem um passado, com empregos *cômodos* e de baixo impacto, que contrasta com a projeção de um futuro em que os empregos seriam substituídos por *oportunidades, projetos* que fariam parte da “nova economia brasileira” [R25]. O novo/ a inovação são contrapostas ao *comodismo* que não levaria a humanidade *adiante*. E é projetado que seria para *lá que a humanidade quer ir*: um novo tempo, sem empregos formais, mas com oportunidades, potencialmente, para todos. O futuro contrasta com o passado: "a oposição temporal metaforiza, apagando-a, a divisão social do trabalho, com suas hierarquias de poder e prestígio e suas práticas de exploração econômica" (ZOPPI-FONTANA, 2017a, p. 136).

A metáfora do "primeiro passo" [R27] projeta um caminho incontestável para o sucesso, um *passo-a-passo*. Ao mesmo tempo em que dispersa o responsável pelo sucesso (poderia ser qualquer um/ todos) a partir de uma fórmula mágica (“dar o primeiro passo”) aplicável a potencialmente qualquer um. Diríamos que o DNL projeta uma posição-sujeito universalizante.

O discurso neoliberal é, como descrito por Guilbert (2011), marcado pela dispersão podendo promover “uma visão empreendedora e puramente econômica da vida” e “tornar produtivo, no sentido econômico, aquilo que não o pode ser”. Ou seja, traz a economia para entender e interpretar *todas* as atividades humanas. Tem um funcionamento que poderíamos descrever como homogêneo, preenchido por uma forma-sujeito universal, própria do funcionamento jurídico e, neste caso específico, do funcionamento do discurso econômico: bastaria querer que todos/ qualquer um teria oportunidades. A vontade individual é o efeito que sustenta esse discurso: querer é poder. E a ordem *meritocrática* selecionaria os melhores empreendedores e os recompensaria. Apesar da dispersão, esse discurso funciona homogeneamente, distribuindo, pretensamente, as oportunidades entre todos, faz irromper uma visão empreendedora sobre potencialmente todas as áreas da vida. Assim, o discurso empresarial, tal qual o descrevemos, funciona como um discurso empreendedor.

Nos próximos capítulos, nosso intuito é observar o funcionamento do atravessamento do DNL por identificações de gênero a partir da flexão do sujeito do DNL. Nosso intuito é comparar o quanto dessa descrição, que fizemos neste capítulo, permaneceria a partir desse atravessamento. No próximo capítulo, analisaremos, dessa forma, de que maneira as identificações de gênero atravessam e ressignificam o discurso neoliberal. Trazemos estudos sobre a igualdade ou desigualdade de gênero que afetam o discurso neoliberal na *busca* pela

paridade de gênero, trata-se de estudos que discorrem sobre um feminismo específico: o que denuncia a divisão sexual do trabalho.

CAPÍTULO 3 – ESTUDOS SOBRE GÊNERO

A língua é minha Pátria
 E eu não tenho Pátria: tenho mátria
 Eu quero frátria.
 (SOARES, Elza, “Língua”)⁸⁴.

No capítulo anterior, vimos o funcionamento, a partir de Guilbert (2011), do discurso neoliberal. A partir das análises que fizemos, observamos que o neoliberalismo projeta uma forma-sujeito universal: ao mesmo tempo em que seria cada um por si, todos estariam significados por propriedades universais, *todo mundo* pode ser, potencialmente, um empreendedor. Ou seja, projeta uma promessa de sucesso pretensamente universal. Isso justificaria o uso do masculino genérico como forma pretensamente neutra. Nesse capítulo, interessa-nos pensar, a partir do discurso empresarial/empreendedor, seu funcionamento quando se marca o *agente econômico* como mulher.

O gênero morfológico masculino na flexão nominal como marcação de neutralidade é comum no português, fala-se, por exemplo, “os pais”, para se referir ao pai e a mãe. Na Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara (2004) fala-se que “o masculino é uma forma geral, não-marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer” (Ibidem, p. 132). Nesse sentido, diríamos que o *homem é mortal*, não nos referindo que as mulheres seriam imortais, mas incluindo-nas nessa *não-marcação semântica*. Da mesma maneira, na formação do plural no masculino pode indicar presença de homens e mulheres e não necessariamente só de homens, como seria o caso com a marcação morfológica no feminino. Assim, “as mulheres” designaria exclusivamente pessoas do gênero feminino (a “especialização qualquer” mencionada por Bechara), enquanto que “os homens”, na concepção gramatical, poderia designar tanto pessoas do gênero masculino como, também, a presença de mulheres.

No entanto, esse uso no masculino que observamos no discurso empresarial/empreendedor nos coloca uma questão: o fato de ser marcado no masculino, como vimos nos recortes que analisamos no capítulo anterior, diria a respeito da marcação do neutro em português? Sobre isso, salientamos duas questões em relação ao campo em que inscrevemos

⁸⁴ Música do álbum de Elza Soares, “Deus é mulher”, lançado em maio de 2018.

esse trabalho. A Análise do Discurso não toma a intenção do sujeito senão como efeito discursivo, pelo próprio modo como definimos discurso e sujeito. Estamos em um campo que desconfia e constrói instrumentos analíticos para desconstruir os efeitos discursivos de neutralidade. Isso significa que essa pretensa neutralidade pode nos mostrar uma projeção de quem seria o sujeito ideal e interlocutor desse discurso. Dessa forma, ao olharmos para a marcação do feminino no discurso empresarial/ empreendedor, estamos nos perguntando a respeito de um funcionamento morfológico que afeta os sintagmas nominais e que produz efeitos discursivos em relação às identificações de gênero.

Se assumíssemos, de antemão, que a flexão no gênero masculino estaria referindo a uma flexão neutra, tal como prevê a tradição gramatical, como explicaríamos a flexão no feminino? O que se estaria marcando? E que efeitos trariam à compreensão da desinência no masculino como neutro? A problemática que a flexão no feminino traz não se restringe à classificação do gênero gramatical (feminino, masculino ou neutro), mas coloca uma questão em relação ao próprio funcionamento do discurso neoliberal, colocando em xeque sua projeção de universalidade a partir de uma forma-sujeito (capaz de ser compreendida como) universal.

3.1 O não neutro do gênero

Uma vez que gramaticalmente seria previsto que a desinência no masculino poderia ser usada de maneira genérica, por que colocar “empreendedora”, por exemplo, se empreendedor poderia funcionar como genérico/ neutro? A flexão do feminino “cria” uma questão em relação ao generalismo e à universalidade que a desinência no masculino, como vimos nas sequências discursivas que analisamos no capítulo anterior, produziria. Para aprofundar nessas questões, retomamos trechos de alguns recortes que analisamos anteriormente:

R29: é fundamental que você saiba o que fazer (...). Uma demissão pode acontecer com qualquer um.⁸⁵

R30: O fato é que **você** virou **empreendedor**. (publicidade do banco Santander, Julho/ 2017)⁸⁶.(grifos nossos).

⁸⁵ Em: <http://academiadraft.com/plano-b-a-reinvencao-da-vida-apos-o-emprego/> Consultado em 26/08/2019.

⁸⁶ Transcrição nossa a partir do vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCGcFwO2530> Consultado em 26/11/2019.

R31: Se antes nossos melhores **talentos** eram **atraídos** para bons empregos (...) hoje **eles** são **atraídos** pela oportunidade de fazer algo grande.(Projeto Draft)⁸⁷. (grifos nossos)

O pronome (você) não marca um gênero específico e poderia dizer respeito tanto a mulheres quanto a homens. A permanência dessa não marcação do gênero só seria possível se considerarmos que a flexão no masculino estaria funcionando como genérico/neutro. Gramaticalmente, isso seria aceito. Mas estamos falando, aqui, do funcionamento discursivo, ultrapassando a “superfície linguística” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 180). Para aprofundarmos essas questões, analisaremos os seguintes recortes:

R32: Para uma menina, o desafio de aprender a programar se inicia antes mesmo de tentar. Falta divulgação de exemplos que a inspirem e sobram estereótipos que reforçam a ideia de que a tecnologia é um campo exclusivo para homens. A imagem de um programador é **sempre masculina**, branca e com ares de gênio. E é muito difícil **se** imaginar fazendo algo quando ninguém como **você** está fazendo. (Progra{m}aria – sobre nós)⁸⁸. (grifos nossos)

R33: Infográfico destaca o poder da **mulher** em diferentes áreas.⁸⁹
 [Capa] **Mulher** também gosta de dinheiro (e sabe cuidar bem dele!)
 Estudar, estudar e estudar: assim **elas** se destacam no mercado de trabalho! (...)
Elas são mais empreendedoras (...) Mas ainda há obstáculos a superar (...)
 Levando-se em conta **o total de empreendedores**, as **mulheres** em comparação aos **homens** são:
 mais jovens (...) mais escolarizadas (...) mas ganham menos (...)
 A verdadeira Bolsa que está mexendo com a cabeça **delas** (...)
 [Página final]: **Mulheres** e finanças
 77% das **mulheres** entrevistadas afirmaram ter dificuldade para entender as diversas formas de investimento
 Mais de 73% utilizam a poupança como forma de investimento
 19,6% das **entrevistadas** dizendo que nunca investiram dinheiro
 36,8% quer aprender a ganhar mais dinheiro
 36,7% quer aprender a investir
 E **você**? O que está esperando para mostrar ao mundo seu potencial para as finanças? (Infográfico Toro Radar)⁹⁰. (grifos nossos)

⁸⁷ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 24/09/2019.

⁸⁸ “Por que faltam mulheres no campo da tecnologia?” Disponível em: <https://www.programaria.org/sobre-nos/> Consultado em 02/10/2019.

⁸⁹ Em reportagem no site do Movimento Mulher360. Destacamos recortes feitos a partir do infográfico da reportagem. Consultado em 22/6/2019.

⁹⁰ Reprodução de trechos em destaque no infográfico, disponível em: <http://bit.ly/2mxN2IY> Consultado em 22/6/2019.

Muitas outras questões poderiam ser pontuadas a partir desses recortes, mas, por ora, deteremo-nos na relação interlocutiva marcada pelo pronome “você”. Observamos que o pronome “você” funciona diferentemente dos que analisamos anteriormente em que havia a possibilidade de uma leitura “neutra” em relação ao gênero. Nestes recortes [R32; R33], está marcado, pelas palavras com as quais se relaciona co-referencialmente ou por substituição *o gênero* a que se refere esse “você”. Em [R32], a projeção do interlocutor desse discurso é diversa da imagem *tradicional* de programador: “masculina, branca e com ares de gênio”. Em [R33], o recorte está todo marcado pelo gênero feminino (elas, a mulher). “Você” marca o outro do discurso, aquele que *ainda* não estaria incluído.

A expressão “o total de” em [R33] (“Levando-se em conta **o total de empreendedores**, as **mulheres** em comparação aos **homens** são”) marca a generalização, incluindo mulheres e homens no “total de empreendedores”, evidenciando a imprecisão em se dizer apenas “empreendedores” em sentido genérico.

R34: Está bem documentado que empreendedoras enfrentam uma batalha difícil quando precisam cortejar investidores. Mas um estudo da Crunchbase, uma empresa de pesquisa de mercado, descobriu que as mulheres têm especial dificuldade em vender **ideias de negócios consideradas neutras em termos de gênero**. Do capital levantado por mulheres, uma quantia desproporcional é destinada a empresas que atendem mulheres, como nos setores de moda, beleza e cosméticos. Mulheres que comandam empresas altamente técnicas dizem que o sexismo que enfrentam de potenciais investidores varia entre subconsciente e evidente. Elas dizem que não são levadas a sério como especialistas em suas áreas e que precisam se esforçar muito mais para provar que há um mercado para seu produto ou empresa – mesmo que já ganhem dinheiro ou tenham clientes que paguem pelos serviços. (...) Fatemi [CEO e fundadora da Node] acredita que precisa vender sua ideia quatro ou cinco vezes mais que os homens em sua posição. Os capitalistas de risco "me rejeitam por razões bobas", diz. (UOL Univera: Machismo de investidores faz startups de mulheres receberem menos dinheiro)⁹¹. (grifos nossos)

Authier-Revuz (1998) fala de uma “*explicitação univocizante* do sentido” e que isso “constitui, em si, uma ruptura da evidência do UM das palavras e de seu sentido de dizer” (Ibidem, p. 31). Dessa forma, a repetida estabilização do sentido de “ideias de negócios” como “neutras” e “neutras em termos de gênero” coloca uma interessante questão sobre neutralidade. O que seriam ideias de negócios consideradas neutras? E qual o efeito de se estabilizar essa projeção de neutralidade (“ideias de negócios consideradas neutras em termos de gênero”)? O

⁹¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bloomberg/2019/06/22/machismo-de-investidores-faz-startups-de-mulheres-receberem-menos-dinheiro.html>. Consultado em: 22/06/2019.

adjetivo “consideradas” projeta a possibilidade de “ideias de negócios” que não fossem neutras em termos de gênero, o que justificaria, então, a predileção por empreendedores homens.

Evidenciando que nem “ideias de negócios” projetaria a possibilidade, em si, de que empreendedoras e empreendedores receberiam o mesmo tratamento ao vender suas ideias, assim como não seria suficiente dizer que essas ideias seriam “consideradas neutras”. Constrói-se a necessidade de sucessivas determinações que deem, enfim, conta de, imaginariamente, fixar esse sentido projetando a possibilidade de uma “ideia de negócios” em que empreendedoras e empreendedores teriam a mesma possibilidade de vender suas ideias. Essas determinações funcionam como “formas de articulação” (INDURSKY, 2016, p. 44) e são

o ponto de encontro do interdiscurso com o intradiscurso (COURTINE, [1981] 2009; PÊCHEUX, [1975] 1988) (...) é nesse ponto que se dá a passagem dos fios discursivos provenientes do interdiscurso e que serão tecidos pela língua e materializados na escrita. É nesse ponto de articulação que o sujeito da escrita apropria-se de saberes e sintagmatiza-os, promovendo, dessa forma, a atualização de uma memória (PÊCHEUX, [1983] 1990). (Loc. cit.)

Nesse sentido, “consideradas neutras” e “em termos de gênero” sintagmatiza saberes que funcionam como (possibilidade de) deriva, marcando para onde o sentido poderia ir se não fosse, pretensamente, fixado. Atualiza-se uma memória sobre neutralidade e gênero, determinando imaginariamente a deriva que a neutralidade traz para o discurso. No entanto, mesmo fixando imaginariamente a neutralidade das “ideias de negócios”, empreendedoras e empreendedores continuam não tendo chances iguais. A explicação dada aponta ao “sexismo” do qual mulheres empreendedoras seriam alvo. Interdiscursivamente faz intervir outra possível explicação que seria o machismo. Ao comparar essas “explicações” que poderiam funcionar como paráfrase uma da outra, observamos que “sexismo” mesmo marcando a preterição de um “sexo” específico, eufemiza, em contraposição a machismo, a preterição de que as mulheres são alvo.

Nesse sentido, a adjetivação que determina “sexismo” diz respeito a uma intencionalidade, classificada entre: “subconsciente” (não proposital); “evidente” (que estaria em outro extremo, em que, em contraposição ao subconsciente, mostraria consciência do sexismo). Dessa maneira, sexismo é apresentado com graus diferentes, a partir de seus extremos marcados por um suposto grau de intencionalidade. Em Análise do Discurso, como vimos no capítulo 1, não consideramos que o sujeito seja consciente (intencional) nem tenha controle sobre aquilo que fala senão imaginariamente, sendo próprio do processo discursivo, recobrir a

ilusão de autoria, através do que descrevemos, a partir de PÊCHEUX (2009 [1975]) como esquecimento no 1, que é aquele que “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 162). Dessa forma, ao invés de descrever o grau de intencionalidade do sujeito, analisando a superfície linguística, diríamos que é o processo de adjetivação (“consideradas neutras em termos de gênero”) que individualiza o “sexismo”: não seria uma questão estrutural da sociedade patriarcal, mas algo específico daquele indivíduo, podendo inclusive ser “sem querer”, o que diminuiria uma possível responsabilização do indivíduo, tendo como efeito projetar o “sexismo” como aceitável e justificável.

A preterição de mulheres em setores considerados masculinos, como o de tecnologia, é eufemizada como “razões bobas”. Explicação possível ao se considerar que o “sexismo”, ao invés de estruturante, diria respeito a níveis de consciência com que as mulheres empreendedoras são preteridas. A flexão no feminino evidencia para onde a deriva do sentido pretensamente estabilizado pela generalidade/ neutralidade da desinência masculina vai.

3.2 Sobre a divisão sexual do trabalho

“tudo muda, mas nada muda”
(HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600)

Para desconstruir o paradoxo do qual falam Helena Hirata e Danièle Kergoat (HIRATA; KERGOAT, 2007), “tudo muda, mas nada muda” (Ibidem, p. 600), as autoras distinguem as modalidades e os princípios da divisão sexual do trabalho, a partir disso, pensam em dois “princípios organizadores” da divisão social do trabalho: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)” (Ibidem, p. 599). Esses princípios seriam legitimados pela “ideologia naturalista”, rebaixando “o gênero ao sexo biológico” e reduzindo as “práticas sociais a “papéis sociais” sexuais” (Ibidem, p. 599). Isso, no entanto, de acordo com as autoras, não significaria uma imutabilidade da divisão sexual do trabalho, o que seria estável não seriam as situações, mas “a distância entre os grupos de sexo” (Ibidem, p. 599). Dessa forma, a condição feminina poderia melhorar, mas a *distância* continuaria *insuperável*.

Nesse capítulo, queremos entender o que muda quando se incorpora uma demanda pela inclusão das mulheres paritariamente no mercado de trabalho, produzindo efeitos em uma linguagem inclusiva a partir da flexão em gênero, delimitando de uma nova posição-sujeito no

discurso neoliberal. Dessa forma, centraremos-nos em descrever os efeitos dessa flexão em relação ao funcionamento do discurso neoliberal.

Como apontamos anteriormente, gramaticalmente, a desinência dos substantivos e adjetivos no masculino funciona também como genérico/ neutro. No entanto, a neutralidade do masculino tem sido contestada, passando-se a reivindicar uma formulação que não projetasse uma *neutralidade*, mas que *evidenciasse* as diferenças. E isso atravessa o discurso neoliberal pelos estudos de gênero, através da denúncia da divisão sexual do trabalho. Autoras como Silvia Federici (2017; 2019), Angela Davis (2016), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), para citar apenas alguns dos trabalhos, denunciam essa divisão em que a mulher é relegada ao espaço doméstico, a uma condição de fragilidade e ao papel de esposas e mães.

Há, nessa divisão, uma marcação de raça, classe e de identidade de gênero. Uma mulher negra não teria a mesma experiência que uma mulher branca. O mesmo ocorreria ao pensarmos em classe social, o que significa, por exemplo, “acumular funções” para uma mulher-trabalhadora pobre e para uma rica? E a questão do casal homem/ mulher que projetaria uma heteronormatividade, que apagaria a presença de mulheres lésbicas. Essas questões circunscrevem a mulher-trabalhadora na intersecção de processos de identificação de gênero, raça, classe, poderíamos, inclusive dizer, que a circunscreve na intersecção de processos de opressão.

3.2.1 A ordem capitalista e gênero

“sociedades capitalistas também são, por definição, a origem de opressão de gênero. Longe de ser acidental, o sexismo está entranhado em sua própria estrutura”.

(ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.103)

Que o capitalismo não tenha inventado o sexismo parece ser consenso, mas as feministas também concordam em dizer que no capitalismo o papel da mulher se tornou mais marginal. No capitalismo, separou-se o trabalho reprodutivo do produtivo, relegando a mulher ao primeiro e submetendo-a ao segundo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 103). Essa empreitada se organiza a partir da internalização do trabalho reprodutivo e doméstico para mulher como *vontade, desejo*.

R35: As mulheres buscam um estilo de vida com mais tranquilidade, equilíbrio e tempo, com direito a conciliar trabalho, casa, filhos, companheiro e, de quebra, cuidar delas mesmas. Não é por acaso que **90% dessas mulheres** dizem que balancear a vida familiar, pessoal e profissional é o que mais as faria feliz.

(Movimento Mulher 360: “Pesquisa mostra que mulheres querem mais tempo e equilíbrio”)⁹². (grifos nossos)

“Trabalho, casa, filhos, companheiro” seria a realidade das mulheres, que *buscariam conciliá-los* para alcançar a sua (própria) *felicidade* e exercerem um *direito* projetado como seu. O verbo “buscar” projeta um futuro em que as responsabilidades da mulher estariam em harmonia, mostrando que, no presente, não estão. Essas responsabilidades são projetadas como naturais da mulher (“trabalho, casa, filhos, companheiro”) e a expectativa que as concilie são internalizadas como desejos das mulheres, orientando-nas na busca pela (sua própria) felicidade, universalizando não só o elemento da busca (a felicidade), como também apagando quaisquer distinções entre as mulheres.

Equilibrar trabalho e família naturaliza-se como uma *vontade* intrínseca da mulher, como um *direito*, apagando-se a relação histórica entre eles:

Como Friedrich Engels argumenta em sua obra clássica *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a desigualdade sexual, como a conhecemos hoje, não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar não hierárquica. Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade. Uma vez que, durante esses períodos, a comunidade era basicamente uma família estendida, o papel central das mulheres nas questões domésticas significava que elas eram adequadamente valorizadas e respeitadas como membros produtivos da comunidade. (DAVIS, 2016, p. 227).

A atividade conciliatória entre “trabalho, casa, filhos, companheiro” projeta uma posição-sujeito de mulher produtiva, que participa do trabalho produtivo e acumula os trabalhos doméstico e reprodutivo. Como Angela Davis, citando Engels, argumenta a mulher como participante do trabalho produtivo era comum antes da ordem capitalista. Com a industrialização, o papel da mulher foi se restringindo ao doméstico: “quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é em casa”” (Ibidem, p. 45).

a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo. Sobre esta base, foi possível impor uma

⁹² Disponível em: <http://movimentomulher360.com.br/2015/06/pesquisa-mostra-que-mulheres-querem-mais-tempo-e-equilibrio/> (02/06/2015). Consultado em: 26/08/2015.

nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, (...) a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo em que um imenso impulso à acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 232).

Pensando na “divisão sexual” como uma “relação de poder”, o que significa dizer que conciliar os diversos trabalhos projetados como da mulher (reprodutivo, doméstico e produtivo) seja um *direito* da mulher (“com direito a conciliar trabalho, casa, filhos, companheiro e, de quebra, cuidar delas mesmas”)? Essa conciliação seria, para além da projeção de uma *vontade intrínseca*, um *direito* assegurado à mulher. E na *balança conciliatória*, em que a mulher equilibraria aquilo que é projetado como seu direito conciliar, o cuidado de si é colocado como uma demanda menos urgente (“e, de quebra, cuidar delas mesmas”), menos prioritária do que atender àquilo que é projetado como sua responsabilidade. Distingue-se, dessa maneira, o que é essencial, aquilo que seria responsabilidade projetada como da mulher, e acessório, que seria o autocuidado.

O fato de que se projete à mulher a responsabilidade de conciliar o trabalho produtivo, doméstico e reprodutivo como um direito se relaciona com a naturalização da mulher ao espaço doméstico: para sair dele seria preciso que a mulher conseguisse conciliá-lo junto a suas novas funções (produtivas).

3.2.2 O trabalho doméstico

Em 1975, no artigo “Salários contra trabalho doméstico” (2019), Silvia Federici reivindica que o trabalho doméstico fosse reconhecido através do pagamento de salário. A autora pondera que não se tratava de uma reivindicação que colocaria as mulheres e o trabalho doméstico dentro da lógica capitalista, uma vez que nunca estiveram de fora (FEDERICI, 2019, p. 47), tratava-se do reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho⁹³.

Mesmo considerando a exploração e manipulação do trabalhador no capitalismo e que o salário “em vez de ser pagamento pelo trabalho que você realiza, oculta todo trabalho não pago que resulta no lucro” (Ibidem, p. 42), o salário representaria o reconhecimento de um trabalho onde se julga não haver nenhum. Para além da imposição do trabalho doméstico para

⁹³ A esse respeito, é interessante ver que, no Brasil, donas de casa, mesmo aquelas que não contribuíram com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) podem se aposentar: <https://direito-domestico.jusbrasil.com.br/noticias/219068835/aposentadoria-das-donas-de-casa>, consultado em : 16/11/2018; <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/21/aposentadoria-dona-de-casa-inss-regras.html>, consultado em : 16/11/2018.

as mulheres, este “também foi transformado em atributo natural da psique e da personalidade femininas” (Ibidem, p. 42). Para Federici (op. cit.), a questão do trabalho doméstico passa pela falta de auto identificação: as mulheres, segundo a autora, não querem ser reconhecidas como donas de casa, o que enfraqueceria a luta pelo reconhecimento desse trabalho.

Nós queremos e devemos dizer que todas nós somos donas de casa, todas nós somos prostitutas e todas nós somos lésbicas, porque, enquanto aceitarmos essas divisões e pensarmos que somos melhores ou diferentes de uma dona de casa, nós aceitaremos a lógica do patrão. (Ibidem, p. 53).

De acordo com Angela Davis (2016), pela ordem capitalista, o trabalho doméstico poderia se tornar obsoleto com sua industrialização e socialização (Ibidem, p. 226), que refletiriam em sua terceirização. No entanto, apesar de essa terceirização já acontecer, em certa medida, ela, ao mesmo tempo em que libera certas mulheres do trabalho doméstico, não se estende a todas as mulheres: há um recorte social e racial que delimita o alcance da obsolescência do trabalho doméstico.

Por que um manto de silêncio cobre essa possibilidade de redefinir radicalmente a natureza do trabalho doméstico? Porque a economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas. A socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente. Uma vez que, em termos de lucro, o resultado seria pequeno, a industrialização das tarefas domésticas – como todas as iniciativas que não geram lucro – é um anátema para a economia capitalista. (Ibidem, p. 226).

No discurso neoliberal, a saída [R35] projetada é que o trabalho produtivo da mulher esteja ligado ao doméstico e reprodutivo através de um pretenso desejo interno e natural das mulheres de conciliá-los para serem felizes.

3.2.3 O trabalho reprodutivo

atividades de produção de pessoas ocorrem de uma forma ou de outra em todas as sociedades. Nas sociedades *capitalistas*, entretanto, elas também devem servir a outro mestre – a saber, o capital, que exige que o trabalho de reprodução social produza e substitua a “força de trabalho”.

(ARRUZZA;BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 106-107)

O trabalho reprodutivo, apesar de não ser visto como trabalho, mas como um desejo da mulher, algo que diria respeito à própria natureza da mulher, colocando a discussão

inevitavelmente em um biologismo excludente e limitante das potencialidades da mulher que estariam submetidas ao sexo feminino e a uma função projetada como da mulher, que é a de ter filhos, é justamente o que repõe a força produtiva de trabalho. Ora, sabe-se que a mulher não consegue gerar filhos por produção espontânea, precisando, necessariamente, do material genético masculino e feminino para formação e gestação do embrião. No entanto, a participação do homem não parece incumbi-lo do trabalho reprodutivo nem dos trabalhos adjacentes que dele derivam. É a mulher que quer ter filhos e que deve se ocupar de criá-los, enquanto ao homem reserva-se a incumbência de prover financeiramente. Este acordo tem, no entanto, um recorte de raça específico, uma vez que nas sociedades indígenas não necessariamente ocorre dessa forma, por exemplo; e de classe, já que, por exemplo, na alta aristocracia, as mulheres não precisavam se incumbir da casa e dos filhos.

Enquanto este acordo velado mantinha a mulher em casa cuidando da casa e dos filhos, parece que não havia problema (ao menos não para o homem). O problema parece aparecer quando a mulher sai para trabalhar fora de casa e o cuidado da casa e dos filhos fica em suspenso. A solução natural parece ser contratar mulheres para desempenharem o papel de babá ou de empregada doméstica, resolvendo a questão do trabalho doméstico e dos cuidados dos filhos terceirizando-o a outra mulher. Disso destacamos dois pontos: um, que o trabalho doméstico e reprodutivo permanece como uma tarefa feminina; outro, que passa a ser remunerado, no entanto, mal remunerado, sendo a mulher que o desempenha considerada como “quase da família”, trazendo o mesmo desejo que se espera que seja inato da mulher de ter filhos para uma relação de trabalho, em que se projeta um vínculo familiar sobrepondo a relação de trabalho. O efeito disso é trazer para o seio da família uma mulher ideal, que assume o cuidado dos outros e a quem não se precisa reconhecer o trabalho⁹⁴, afinal é quase da família.

A seguir, trazemos um recorte que traz como pré-construído o trabalho reprodutivo como responsabilidade da mulher, dessa forma relaciona a mulher trabalhadora e seu filho a partir de um tem que ser assim que projeta uma realidade em que, de fato, seria assim:

R36: Após o período de licença-maternidade, a mulher terá que conciliar a atenção ao bebê com a rotina de trabalho. (...) atualmente, o mercado tende a valorizar as empresas que tem um olhar mais humano, se adequam às necessidades dos seus colaboradores, propiciando melhores práticas de trabalho, como por exemplo, horários mais flexíveis, instalações para mães e bebês, colaborando na

⁹⁴ A respeito do trabalho de empregada doméstica, recomendamos a leitura do artigo de Mónica Zoppi-Fontana e Mariana Cestari, ““Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil” (2014). E do artigo “Domesticar o acontecimento. Metáforas e metonímias do trabalho doméstico” de Mónica Zoppi-Fontana (2017a).

conciliação das tarefas de uma mãe profissional. (Linkedin: Carreira e maternidade: a valorização necessária das profissionais – mães)⁹⁵

“Conciliar” é um verbo que aparece para articular o acúmulo de funções da mulher, naturalizando uma vontade intrínseca de relacionar o trabalho produtivo da mulher a uma função projetada como natural à mulher, que é o cuidado dos filhos.

Ao tomarmos como *corpus* o discurso empresarial sobre a mulher, deparamo-nos constantemente com a mulher-trabalhadora sendo designada como “mãe”. Essa designação, como o funcionamento do verbo “conciliar”, condensa o trabalho projetado como de responsabilidade da mulher – o reprodutivo – ao produtivo. Pela constante relação entre esses trabalhos ao falar da mulher-trabalhadora, reservamos uma parte dessa tese para analisar a posição sujeito da mulher-trabalhadora mãe. Por ora, destacamos a maternidade, colocada como *afeto* que traria felicidade [R35] à mulher e humanidade [R36] às empresas sem considerar que esse acúmulo de trabalhos sobrecarrega a mulher: “a sociedade capitalista se apropria, em benefício do capital, do trabalho reprodutivo, gerando uma “crise de cuidado”, que leva as mulheres à exaustão” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 103).

3.2.4 O ideal de igualdade

“O velho feminismo despenteado e peludo da década de 1960 foi substituído pelo empoderado e bem vestido dos anos 1990”.

(FEDERICI, 2019, p. 249).

Ao tomarmos, no nosso *corpus*, grupos se organizando para garantir a “igualdade de gênero”, como temos no nome da ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres), esbarramos na opacidade a que essa “igualdade” diria respeito: mulheres iguais a homens?; mulheres como iguais entre si? O substantivo abstrato “igualdade” apaga a comparação, projetando-a como óbvia.

Para Davis (2016) não é verdadeiro dizer que a igualdade de gênero nunca existiu: na escravidão as mulheres negras eram iguais aos homens.

as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiram à escravidão com o mesmo ardor que eles. essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não

⁹⁵ Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/carreira-e-maternidade-valoriza%C3%A7%C3%A3o-necess%C3%A1ria-das-m%C3%A3es-esteves> (1/07/2019) Consultado em 20/07/2019.

fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. (DAVIS, 2016, p. 35-36)

No entanto, essa igualdade se deu em detrimento das mulheres escravizadas. E era atravessada por uma opressão de gênero que fazia com que as mulheres negras servissem como reprodutoras da força de trabalho, sendo obrigadas a engravidar e parir filhos escravizados, além de serem alvo predominante dos estupros por parte dos escravizadores. Nesse sentido, que o feminismo negro chama a atenção para a situação das mulheres negras que traz, historicamente, um recorte de classe e de raça.

R37: “Um verdadeiro mundo de igualdade seria um em que mulheres dirigiriam metade dos países e homens, metade dos lares”. (USA Today: “Review roundup: ‘Lean In,’ by Sheryl Sandberg”)⁹⁶.

A ideia de “um mundo de igualdade” em que bastaria que mulheres dirigissem metade dos países e que os homens assumissem o trabalho doméstico funciona apagando as diferenças e as desigualdades entre as mulheres. Não é, como nos lembra Angela Davis (2016), que as mulheres nunca tivessem sido tratadas em relação de igualdade aos homens, mas essa igualdade não foi em benefício das mulheres. Nesse sentido que trazemos a crítica ao feminismo liberal que tem como principal referência, atualmente, Sheryl Sandberg, diretora executiva da mídia social “Facebook”.

O livro da diretora executiva da mídia social, Facebook, Sheryl Sandberg, *Lean In*, faz, de acordo com a autora, “tipo um manifesto feminista”⁹⁷. Um manifesto que eufemiza o feminismo a que se refere (“tipo um”), projetando uma distância entre as feministas que denunciam a divisão sexual do trabalho e consideram o trabalho reprodutivo e doméstico como trabalho, para oferecer um feminismo mais brando que funcionaria como autoajuda para potenciais empreendedoras. O alcance desse feminismo motivou outro manifesto “Feminismo para os 99%” de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019). De acordo com as autoras, o “feminismo liberal” (esse “tipo um” feminismo) seria um “obstáculo crucial” ao projeto emancipatório das mulheres (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.

⁹⁶ Tradução nossa para o português a partir do original: “A truly equal world would be one where women ran half our countries and men ran half our homes”. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/life/books/2013/03/29/lean-in-sheryl-sandberg-reviews/2026285/> (29/03/2013) Consultado em 1/8/2018.

⁹⁷ No original: “a sort of feminist manifesto” (tradução nossa). Do artigo que compõe esse corpus da revista USA Today: “Review roundup: ‘Lean In,’ by Sheryl Sandberg”. Consultado em 23/08/2019.

119).

A partir de uma perspectiva discursiva, podemos dizer que a questão do “feminismo liberal” funcionaria a partir da mesma matriz de sentido do discurso neoliberal, não rompendo, portanto com ele, mas produzindo sentidos a partir dele.

Não quebra com a naturalização da mulher enquanto mãe. Ao invés disso, esforça-se em propor maneiras para que a mulher, ao participar do trabalho produtivo, não comprometa o (seu) trabalho reprodutivo. A esse respeito, retomamos o recorte [R35]

R35: As mulheres buscam um estilo de vida com mais tranquilidade, equilíbrio e tempo, com direito a conciliar trabalho, casa, filhos, companheiro e, de quebra, cuidar delas mesmas. Não é por acaso que **90% dessas mulheres** dizem que balancear a vida familiar, pessoal e profissional é o que mais as faria feliz. (Movimento Mulher 360: “Pesquisa mostra que mulheres querem mais tempo e equilíbrio”)⁹⁸

A mulher é colocada como agente responsável pelo trabalho reprodutivo que é naturalizado como *afeto* e não como trabalho. Através do processo de metonimização (ZOPPI-FONTANA, 2017a), “um estilo de vida com mais tranquilidade, equilíbrio e tempo” desliza para um “direito” em “conciliar trabalho, casa, filhos, companheiro e, de quebra, cuidar delas mesmas”, produzindo uma continuidade entre o trabalho produtivo e reprodutivo funcionando discursivamente, condicionando a inclusão da mulher no trabalho produtivo à manutenção do trabalho reprodutivo, projetado como responsabilidade da mulher. Sendo esse condicionamento, projetado como demanda da própria mulher-trabalhadora em nome de sua (própria) felicidade, um direito assegurado à mulher.

3.2.5 A institucionalização do feminismo

No contexto do pós-guerra, em 1945, fundou-se a Entidade das Nações Unidas (ONU), “uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais”⁹⁹. Em 1975, com a efervescência do feminismo, a ONU declara o “Ano Internacional da Mulher” e realiza a “I Conferência Mundial da Mulher” sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”¹⁰⁰. Em relação a essa efervescência do feminismo, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) colocam que:

⁹⁸Disponível em: <http://movimentomulher360.com.br/2015/06/pesquisa-mostra-que-mulheres-querem-mais-tempo-e-equilibrio/> (02/06/2015). Consultado em: 26/08/2015.

⁹⁹Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/> Consultado em 6/4/2015.

¹⁰⁰ Que pode ser acessado em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/> Consultado em 06/04/2015.

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História. Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé**) se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597)

Tinha uma demanda forte pelo reconhecimento do trabalho invisível desempenhado pelas mulheres e por maior participação destas na sociedade. Seria, então, natural que o órgão internacional “pela paz e o desenvolvimento mundiais” desse atenção a essa demanda. No entanto, as Nações Unidas, de acordo com a visão crítica de Silvia Federici (2019), autodeclarou-se “órgão encarregado da despatriarcalização de toda estrutura de político internacional” (Ibidem, p. 239) e, dessa forma, *domesticou* “um movimento que contava com um enorme potencial subversivo” (Loc. cit.). A entidade ainda realiza mais 3 conferências (1980, 1985 e 1995), mas só no documento da conferência de 1995 relaciona o direito das mulheres enquanto direitos humanos:

R38: Estamos convencidos de que:

13. O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz;

14. **Os direitos da mulher são direitos humanos;**

15. A igualdade de direitos, de oportunidades e de acesso aos recursos, a divisão equitativa das responsabilidades familiares e a parceria harmoniosa entre mulheres e homens são fundamentais ao seu bem-estar e ao de suas famílias, bem como para a consolidação da democracia (IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, em Pequim, da Entidade das Nações Unidas)¹⁰¹ (grifos nossos)

A relação heteronormativa posta pela “parceria harmoniosa entre homens e mulheres” sustenta a articulação entre família e democracia: é projetado como óbvio que mulher se relacione com homem e que a família seja constituída por um casal formado por homem e

¹⁰¹ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf (09/1995) Consultado em 06/04/2015.

mulher. E seria a harmonia dessa normatividade hegemônica que consolidaria a democracia. O que nos coloca como questão, e as mulheres que não têm parceiras/parceiros? E as *parcerias* não heteronormativas, qual sua relação com a democracia? Enfraqueceriam-na?

O deslizamento entre “mulher”, “família” e “democracia” produz uma continuidade que justificaria a igualdade de direitos e o reconhecimento da condição humana (e dos direitos) à mulher. Assim, é através da família heteronormativa e da democracia que a mulher é alçada à condição daqueles a quem se reconhecem os direitos humanos. No entanto, de acordo com Federici (2019)

Tal plataforma [de Pequim 1995] prepara o caminho para a plena exploração da mulher, não só dentro de casa, mas também no trabalho assalariado, eliminando os obstáculos à “participação da mulher na economia”, resultantes das demandas dos homens. Ironicamente, promete igualdade entre homens e mulheres em um momento em que até mesmo o homem assalariado encontra-se privado das garantias e dos benefícios de que antes usufruía. (Ibidem, p. 245).

Em 2010, a ONU cria a “Entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero e o empoderamento das Mulheres” (ONU Mulheres) atuando “em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais”¹⁰². Em relação ao empoderamento da mulher, há a possibilidade de uma leitura em que as mulheres se empoderam elas mesmas, pelo funcionamento reflexivo do verbo (empoderar-se), e uma outra transitiva em que as mulheres seriam empoderadas. Pelo discurso da ONU, poderíamos pensar ainda em uma leitura ergativa, em que a ONU faz com que as mulheres se empoderem. Nesse sentido, o empoderamento feminino é apoderado¹⁰³ por um processo de resignificação que desloca a agência da mulher (empoderar-se) para colocá-la como passiva no sintagma nominal – “empoderamento das mulheres” – cuja agência fica a cargo da entidade. A equivocidade aí posta não se resolve, está presente pelo funcionamento da língua.

A relação entre a condição da mulher e a *concretização* da democracia, alça a demanda por *igualdade de gênero* à condição de necessária e urgente. A esse respeito, observemos o recorte seguinte:

¹⁰² Informações disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/> Consultado em 06/04/2015.

¹⁰³ Agradeço à Sostenes Ericson pela indicação da relação entre empoderar e apoderar na constituição do nome da ONU Mulheres.

R39: A “Cidade 50-50” deverá servir de ferramenta para que se possa exigir políticas por municípios mais inclusivos e paritários. (...) Uma sociedade só pode ser chamada de democrática com participação igualitária entre homens e mulheres. (...) Por meio da plataforma digital, candidatas e candidatos dos 5.568 municípios brasileiros poderão se cadastrar e assumir, publicamente, compromissos com a promoção dos direitos das mulheres, durante a campanha eleitoral.(ONU Mulheres: “ONU Mulheres e parceiros lançam, amanhã (23), plataforma digital para igualdade de gênero nas eleições de 2016”)¹⁰⁴.

A condição para a democracia de fato perpassa em igualar mulheres a homens, uma vez que, estes já desfrutam de direitos e têm ampla presença na política e nos negócios. Promover essa igualdade seria benéfico para as mulheres que participariam, enfim, da sociedade, elevando-a à democrática. Desse maneira, a participação efetiva das mulheres (igualando-se a dos homens) seria a condição para a *concretização* efetiva da democracia.

De acordo, no entanto, com Silvia Federici (2019), esse feminismo global da ONU, “despolitizou os movimentos de mulheres” (Ibidem, p. 238) e enfraqueceu a luta feminista. A democracia passa a ser apropriada como uma promessa intermediada institucionalmente, redefinindo em termos de luta por igualdade jurídica (direitos iguais) o que seria uma luta política contra desigualdade social. Fosse esse o caso, bastaria uma lei de cotas, por exemplo, para que essa igualdade jurídica fosse alcançada, mas isso esbarraria em uma *lógica* cara ao neoliberalismo, a meritocracia. Nesse sentido, mais do que serem igualadas aos homens e terem os mesmos direitos e possibilidades, as mulheres precisariam *fazer por merecer*. A realização da democracia é, dessa maneira, construída cheia de empecilhos. E caberia às mulheres transpô-los.

3.3 Gênero como questão

Como falamos anteriormente, se gramaticalmente o gênero morfológico masculino na flexão nominal poderia ser usado de maneira genérica/ neutra, marcar o feminino reivindica uma formulação em que não se projeta uma pretensa *neutralidade*, mas em que se *evidencia* a diferença:

Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: "Sou uma mulher". Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-parceiros-lancam-amanha-23-plataforma-digital-para-igualdade-de-genero-nas-eleicoes-de-2016/> (22/09/2016). Consultado em 24/10/2016.

indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos (...) A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 9)

Ao se marcar a diferença, produz-se efeitos em relação à projeção de uma *neutralidade* que, ao ser contestada, evidencia sua *falha* em se referir também ao feminino, projetando uma ausência. Essa ausência coloca questões à própria pretensa infalibilidade da autogestão do capitalismo neoliberal em que *qualquer um* poderia se incluir. A marcação do feminino contesta a presença da mulher na referência desse “qualquer um” e, portanto, a abrangência do próprio discurso neoliberal em funcionar a partir de um “indivíduo universal”.

Interessa-nos entender como as denúncias da divisão sexual do trabalho, sobre o trabalho reprodutivo e doméstico atravessam o discurso neoliberal marcando a diferença no lugar da pretensa universalidade que vimos no capítulo 2.

3.3.1 Por que incluir mulheres

O que significa incluir algo? Significa, antes de mais nada, que o que está sendo incluído não faz parte. Dessa forma, incluir e justificar a inclusão das mulheres no mercado de trabalho evidencia que não faziam (ao menos, plenamente) parte e que sem a inclusão, continuariam a não fazer. No capítulo anterior, falamos de uma forma-sujeito do DNL que teria um efeito universalizante em que bastaria *querer* para fazer parte. A forma-sujeito, enquanto forma-sujeito de uma FD, está fragmentada em diversas posições, a flexão em gênero do agente econômico no feminino evidencia essas posições: uma posição-sujeito que projeta a imagem do homem empreendedor e uma posição-sujeito que projeta a imagem da mulher empreendedora.

R40: Economias mundiais crescem mais rapidamente com mulheres no mercado de trabalho. (Mulher 360)¹⁰⁵

R41: Como a desigualdade no pagamento entre homens e mulheres prejudica a economia brasileira. (BBC)¹⁰⁶

¹⁰⁵ Disponível em: <http://movimentomulher360.com.br/2018/06/economias-mundiais-crescem-mais-rapidamente-com-mulheres-no-mercado-de-trabalho/> (11/06/2018) Consultado em 07/09/2018.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46655125> Consultado em 06/01/2019.

R42: Diversidade gera riqueza para as organizações destaca CEO da ZRG Partners Brasil (IBEF-SP)¹⁰⁷

R38: Estamos convencidos de que:

13. O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz;

14. **Os direitos da mulher são direitos humanos;**

15. A igualdade de direitos, de oportunidades e de acesso aos recursos, a divisão equitativa das responsabilidades familiares e a parceria harmoniosa entre mulheres e homens são fundamentais ao seu bem-estar e ao de suas famílias, bem como para a consolidação da democracia (IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER em Pequim, da Entidade das Nações Unidas)¹⁰⁸ (grifos nossos)

R43: Nenhuma economia pode atingir seu pleno potencial sem a plena participação de homens e mulheres. As mulheres, que representam metade da população mundial, têm um papel igual ao dos homens na promoção do crescimento econômico. (Prefácio – documento “Mulheres, Empresas e o Direito 2018” do Banco Mundial)¹⁰⁹

A comparação com o homem permite considerar a mulher um ser humano dotado de direitos (os mesmos que os homens). Justificar a presença das mulheres no mercado de trabalho revela, de um lado, um estranhamento (como se se dissesse “quem é você para estar aqui?” ao que se responde “sou humana”), e de outro, um esforço em costurar os retalhos que manteriam o discurso neoliberal *homogêneo*. E é precisamente essa costura que evidencia, contraditoriamente, a não homogeneidade desse discurso. Essa não homogeneidade coloca a mulher em relação ao homem para considerá-la dotada de “direitos humanos”, ao mesmo tempo em que desestabiliza a universalidade de que “qualquer um” *podaria se incluir* no mercado de trabalho.

A “parceria harmoniosa entre mulheres e homens” traz, por efeito de pré-construído, uma parceria não harmoniosa contra a qual seria necessário lutar. Dessa forma, a democracia seria, enfim, consolidada a partir da harmonia entre homens e mulheres. Espera-se, então, que as mulheres aguardem pacientemente e harmoniosamente esse horizonte chegar.

¹⁰⁷Disponível em: <https://ibefsp.com.br/diversidade-gera-riqueza-para-as-organizacoes-destaca-ceo-da-zrg-partners-brasil/> (20/09/2018). Consultado em: 06/01/2019.

¹⁰⁸ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf (09/1995). Consultado em 11/06/2018.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/108531534917976386/text/125804-PORTUGUESE-PUBLIC-PUB-WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.txt> (Mulheres, Empresas e o Direito, 2018). Consultado em 15/07/2019.

3.3.2 A diferença e a diversidade

Se a justificativa em se incluir mulheres no mercado de trabalho recai na economia [R39; R40; R41], interessa-nos a maneira pela qual a mulher está sendo discursivizada nessa inclusão. Para além da opacidade que reside em considerar o benefício da inclusão das mulheres à economia, gostaríamos de entender como se marca no discurso a referência à eventual/suposta presença das mulheres na economia.

R44: Diversidade: inclusão ou estratégia?

Sempre que começamos uma conversa sobre o tema Diversidade, o mais comum é surgirem ideias e argumentos defendendo a importância da inclusão. A primeira inferência, portanto, é a de que valorizar as pessoas, independentemente de condição social, condição sexual, etnia, credo, etc., é uma questão ética, de respeito ao ser humano. Em uma empresa não é diferente. No âmbito corporativo também não podemos negar a relevância da ética e do respeito que a palavra diversidade traz na sua essência. E se não se tratar, contudo, apenas de respeito ou de ética, mas também de resultados de negócio, de mais dinheiro no bolso do acionista? (...) Mas por que a diversidade é um tema relevante para os negócios? Porque ter a diversidade como um tema relevante para a organização colabora para um ambiente em que as pessoas são mais incentivadas e têm mais abertura para ideias novas, conseguindo assim buscar soluções diferenciadas para problemas do dia a dia. (...) Além disso, a diversidade é uma forte alavanca para fomentar a inovação, elemento central da estratégia das organizações. (Harvard Business Review Brasil)¹¹⁰

A defesa *óbvia* da diversidade é colocada como a *valorização* de *todas* as pessoas, a partir do reconhecimento de que *algumas* pessoas estejam de fora e, por isso, precisem ser incluídas. Essa valorização seria “uma questão ética, de respeito ao ser humano”, argumentos projetados como óbvios e que constroem, discursivamente, a humanização das empresas: elas também compartilham da compreensão da ética e respeito que a discussão da diversidade traria.

No entanto, a ética e o respeito seriam apenas uma maneira de olhar a diversidade. Argumentativamente, através das conjunções “portanto” e “contudo” estabelecem-se os espaços de continuidade (“portanto”: a empresa não nega a relevância da ética e do respeito ao ser humano) e de quebra (“contudo”: não se trata apenas de respeito e ética, mas também de resultados de negócios)¹¹¹. Quebrando com o projetado como *lugar comum* da diversidade enquanto respeito e ética para apresentar um argumento novo que revelaria a efetiva importância da diversidade: seu potencial em beneficiar os negócios.

¹¹⁰ Disponível em: https://hbrbr.uol.com.br/diversidade-inclusao-ou-estrategia/?fbclid=IwAR2D0R4LeI3oxK6jJ2UaOla2D_cgnv2Z5SUYcUNSn232YPeoZMUolAkj-cY
Consultado em 10/10/2015.

¹¹¹ Cf. Eduardo Guimarães (1987) *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*.

A justificativa de se incluir mulheres pela ética e pelo respeito não seriam fortes o suficiente para justificar sua presença no mercado de trabalho. Seria necessário aliar a possibilidade de gerar lucros e alavancar os negócios. Ao ser marcada como a diferença, a mulher viria preencher *espaços* deixados pelo homem-trabalhador aumentando potencialmente, dessa forma, a possibilidade de lucros para as empresas.

Simone de Beauvoir fala que a mulher é a alteridade pura, sem reciprocidade. Colocada em relação ao homem sem que ele seja colocado em relação a ela:

Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOIR, 1970, p. 12)

No mercado de trabalho, a mulher é colocada em relação ao homem. O mesmo não ocorre com o homem, cuja presença não precisa ser justificada. É por marcar a diferença (em relação ao homem) que a mulher pode ser incluída, para preencher possíveis lacunas e otimizar o lucro dos negócios.

R45: O empoderamento feminino não garante apenas inclusão e igualdade, mas também maior diversidade de ideias. Um estudo publicado na revista Science na última quinta-feira (17) sugere que em países que propiciam maior igualdade de oportunidades para ambos os gêneros, as escolhas e preferências das mulheres se diferenciam mais das dos homens. (...) Comportamentos relacionados a paciência, altruísmo, reciprocidade negativa e positiva, confiança e tendência para assumir riscos foram avaliados de acordo com o gênero. Para os pesquisadores, essas são preferências fundamentais, relativas a percepções da passagem do tempo, da tomada de riscos e das interações sociais. (...) Para eles, o resultado indica que homens e mulheres tendem a realizar escolhas diferentes em relação à profissão, investimentos financeiros, decisões educacionais, entre outros. E essas diferenças variam entre países e culturas. (...) A pesquisa dá força a uma das explicações correntes sobre as diferenças de preferências entre homens e mulheres: a de que essas diferenças se expandem em contextos onde mulheres podem desenvolver seus potenciais e se expressar independentemente. Assim, a explicação para a diferenciação das preferências entre homens e mulheres está na maior autonomia das mulheres e em sua capacidade para resistir à influência da sociedade, na qual as visões masculinas são predominantes. "Nosso estudo destaca o papel crítico da disponibilidade de recursos materiais e sociais, bem como o acesso igual a esses recursos por homens e mulheres, para a formação e expressão independente das preferências específicas dos sexos", afirmam os pesquisadores. (UOL: "Mulher faz escolhas diferentes das masculinas se há igualdade")¹¹².

¹¹² Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2018/10/19/escolhas-de-homens-e-mulheres-sao-diferentes-quando-ha-igualdade-de-genero.htm> (19/10/2018). Consultado em 19/10/2018.

O empoderamento feminino corresponderia à possibilidade da mulher em se diferenciar do homem e, dessa forma, oferecer algo novo ao mercado. O “empoderamento feminino” garantiria a “diversidade” individualizando a inclusão da mulher através de seu mérito próprio (se empodera e se inclui), apagando as questões sócio-históricas. No entanto, a condição para possibilitar a diversidade seria acesso igual a recursos materiais e sociais. A diversidade de ideias precisaria da inclusão de mulheres e, para que isso represente diversidade, é preciso que as mulheres tenham acesso a tantos recursos materiais e sociais quanto os homens. Ou seja, para que a inclusão e, conseqüentemente a diversidade de ideias aconteça, é preciso que as mulheres estejam incluídas no acesso a recursos materiais e sociais: para que mulheres se incluam (e isso represente ganho aos negócios) é preciso que ela já esteja, de alguma forma incluída.

E mesmo com acesso aos “recursos materiais e sociais” espera-se que a mulher tenha “capacidade” de “resistir” em ser igual aos homens o que possibilitaria que se apresentasse como diferença trazendo um potencial ganho aos negócios. O homem colocado como referência é apresentado, assim, através da opacidade da designação “sociedade”: seria a sociedade que influenciaria as mulheres a serem como os homens. Espera-se que as mulheres resistam a essa influência para poderem se constituir como o Outro, como vimos com Simone de Beauvoir (1970), e, dessa forma, poderem representar potencialmente novos ganhos aos negócios.

CAPÍTULO 4 – DISCURSO NEOLIBERAL E GÊNERO

Quando vi mulheres no palco
na Convenção Pelo Sufrágio da Mulher,
no outro dia,
Eu pensei,
Que tipo de reformistas são vocês?,
com asas de ganso em vossas cabeças,
como se estivessem indo voar,
e vestida de forma tão ridícula,
falando em reforma e dos direitos das mulheres?
É melhor vocês mesmas reformarem a si
mesmas em primeiro lugar
(TRUTH, Sojourner, 1851, apud RIBEIRO, 2019,
p. 22)¹¹³

Sojourner Truth questiona as mulheres que diziam lutar pelos direitos das mulheres: por quais “mulheres” lutavam, afinal? Se para aquelas que lutavam parecia óbvio que seria para “todas as mulheres”, Sojourner joga luz na invisibilização das mulheres negras, apagadas nesse “todas”. Assim, em “Não sou eu uma mulher?”, Sojourner questiona não se levar em conta as mulheres negras, suas demandas e necessidades. Escrito no século XVIII, é passível de se questionar, pelo tempo que passou desde então, se a realidade foi *suficientemente* alterada. Em relação tanto ao generalismo a partir do qual se poderia reivindicar a *igualdade de gênero*, e às pautas específicas de mulheres frequentemente invisibilizadas na generalização. Neste capítulo queremos nos deter em analisar o discurso neoliberal atravessado por identificações de gênero (DNL/gênero) para observarmos mais atentamente seu funcionamento e os mecanismos pelos quais as mulheres são ou não preteridas do/no mercado de trabalho.

Como vimos, no capítulo 2, o DNL funciona pela dispersão (GUILBERT, 2011) promovendo “uma visão empreendedora e puramente econômica da vida” e torna “produtivo, no sentido econômico, aquilo que não o pode ser” (Ibidem, p.15). Ou seja, traz a economia para entender e interpretar *todas* as atividades humanas. A forma-sujeito projetada por esse discurso

¹¹³ O texto citado tem como título “On woman’s dress”. Isabella Baumfree, conhecida como Sojourner Truth, nasceu em 1797, nos Estados Unidos. De pais escravizados, foi escravizada por muitos anos até 1828, quando do fim da escravidão no estado de Nova Iorque, onde vivia. Em 1851, ela falou na convenção das mulheres em Akron (Ohio). Sua fala ficou famosa e ecoou na famosa indagação: “Não sou eu uma mulher?”. Ver mais sobre Sojourner Truth em: <https://allpoetry.com./Sojourner-Truth>. Consultado em 24/10/2016.

é universal: bastaria querer que todos/ qualquer um teria oportunidades. A vontade individual é o efeito que sustenta esse discurso: querer é poder. E a ordem *meritocrática*, que funciona por efeito, permitiria selecionar os melhores empreendedores e os recompensar. Apesar da dispersão, esse discurso funciona homogeneamente, distribuindo, pretensamente, as oportunidades entre todos, fazendo irromper uma visão empreendedora sobre potencialmente todas as áreas da vida. O DNL projeta uma temporalidade em que o futuro contrasta com o passado. Opondo emprego, projetado como forma de trabalho passada, a “projetos”, “oportunidades” [R25], que estariam no horizonte da modernização do trabalho, constituindo, assim e por isso, uma “nova economia brasileira” [R25].

No capítulo anterior, vimos que, apesar de, gramaticalmente, no português, a desinência dos substantivos e adjetivos no masculino funcionar como genérico/ neutro, essa neutralidade tem sido contestada pelo atravessamento do DNL pelos estudos de gênero, delimitando uma nova posição-sujeito. Dessa forma, trouxemos alguns desses estudos para compreendermos em que medida passa a se reivindicar uma formulação que não projetasse uma *neutralidade*, mas que *evidenciasse* as diferenças, marcando o gênero do *agente econômico* desse discurso. Observamos que, no mercado de trabalho, a mulher é colocada em relação ao homem. O mesmo não ocorre com o homem, cuja presença não precisa ser justificada. É por marcar a diferença (em relação ao homem) que a mulher pode ser incluída, para preencher possíveis lacunas e otimizar o lucro dos negócios. O efeito, como dissemos anteriormente, é de generalizar os benefícios em relação à igualdade, mas situando-os, não em relação à mulher, mas em relação ao capital.

Neste capítulo, queremos nos deter em analisar o discurso neoliberal atravessado por questões de gênero (DNL/gênero) para descrevermos a posição-sujeito de *agente econômico*, para usar um termo do discurso empresarial, projetada por esse discurso. Através de nossas análises, procuramos descrever os efeitos de interdiscurso nesse discurso afetado pelo atravessamento dos estudos de gênero que denunciam a divisão sexual do trabalho e, dessa forma, analisamos os efeitos de pré-construído e de sustentação desse discurso. Analisamos, também, a temporalidade projetada por esse discurso para compará-la com a que descrevemos em relação ao DNL. Nossa hipótese é que o atravessamento pelas questões de gênero projeta um futuro, não de uma necessária modernização do trabalho, como no DNL, mas um futuro que diz respeito à presença das mulheres no mercado de trabalho, dessa forma, projetaria um horizonte em que as mulheres estariam incluídas no mercado de trabalho. Por último, contrastamos o papel do Estado no neoliberalismo que afeta o DNL com a maneira como o papel do Estado é projetado no DNL/gênero. Com essas análises, procuramos verificar nossa

hipótese de que a flexão de gênero morfológico presente nas formas nominais que designam nas formulações as imagens produzidas pelo DNL para o agente econômico das atividades no mercado de trabalho produz uma inflexão e um deslocamento na formação ideológica do neoliberalismo.

4.1 A mulher no mercado de trabalho

Ao flexionar o gênero no discurso neoliberal, como vimos, marca-se a falha no processo de universalização da posição-sujeito do *agente econômico* ideal do DNL, uma vez que a flexão no feminino questiona a presença/ ausência da mulher-empREENDEDORA na projeção do *agente econômico* do DNL. Com os recortes a seguir e os já analisados, procuramos descrever a posição-sujeito projetada por esse discurso.

R46:[Infográfico]- [capa] Mulher também gosta de dinheiro (e sabe cuidar bem dele!)

Ocupando cargos de confiança, chefiando grandes corporações e liderando nações, lugar de mulher é onde ela quiser. Elas estão provando a cada dia que mulher também entende de dinheiro. (...)

Estudar, estudar e estudar: assim elas se destacam no mercado de trabalho! (...)

Elas são mais empreendedoras (...) Levando-se em conta o total de empreendedores, as mulheres em comparação aos homens são: mais jovens (...) mais escolarizadas (...) mas ganham menos (...)

Mas ainda há obstáculos a superar (...)

A verdadeira Bolsa que está mexendo com a cabeça delas (...) A presença de mulheres operando na Bolsa cresceu mais de oito vezes entre 2002 e 2016. (...)

[página final] E você? O que está esperando para mostrar ao mundo seu potencial para as finanças? (Infográfico Toro Radar)¹¹⁴.

A partir de pré-construídos sobre a mulher: que não gosta de dinheiro, não sabe lidar com ele e que seriam consumistas (pelo duplo sentido atribuído a bolsa ao adjetivá-la por “verdadeira”, contrapondo-a a outra, *sabida* da qual as mulheres gostariam) projeta-se uma imagem de mulher-empREENDEDORA contrapondo-a à de mulher.

Outra contraposição é projetada a partir da comparação estabelecida em relação ao "total de empreendedores". Ao comparar a mulher empREENDEDORA e o homem empREENDEDOR, a mulher supera o homem em todos os quesitos apresentados, exceto no benefício (“no

¹¹⁴ Reprodução de trechos em destaque no infográfico, disponível em: <http://bit.ly/2mxN2IY> Consultado em 22/06/2019.

salário”): "mais empreendedoras"; "mais jovens"; "mais escolarizadas"; "mas ganham menos". Pela lógica meritocrática que rege o discurso neoliberal e que preconiza uma pretensa seleção natural dos melhores trabalhadores, a capacidade técnica superior das mulheres seria suficiente para inseri-las, automaticamente, no mercado de trabalho. No entanto, a adversativa ("mas ganham menos") altera o sentido esperado da argumentação, de que ganhariam mais, para apontar uma discrepância que, de acordo com o encadeamento de argumentos, mesmo se os salários entre homens e mulheres fossem iguais, causaria estranhamento, a partir da lógica meritocrática, em que *os melhores* se sobressairiam.

Reconhece-se a contradição, constitutiva do discurso, na lógica neoliberal, através da adversativa que aponta uma realidade diferente da logicamente inferida pelo encadeamento de argumentos e projeta um futuro, diferente do presente, em que essa realidade poderia ser alterada, e em que "os obstáculos" seriam superáveis.

A posição-sujeito de mulher-empREENDEDORA construída nesse discurso projeta uma imagem de trabalhadora que precisa ser mais capacitada, além do previsto pela *lógica meritocrática*, para ser passível de ser incluída no mercado de trabalho. Nesse sentido, a mulher-empREENDEDORA teria que, para além das capacidades técnicas, compensar seu gênero: precisam ser mais capacitadas *por* serem mulheres.

A questão da compensação é fundamental no discurso *sobre* as mulheres no ambiente de trabalho, uma vez que a *lógica meritocrática* prevê que os mais capacitados se sobressairiam. No entanto, isso não parece suficiente para incluir e reverter em reconhecimento o trabalho das mulheres. Assim, para além da capacidade técnica, as mulheres precisam sobrepor a imagem de que o trabalhador reconhecido é homem e *compensar* o fato de serem mulheres para, dessa forma, serem incluídas/ reconhecidas *mesmo sendo* mulheres.

R47: Muito além dos números – A igualdade de gênero não deveria se restringir ao balanceamento da quantidade de homens e mulheres em uma organização. Também envolve uma visão mais igualitária de direitos e benefícios.

“Licença-paternidade obrigatória, espaço de trabalho mais flexível, salas de amamentação são exemplos de benefícios demandados. Coisas que apoiem mais a mulher executiva e, por outro lado, incentivem os homens a participarem mais da vida doméstica, com divisão de tarefas e cuidados com a família”, afirmou a sócia. (IBEF-SP: “Diversidade gera riqueza para as organizações destaca CEO da ZRG Partners Brasil”)¹¹⁵.

¹¹⁵ Disponível em: <https://ibefsp.com.br/diversidade-gera-riqueza-para-as-organizacoes-destaca-ceo-da-zrg-partners-brasil/> (20/9/ 2018) Consultado 15/10/2018.

Ao negar que a igualdade de gênero se restrinja “ao balanceamento da quantidade de homens e mulheres em uma organização” presentifica a afirmação de que a igualdade de gênero se restringiria a esse “balanceamento”. Projetando “uma visão mais igualitária de direitos e benefícios” como condição suficiente para sustentar a negação de não “se restringir ao balanceamento da quantidade de homens e mulheres em uma organização”. Dessa forma, as licenças constituiriam o apoio necessário para a mulher conseguir participar das organizações. Além dos benefícios à empreendedora, a licença-paternidade também é projetada como benefício para a mulher (e não para o homem) por apoiá-la e incentivar “os homens a participarem mais da vida doméstica, com divisão de tarefas e cuidados com a família”.

É interessante pensar na relação entre os verbos “apoiar” e “incentivar”. O sujeito de ambos é o mesmo, “coisas”, retomando “benefícios demandados”, o que muda é a transitividade: “apoiar” refere-se à mulher, enquanto “incentivar”, ao homem. A mulher, para ser inserida no mercado de trabalho, precisa de apoio para dar conta do acúmulo de funções que conciliaria [R35]; já o homem precisaria ser incentivado a cumprir sua parte no trabalho reprodutivo e doméstico. A mobilização entorno de incentivar o homem tem tanto destaque e importância quanto apoiar a carreira da mulher, estabelecendo uma relação entre incentivar o homem e isso ser uma forma de apoio à mulher. Enquanto que apoiar a mulher não beneficiaria o homem, ao contrário, precisaria incentivá-lo a assumir suas responsabilidades no trabalho reprodutivo e doméstico, que serviria a beneficiar a própria mulher que poderia, então, dividir as, projetadas como suas, tarefas domésticas e reprodutivas.

O efeito que sustenta esse discurso é de que o trabalho reprodutivo e doméstico seria de responsabilidade da mulher sendo ao homem reservado o papel secundário de “ajudar” nas tarefas para liberar a mulher a participar do trabalho produtivo remunerado. No entanto, a maior licença-paternidade vigente, hoje, no Brasil, é de 20 dias, sendo a mais comum de 5 dias. É nesse sentido que falar em “ajuda” é compatível com a licença reduzida que, no recorte acima, não é questionada como insuficiente, mas ao contrário apresentada como a exata medida para que os homens exerçam sua função paterna: a de “ajudar” a mulher, já que dos homens não se espera (inclusive no que tange à lei) mais do que isso.

A mulher-trabalhadora, no discurso neoliberal, é constituída em relação ao homem como alteridade pura (BEAUVOIR, 1970). A inscrição da mulher-trabalhadora no discurso neoliberal não se dá senão a partir do acúmulo de responsabilidades: o trabalho produtivo com os já projetados como de sua responsabilidade, trabalhos reprodutivo e doméstico.

R48: Diferenças comportamentais – Com relação às diferenças entre os gêneros, Aline acrescenta que os aspectos comportamentais também podem impactar as oportunidades para as mulheres. Um exemplo é a forma como homens e mulheres respondem a perguntas sobre desafios em um processo de entrevista. “Quando perguntamos sobre o nível de profundidade ou domínio em uma área que desconhecem, os homens costumam responder que é uma área correlata ao que já fizeram, e que em pouco tempo poderão absorver e dominá-la. Já as mulheres afirmam que dominam outra área, que tiveram pouca interação com aquela e precisariam de tempo para entender melhor a dinâmica. É uma forma mais conservadora de abordar o tema”. Outro aspecto observado pela executiva é que a maioria das mulheres imagina crescer na empresa pelas entregas de trabalho. E, às vezes, elas esquecem outros aspectos importantes como cultivar relacionamento com os colegas – que podem ser tão importantes quanto a entrega na hora de uma promoção. “Parte desse foco na entrega deve-se também ao fato de a mulher querer usar o seu tempo da forma mais eficiente possível, porque ela tem que voltar para casa para cuidar da família. E, muitas vezes, elas dispensam aquele bate-papo no corredor ou na hora do café que também seria importante para seu avanço”, disse a sócia da ZRG. Monteiro alertou que copiar o modelo masculino também não é a resposta para isso. “Não dá para a mulher entrar no jogo dos homens para crescer nas organizações. Se faz isso, ela pode deixar de trazer o que tem de melhor: o contraponto, o olhar diferente. Ter mulheres masculinizadas nas organizações não é o caminho”. (IBEF-SP: “Diversidade gera riqueza para as organizações destaca CEO da ZRG Partners Brasil”)¹¹⁶.

Ao comparar a mulher e o homem em relação aos aspectos comportamentais, estaria se falando daquilo que é intrínseco à mulher e ao homem, seus comportamentos naturais. Naturaliza-se, dessa forma, a desigualdade de gênero justificando-a a partir do comportamento da mulher: mais conservadora e eficiente. O conservadorismo diria respeito a autoavaliação em relação a que o homem faria de si. E a eficiência diria respeito ao tempo: como a mulher teria que conciliar seu trabalho (remunerado) com seus outros (não remunerados), ela seria mais eficiente em dividir o tempo gasto com seus trabalhos, dessa forma, não dedicaria um tempo extra (necessário) para se socializar com seus pares, comprometendo, por isso, sua evolução e promoção dentro da empresa.

Ao falar que as mulheres esquecem “aspectos importantes como cultivar relacionamento com os colegas” faz intervir, como efeito de pré-construído o que elas deveriam lembrar, ou ainda, que elas deveriam saber e não sabem: que cultivar os relacionamentos com os colegas é tão importante quanto as entregas de trabalho. É através da falta de algo que a mulher trabalhadora deveria saber (e não sabe ou esquece) que eficiência pode ser interpretada como um ponto negativo e a responsabilidade da mulher em relação ao trabalho reprodutivo e

¹¹⁶ Disponível em: <https://ibefsp.com.br/diversidade-gera-riqueza-para-as-organizacoes-destaca-ceo-da-zrg-partners-brasil/> (20/09/ 2018) Consultado 15/10/2018.

doméstico (“Parte desse foco na entrega [de trabalho] deve-se também ao fato de a mulher querer usar o seu tempo da forma mais eficiente possível, porque ela tem que voltar para casa para cuidar da família”) é visto como um empecilho por fazer da mulher mais eficiente. Dessa forma, a eficiência das mulheres não seria benéfica (a elas), não revertendo em promoções, apesar da entrega de trabalho e da eficiência com que o fazem. Em relação ao mito da meritocracia, quando se trata da mulher trabalhadora, a necessidade de mascará-lo, apresentando-o como mérito de fato não é tão presente e pode se assumir sua condição de mito, afinal, o gênero parece suficiente para justificar a preterição ou a falta de sucesso das mulheres apesar dos seus méritos.

Responsabilizar as características da mulher-trabalhadora impactando a desigualdade de gênero se dá a partir da construção do homem como ideal de trabalhador. Isso projeta a possibilidade de inscrição no mercado de trabalho igualando-se ao homem. A denegação (“copiar o modelo masculino também não é a resposta”), ao mesmo tempo em que presentifica essa projeção, nega-a: o espaço de inclusão para a mulher se daria a partir do contraponto em relação ao ponto zero, que seria o homem. Ou seja, oferecendo aquilo que o homem não poderia. Assim, a diferença entre eles seria fundamental para que a mulher-empREENDEDORA tenha algo diferente a oferecer e possa ser, por isso, incluída. Caberia, então, à mulher permanecer relegada em segundo plano, mantendo-se feminina e aceitando o teto de vidro que lhe compete por representar a diversidade.

A seguir analisaremos um recorte que presentifica a diferença ao negá-la dizendo que “competência não tem gênero” ao mesmo tempo em que diz que “lugar de mulher é aonde ela quiser, inclusive no Santander”, evidenciando qual seria o gênero que se beneficiaria da diferença e qual precisa de (repetidas) campanhas para pleitear o mínimo de representatividade:

R49: O posicionamento “Diversos Somos Todos” do Banco Santander abrange todos públicos, entre eles, as mulheres. A empresa acredita que reconhecer as diferenças aumenta a capacidade de compreender e zelar pelas relações humanas, privilegiando a equidade interna, sem abrir mão da Meritocracia. Ao valorizar o melhor de cada um, estão contribuindo para que pessoas e negócios prosperem. (...) As mulheres já são a maioria, mas para acelerar a equidade de homens e mulheres na liderança, lançaram a frente #CompetênciaNãoTemGênero para encorajar a liderança em cada mulher. (...) Afinal, como a empresa costuma reforçar “lugar de mulher é aonde ela quiser, inclusive no Santander”. (Movimento Mulher360: “Santander – Indicadores fortalecem metas para equidade de gênero”)¹¹⁷ ,

¹¹⁷ Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/praticas/santander-indicadores-fortalecem-metas-para-equidade-de-genero/> (19/07/2018) Consultado 19/10/2018.

A universalização projetada pelo “todos” de “Diversos Somos Todos” é contida pela negação que evidencia a marcação de gênero “#CompetênciaNãoTemGênero”. A retomada de “Diversos Somos Todos” por “#CompetênciaNãoTemGênero” aponta para uma mudança de direção. Em “Diversos Somos Todos”, o interlocutor da enunciação seria potencialmente todos/ qualquer um; já em “#CompetênciaNãoTemGênero”, a negação presentifica o que é negado, trazendo que a competência tem gênero. A inferência de que gênero seria esse, inerente à competência, mostra qual ausência é apagada pela igualdade projetada por “Diversos Somos Todos”. A contradição é costurada pela projeção de uma homogeneidade que evidencia o contrário.

Nesse sentido, reconhecer as diferenças aumentaria “a capacidade de compreender e zelar pelas relações humanas”, humanizando a mulher para compará-la ao homem e possibilitar que seja incluída (“privilegiando a equidade interna”). Tendo como início a vontade da mulher-empresendedora (“lugar de mulher é aonde ela quiser”) e como limite a “meritocracia” (“sem abrir mão da Meritocracia”) grafada em maiúscula, mostrando-a como uma entidade capaz de, tal qual “a mão invisível do mercado” do liberalismo, garantir a lisura do processo de inclusão (daquelas que estão de fora). Dessa forma, para ser incluída a mulher precisaria querer e ser capacitada. O que, como vimos anteriormente, em relação à mulher trabalhadora, a meritocracia não seria suficiente para incluir a mulher no mercado e em espaços de chefia, seria necessário, para validar a meritocracia, compensar o gênero. Daí a necessidade de campanhas como essa.

A reivindicação feita pelas feministas ao longo dos anos para que as mulheres possam ocupar todos e quaisquer espaços é materializada pela enunciação que afirma o poder de decisão de quais espaços ocupar à mulher – “lugar de mulher é aonde ela quiser”. Essa enunciação é integralmente apropriada pela empresa Santander, como vemos no recorte acima. Ao fazer isso, desloca os sentidos apropriando-os pela lógica capitalista do lucro: se é lucrativo ter mulheres, tenhamos! Apaga-se as relações de sentido de luta política das mulheres para realocar em uma concessão dos detentores do capital à participação da mulher na economia, o que fica entre a presença que a memória discursiva faz emergir do discurso feminista no discurso empresarial e o apagamento dos sentidos políticos das lutas das mulheres através de sua apropriação pelo capital.

4.1.1 O sujeito do DNL/gênero

No capítulo 2, observamos que o sujeito do DNL projeta uma posição-sujeito universalizante, em que se inscreveria potencialmente todos/ qualquer um. O funcionamento

deste processo de universalização remete ao que Pêcheux ([1975] 2009), retomando Fuchs denominou de mito continuísta empírico-subjetivista, “que pretende que, a partir do sujeito concreto individual ‘em situação’ (ligado a seus preceitos e a suas noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”. Para explicar essa continuidade, Pêcheux apresenta a seguinte tabela:

Tabela 1 – Mito continuísta empírico-subjetivista

	Origem	Discrepância	Generalização	Universalização
Categorias lógico-gramaticais de referência	eu ver presente aqui	tu (você)/eu dizer passado em outro lugar/ aqui	ele, x/ eu dizer passado em outro lugar/ aqui	todo sujeito (cada um, quem quer que seja) pensar sempre em toda parte
Forma de base do enunciado	(eu digo que) eu vejo isto	tu me disseste que.. (você me disse que...)	disseram-me que... foi constatado que...	é verdade que...

Fonte: PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 117

“Os funcionamentos discursivos trabalhados por Pêcheux através da figura do mito se referem principalmente ao efeito de apagamento da descontinuidade epistemológica entre conhecimento científico e desconhecimento ideológico” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 191). Dissemos, anteriormente, que o DNL projeta uma posição sujeito universalizante, mas, a partir do funcionamento do processo de universalização descrito por Pêcheux retomando Fuchs, do mito continuísta empírico-subjetivista, diríamos que o DNL universaliza a posição de empreendedor: qualquer um poderia sê-lo, mas generaliza ao contrapor “ele” e o “eu” que enuncia. Retomando alguns recortes:

R29: (...) é fundamental que você saiba o que fazer depois dele. Uma demissão pode acontecer com qualquer um, a qualquer momento. (...)

R30: Pode ser por vocação sua (...) O fato é que você virou empreendedor. E o que a gente pode fazer pra você hoje? (...) Vai empreender? Santander. (publicidade do banco Santander, Julho/ 2017)¹¹⁸.

¹¹⁸ Transcrição nossa a partir do vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCGcFwO2530>. Consultado em 26/11/2019.

R31: Se antes **nossos** melhores talentos eram atraídos para bons empregos (...) hoje **eles** são atraídos pela oportunidade de fazer algo grande (...) (Projeto DRAFT)¹¹⁹

R50: **Nossos** melhores talentos não buscam mais um *emprego* (...) eles querem se conectar a *projetos* (...) Eles não entram num mercado para seguir regras (...) O Draft deseja oferecer uma referência editorial e um ponto de encontro para essa comunidade de realizadores e para esse novo ecossistema – que **nós** enxergamos não como um segmento de mercado ou uma tendência, mas como a própria Nova Economia brasileira. (Projeto DRAFT)¹²⁰ (grifo nosso)

O possessivo “nossos” projeta um *eles* sem a marca de distanciamento que permitiria observar uma contraposição entre “nós” e “eles”, mas aproximando-o do sujeito enunciador pela marca de pertencimento do possessivo.

Em relação à projeção do *agente econômico* ideal do DNL/gênero diremos que a distinção de um nós/ elas funciona, assim como no DNL, como generalização como vimos a partir da descrição do mito continuísta empírico-subjetivista. No entanto, ao contrário do *agente econômico* do DNL, universalizante que, potencialmente, comportaria todos e qualquer um, no DNL/gênero, esse agente econômico é determinado:

R51:(...) lugar de mulher é onde ela quiser. Elas estão provando a cada dia que mulher também entende de dinheiro. (...) E você? O que está esperando para mostrar ao mundo seu potencial para as finanças? (Infográfico Toro Radar)¹²¹.

Nesse recorte, projetam-se duas posições-sujeito de mulheres: as que já empreendem e as que *ainda* não. Separadas por uma projeção temporal que mostra que seria possível que todas as mulheres empreendessem. Se, por um lado, universaliza a mulher (todas/ qualquer uma poderiam empreender), por outro determina a posição-sujeito ideal desse discurso através do recorte de gênero. Dessa forma, o homem-empresendedor não poderia preencher essa posição, uma vez que ele não precisa ser incluído (já é parte). O homem é um agente econômico em potencial, a mulher precisaria ser encorajada uma vez que participar das relações econômicas não lhe seria intrínseco.

4.1.2 Lugar de enunciação

O nosso *corpus* é constituído principalmente por discursos sobre a mulher. Em um

¹¹⁹ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

¹²⁰ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/> Consultado em 26/08/2019.

¹²¹ Reprodução de trechos em destaque no infográfico, disponível em: <http://bit.ly/2mxN2IY> Consultado em 22/6/2019.

discurso sobre estaríamos falando de uma não-pessoa, um sujeito sem voz, sobre o qual se faz predicacões, mas que não toma a palavra. Bethania Mariani (1998), ao analisar o discurso jornalístico, fala do *discurso sobre* como discursos que institucionalizam sentidos, atuando como intermediários por falarem de um discurso de (“origem”). Este assujeitamento a um já dito, ao invés de submetê-lo ao discurso da mulher, tem como efeito controlar os sentidos produzidos *sobre* a mulher, através da projeção imaginária que trabalha na construção do imaginário da mulher-trabalhadora.

Nessa seção, no entanto, gostaríamos de trazer alguns dos nossos recortes em que a mulher toma a palavra, assumindo o “eu” no discurso. No nosso material, isso ocorre em situação de entrevista ou nas reportagens na transcrição do discurso direto. Trazemos esse material para pensarmos “a problemática do “lugar de fala” a partir de uma perspectiva discursiva e redefinindo-o como “lugar de enunciação”” (ZOPPI-FONTANA, 2017b, p. 69).

Para a filósofa Djamila Ribeiro (2019) em uma

sociedade supracista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço de legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, para uma travesti negra, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitida que ela fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra? (RIBEIRO, 2019, p. 77)

A autora, quando fala de “lugar de fala” está falando do lugar social. Dessa forma, não seria permitido que qualquer um falasse de qualquer lugar. A partir das formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997 [1969]), podemos dizer que o lugar social não comporta uma única e adequada inscrição do sujeito possível. São as relações entre os sujeitos e destes com o lugar social, ao longo da história, que determinam uma relação de univocidade de lugar social e posição sujeito. Assim, a questão que alguns indivíduos não poderiam ocupar determinados espaços para falar é construída historicamente.

Por estarmos situados teoricamente na Análise do Discurso materialista, trazemos a problemática do “lugar de fala” deslocando-a, a partir do seu funcionamento enunciativo sustentado por processos metonímicos.

pensar a problemática do “lugar de fala” a partir de uma perspectiva discursiva e redefinindo-o como “lugar de enunciação” em relação ao funcionamento da interpelação ideológica que constitui o sujeito do discurso. Compreendido dessa forma, sobredeterminado pela ideologia, a língua e o inconsciente, o “lugar de fala” se mostra, no seu funcionamento enunciativo, sustentado em

processos metonímicos que o legitimam a partir da experiência vivida de um eu que se identifica com outros eu. (ZOPPI-FONTANA, 2017b, p. 69/70).

Com isso, queremos compreender o funcionamento do “eu” no discurso da “mulher empreendedora”.

R52: O número ínfimo se refere às mulheres negras em cargos executivos nas maiores empresas do Brasil, como ela faz como CEO da operação brasileira da Pandora, uma das maiores joalherias do mundo, há sete anos. “O luxo é loiro, magro e tem olhos azuis. Como eu vim parar aqui? Não é fácil, mas tenho uma resposta.” (...) Para ela, sua história ilustra o que ela chama de poder da escolha: “Tenho foco, fui lá e fiz”. (...) “Ajudar a construir um legado de igualdade é minha responsabilidade”, finalizou. (Organização Na Prática: “Mulher, negra e brasileira: conheça Rachel Maia, CEO da Pandora no Brasil”)¹²².

Para Pêcheux (2009 [1975]), a forma-sujeito pode assumir três modalidades a depender da relação no dizer entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Quando o sujeito da enunciação e o sujeito universal se sobrepõe e “a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido” essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito”” (Ibidem, p. 199). Em contraposição, o “mau sujeito” seria quando o sujeito da enunciação se distancia, se separa do sujeito universal. Pêcheux considera que esse “mau sujeito” “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contrário” (Ibidem, p. 199/ 200). E na terceira modalidade, produz um efeito de uma desidentificação, “isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva” possibilitada como “efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito”.

Trouxemos as modalidades que a forma-sujeito pode assumir, a partir de Pêcheux, para pensarmos como ela se constitui no recorte acima [R52]. A forma-sujeito nesse recorte é constituída contraidentificada (PÊCHEUX, 2009 [1975]), a relação entre “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal” é de separação, dessa forma, “o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste (...) em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (Ibidem, p. 199). A presença de Rachel Maia, uma mulher negra, na chefia de uma grande empresa de joalherias de luxo chama a atenção pelo fato de ela não se identificar com o que é tomado como

¹²² Disponível em: <https://www.napratica.org.br/mulher-negra-e-brasileira-conheca-rachel-maia-ceo-da-pandora-no-brasil/> Consultado em 05/07/2017.

padrão (“O luxo é loiro, magro e tem olhos azuis”). Dessa forma, o “eu” aparece após uma projeção de sujeito contraidentificada a partir de um funcionamento que produz um efeito de contradição: apesar do luxo ser loiro, magro e ter olhos azuis, eu, mulher negra, estou aqui, na chefia de uma das principais empresas de luxo. A contraidentificação não acontece apenas pela negritude, a questão do corpo e do padrão de beleza como um corpo magro, com o qual ela não se identifica. O estranhamento da sua presença é justificado pela determinação própria da constituição do sujeito neoliberal para o qual “querer é poder”: “Tenho foco, fui lá e fiz”. No entanto, responder a questões sociais, alçando-se a altas posições apesar de ser mulher e negra, eufemiza essas questões como se pudessem ser resolvidas a partir da vontade individual, correspondendo à “alegoria do sucesso” (ZOPPI-FONTANA, 2017a) da qual falamos no capítulo 1, que “apazigua a contradição social, metaforizada como uma sequência temporal, na qual o sujeito galga os degraus de uma escala ascendente de realização pessoal, válida para todos e qualquer um” (Ibidem, p. 140). Isso traz como efeito que se essas questões sociais ainda existem e persistem seria pela falta de vontade em se acabar com elas. E essa falta recai não sobre as grandes empresas e o funcionamento neoliberal da economia, mas seria uma falta do indivíduo colocado à margem. A perversidade dessa solução neoliberal, para um problema social, responsabiliza os indivíduos que estão à margem da sociedade em se incluir (por vontade própria) e isenta as empresas e o Estado pelo funcionamento patriarcal da sociedade. Dessa forma, uma questão histórica é tratada como pontual a partir de um exemplo de história que “deu certo”. No entanto, “se para Simone de Beauvoir, a mulher é o Outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba a mulher negra é o Outro do Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade” (RIBEIRO, 2019, p. 37). Isso colocaria essa história de sucesso justificada a partir da lógica neoliberal em um lugar mais perverso de exigir que o “Outro do Outro” seja responsável por suprir uma questão histórica de preterição.

As histórias de sucesso que funcionam na lógica neoliberal projetam uma possibilidade de um indivíduo historicamente preterido se alçar a altas posições: “o líder, como nos é apresentado nas histórias de sucesso empresariais, ganha gradualmente mais e mais autoconfiança, porque foi capaz de alcançar algo difícil, diferente dos outros que falharam ou não ousaram”¹²³ (MARZANO, 2010, p. 20). Ao tomar essa responsabilidade para si, Rachel Maia coloca como objetivo “ajudar a construir um legado de igualdade é minha

¹²³ No original: “le *leader*, tel qu’il nous est présenté dans le *success stories* managériales, prend progressivement toujours plus confiance en lui, parce qu’il a été capable de réaliser quelque chose de difficile, à la différence des autres qui ont échoué ou qui n’ont pas osé”.

responsabilidade”. Assim, um exemplo individual metonimiza a relação da mulher negra com o capital projetando-a como possível a partir da vontade individual da mulher negra.

Ao escrever “Lugar de fala” (2019), Djamilia Ribeiro colocou como objetivo:

Tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional mostra-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida. (RIBEIRO, 2019, p. 42).

Nesse sentido, a lógica neoliberal de “querer é poder” para as mulheres negras em posição de chefia, uma posição em que se se tem poucas mulheres, quase não se tem mulheres negras, instaura uma perversidade que serve a isentar as empresas e o Estado de garantir os direitos iguais para todas e todos. Projeta-se a possibilidade de sucesso sobrepondo à dupla preterição que uma mulher negra sofre para se alçar às altas posições ou sequer se inserir no mercado de trabalho. Dupla pela questão imbricada de raça e gênero. Essa projeção de um sucesso possível onera aquelas que não conseguiram como se tivesse lhes faltado vontade suficiente, culpabilizando a mulher negra de uma questão social e histórica.

Um outro “discurso de” que trouxemos para mostrar o funcionamento de uma discursividade que parta da mulher é um relato de uma mulher trans falando do seu percurso profissional. O fato de o percurso dessa mulher em específico “virar notícia” mostra um funcionamento que apaga imaginariamente uma barreira extra que uma mulher trans precisa transpor para se inserir/ ser inserida no mercado:

R53: Acredito que questão da profissional transexual no mercado de trabalho tem muito o que evoluir. A mulher trans ainda é vista como um objeto. Muitos nos associam à prostituição ou pensam que conseguimos uma vaga no mercado de trabalho por algum tipo de cota. Quanto mais empresas se sensibilizarem com a causa e investirem na contratação de pessoas trans, mais teremos visibilidade e desmistificaremos as visões sociais impostas. Somos mulheres, somos pessoas, acima de tudo, temos capacidade como qualquer outra pessoa. Faltam oportunidades. (...) De modo geral, queremos ser tratadas como qualquer outra pessoa, sem distinções.

O primeiro ponto para as profissionais que desejam evoluir na carreira é delinear o que querem para as suas vidas. (...) Você pode receber muitas respostas negativas, mas não pode deixar que isso seja o suficiente para te fazer parar. Saiba que uma hora você será reconhecida(o) se persistir e saber exatamente onde quer chegar. Quando comecei minha transição, eu não fazia ideia de como iria voltar para o mercado de trabalho, visto que estava sem emprego fixo. Não sabia como seria

minha vida dali para frente. Acreditei que uma hora as coisas fariam sentido e dariam certo. Era só continuar tentando. Agora eu me sinto completa como nunca me senti antes: sou uma mulher, trabalho, me sustento sozinha e sou respeitada como profissional. Um dia eu tracei isso como objetivo e hoje faz parte da minha vida. (Site Mulher 360: “*“Carrefour foi o primeiro lugar a respeitar minha nova identidade de gênero”*”, diz analista da empresa)¹²⁴.

Em um contexto em que as pessoas fossem respeitadas independente de gênero e raça, as histórias de sucessos perderiam sua eficácia. A história de sucesso precisa de um contexto adverso (“A mulher trans ainda é vista como um objeto. Muitos nos associam à prostituição ou pensam que conseguimos uma vaga no mercado de trabalho por algum tipo de cota”) para construir a imagem de alguém que se sobressai. Esse contexto projeta um futuro, através do funcionamento do advérbio ainda, em que se é possível vislumbrar essa realidade sendo revertida, ao mesmo tempo em que responsabiliza a mulher-trabalhadora em garantir que seja revertido: através da vontade própria e da incumbência de desmistificar “as visões sociais impostas”. Dessa forma, a responsabilização não recai apenas sobre querer suficientemente seu sucesso, mas de desmistificar essas “visões sociais impostas”. Isso aumenta a força apelativa dessa história de sucesso ao mesmo tempo em que evidencia sua incongruência ao relacionar a vontade individual e funcionamentos sócio-históricos de preterição das pessoas LGBTQIA+¹²⁵, em especial das pessoas trans. Nesse sentido, o deslizamento metonímico de mulheres para pessoas passa pela comprovação da capacidade da mulher-trabalhadora: “somos mulheres, somos pessoas, acima de tudo, temos capacidade como qualquer outra pessoa”. O pronome “qualquer” articula a comparação que reitera o direito ao reconhecimento por ser mulher, por ser pessoa.

A relação causal entre o objetivo e a realidade (“um dia eu tracei isso como objetivo e hoje faz parte da minha vida”) estabelecida pela conjunção “e”, coloca os eventos de traçar o objetivo e a realidade (de isso fazer parte da vida dela) em sequência linear e lógica, assim como o condicionante articulado através da conjunção “se” (“Saiba que uma hora você será reconhecida(o) se persistir e saber exatamente onde quer chegar”): se persistir, se souber onde quer chegar, você será reconhecida(o). Dessa forma, a vontade e a persistência são projetadas como elementos suficientes para a realização e para o sucesso.

Assim como no recorte anterior [R52], nesse recorte [R53] o sucesso depende da

¹²⁴ Disponível em: <http://movimentomulher360.com.br/2018/05/carrefour-primeiro-lugar-respeitar-nova-identidade-de-genero/> Consultado em 25/05/2018.

¹²⁵ De acordo com o blog Orientando.org: “**LGBTQIAP+** é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Polí, e mais.” Ver mais sobre em: <https://orientando.org/o-que-significa-lgbtqiap/> Consultado em: 23/01/2020.

vontade da mulher-trabalhadora. Acreditar (“Acreditei”) e ter como o objetivo o sucesso (“tracei isso como objetivo”) são suficientes para a consumação do sucesso, o que é articulado através do advérbio “só”, a partir de uma fórmula mágica: “era só continuar tentando”. Espera-se que a mulher tente repetidas vezes, porque é essa a fórmula do sucesso. E é essa fórmula também que apazigua as insatisfações com o (repetido) insucesso através da articulação com o verbo “continuar” que apresenta o meio para se atingir o (sabido) fim, mas não projeta esse fim senão como distante. Nesse sentido, essa fórmula pode durar uma vida inteira de trabalho sem perder a validade: continue tentando.

Apresenta-se a solução mais simples e perversa do neoliberalismo: você quer, você pode. Perversa porque longe de apresentar uma (possível) solução, traz o funcionamento da culpa ao responsabilizar a mulher-trabalhadora por algo que é estrutural. Nesse sentido que diríamos que a eficácia das histórias de sucesso reside em um contexto social hostil e desfavorável.

Em relação à culpa, podemos dizer que no discurso religioso, a culpa é peça motriz que mantém a coesão de determinada comunidade em volta de uma (im)possível purificação. O DNL, através dos discursos motivacionais, faz irromper esse funcionamento de busca (eterna) pela redenção, para usarmos um termo do discurso religioso. No DNL/gênero a culpa é constante seja pela falta de querer (se querer é poder, quem não pôde é porque não quis o suficiente), seja pela responsabilização da mulher por trabalhos que deveriam ser compartilhados, que são os trabalhos doméstico e reprodutivo. Nesses dois recortes pudemos observar o funcionamento da responsabilização da mulher-trabalhadora através da culpa¹²⁶. São apagadas as questões de raça e gênero para projetar uma história de sucesso possível, o que é reforçado ao trazer exemplos que configuram mais uma exceção do que uma amostragem de abertura do mercado em relação a mulheres negras e a mulheres trans. Nesse sentido, podemos pensar, por um lado, como é conveniente ter pessoas que estão à margem da margem sendo alçadas a posições de poder: mostra uma (remota) possibilidade sem afetar a estrutura machista, patriarcal e transfóbica do capitalismo neoliberal. Mas, por outro lado, há a possibilidade de uma resistência sendo produzida no interior da estrutura, porque corpos que fogem ao projetado como padrão (homem, branco, heterossexual) estão ocupando posições a que sempre foram relegados.

¹²⁶ Cf. Maria Virgínia Borges AMARAL (1999) em “A (des) razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da qualidade total”.

4.2 Efeitos do interdiscurso no DNL/gênero

Dissemos repetidas vezes que a transparência dos sentidos não é senão uma ilusão:

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 146)

Esse “caráter material do sentido” deriva das relações estabelecidas no interior da FD que determina os sentidos como sendo uns e não outros, para uma mesma palavra, proposição etc., sentido que pode mudar a depender da FD que o determina. A relação entre as FDs funciona como um “todo complexo com dominante” das FDS, intrincado no complexo das formações ideológicas” (Ibidem, 148-149), a saber, o interdiscurso. É nesse sentido que dizemos que o interdiscurso não é uma soma de FDs, assim como diremos que as FDs não são dadas de antemão, precedendo a análise, ao contrário, elas são descritas a partir do processo analítico.

Como dissemos no capítulo 1, o interdiscurso intervém a partir de dois tipos de funcionamento: o pré-construído e a articulação de enunciados:

Dupla forma (...) do assujeitamento ideológico, que permite compreender que o *pré-construído* (...) remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e aquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional”. Da mesma maneira, a *articulação* (e o discurso-transverso, que – como já dissemos – é o seu funcionamento) corresponde, ao mesmo tempo, a: “como dissemos” (evocação intradiscursiva); “como todo mundo sabe” (retorno do Universal no sujeito); e “como todo mundo pode ver” (universalidade implícita de toda situação “humana”). (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 158-159)

O efeito de sustentação diz respeito à articulação do discurso transverso intervindo no intradiscurso, e o pré-construído, por sua vez, é um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático e naturalizado pela FD. Os mecanismos de encaixe e articulação, “a passagem à discursividade” (Ibidem, p. 113) teriam um duplo funcionamento lógico-linguístico que, de acordo com Michel Pêcheux (op. cit.), não seria neutro: “ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente” (Ibidem, p. 114). Pêcheux mostra que os mecanismos de encaixe e articulação colocam “necessariamente em jogo relações entre os “domínios de pensamento”” (Loc.cit.). Esses “domínios de pensamento”

corresponderiam ao pré-construído (“exterioridade-anterioridade”) e a um efeito de sustentação do “retorno do saber no pensamento” que produz uma evocação sobre a qual se apoia a tomada de posição do sujeito” (Ibidem, p. 114). Nesse item, queremos nos dedicar a compreender o funcionamento do interdiscurso no que estamos descrevendo como DNL/ gênero, a partir da análise dos efeitos de pré-construído e de sustentação. Para tal, trazemos os seguintes recortes:

R54: Mulheres mais ricas dos EUA que fizeram a própria fortuna. (Forbes, 27/05/2015)¹²⁷.

R55: As mulheres mais ricas de 2016 que construíram a própria fortuna. (Forbes, 01/06/2016)¹²⁸.

R56: 60 mulheres self-made mais ricas da América. (Forbes, 11/07/2018)¹²⁹.

A articulação de sucessivas determinações mostra a disputa pelo sentido: não é evidente dizer “mulher” e seria preciso determinar sucessivamente (“mais ricas”, “que fizeram/construíram a própria fortuna”). Nessa tentativa de segurar os sentidos, evidencia-se a sua deriva. Nos recortes [R54] e [R55], a disputa pelos sentidos de mulher produz determinações que tipificam as mulheres e suas fortunas. Dizer simplesmente “mulheres mais ricas” parece não ser suficiente, uma vez que não determinaria a procedência da fortuna. Nesse sentido que funcionam as relativas (“que fizeram a própria fortuna” [R54], “que construíram a própria fortuna” [R55]) marcando a diferença entre as mulheres cuja fortuna é mérito próprio e aquelas que as teriam herdado. Assim, essa lista, criada a primeira vez em 2015, materializa a necessidade de se diferenciar e, assim, tipificar as mulheres ricas entre as que herdaram e as responsáveis pela própria fortuna. A relevância da informação em relação à responsabilidade pela origem da fortuna parece ser suficiente para justificar a criação de uma lista que separa as mulheres ricas, destacando as que teriam méritos próprios.

As relativas determinativas em [R54] e [R55] mostram o funcionamento do atravessamento do interdiscurso que faz intervir um discurso transversal, lateral, que aponta que não seria comum que mulheres sejam responsáveis pela própria fortuna. A fortuna seria comumente fruto do trabalho dos (homens) respectivos pais e maridos das mulheres. Nesse

¹²⁷ Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2015/05/mulheres-mais-ricas-dos-eua-que-fizeram-a-propria-fortuna/> Consultado em: 13/10/2015.

¹²⁸ Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2016/06/as-mulheres-mais-ricas-de-2016-que-construiram-a-propria-fortuna/> Consultado em: 5/11/2018.

¹²⁹ Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2018/07/60-mulheres-self-made-mais-ricas-da-america/> Consultado em: 5/11/2018.

sentido que no “fio do discurso” vemos construída a novidade: essas mulheres conseguiram fortuna por méritos próprios. E isso seria digno de nota. Na lista de 2018 a relativa é substituída pela nominalização a partir de um termo em inglês “self-made”: o mérito é, então, naturalizado na FD.

A mudança na designação das listas funciona naturalizando a tipificação criada para determinar a procedência da fortuna das mulheres e distingui-las das que não fizeram por merecer (herdaram). O interessante é que essa lista mostra uma fissura aberta no capitalismo para que mulheres bem sucedidas e responsáveis pelo próprio sucesso sejam reconhecidas pela lógica mais cara ao capitalismo que é a meritocracia. E a metodologia da lista estabelecerá os limites desse mérito:

R57: Metodologia: (...) Para a lista, a FORBES considerou qualquer pessoa que construiu sua própria fortuna – e não que tenha alcançado seu patrimônio por meio de herança. Por isso, altas executivas de empresas de tecnologia remuneradas por ajudarem no crescimento das companhias tornaram-se integrantes do ranking, mas não as mulheres da segunda geração que dirigem empresas familiares. (Forbes, 11/07/2018)¹³⁰.

Falar em “qualquer pessoa” no lugar de dizer “a mulher” afasta a marcação de gênero que é o que justifica a existência da lista. Não se poderia imaginar uma lista desse jeito feita para homens-empresários, uma vez que sua meritocracia não é questionável, se estão à frente de alguma empresa, fizeram por merecer. Ao contrário dessa lógica é que se pode descartar, para efeitos da lista [R57], “as mulheres da segunda geração que dirigem empresas familiares”, uma vez que não teriam provado seu valor para estar lá e dessa forma, não poderiam ter sua posição reconhecida.

4.2.1 DNL/gênero e maternidade

Gostaríamos de nos deter em analisar os efeitos do interdiscurso nos discursos sobre a maternidade a partir dos seguintes recortes:

**R58: Segundo estudo, filhos de mães que trabalham fora são mais felizes
Pesquisa feita em conjunto com universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido analisou 100 mil homens e mulheres para chegar à conclusão que ajuda a tirar o peso da culpa dos ombros das mães**

Maternidade e culpa costumam andar juntas - e a volta da licença-maternidade para o mercado de trabalho é um momento que leva essa máxima à alta potência. Mas

¹³⁰ Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2018/07/60-mulheres-self-made-mais-ricas-da-america/>
Consultado em: 5/11/2018.

um estudo extenso, feito em conjunto pela Universidade de Harvard (Estados Unidos), a Kingston University e a Worcester Polytechnic Institute (ambas do Reino Unido), pode ser o que toda mãe nessa situação precisava saber para seguir em frente.

Depois de divulgar uma prévia em 2015, neste ano o estudo - que contou com a participação de 100 mil homens e mulheres de 29 países - foi inteiramente concluído e demonstrou que filhos de mães que trabalham fora se tornam adultos tão felizes quanto aqueles cujas mães se dedicaram inteiramente à maternidade. (Revista Crescer, “Segundo estudo, filhos de mães que trabalham fora são mais felizes”)¹³¹. (grifos nossos)

A determinação sucessiva de *mães* que as *tipifica* entre aquelas que trabalham e aquelas que “se dedicaram inteiramente à maternidade”, apaga o trabalho reprodutivo tratando-o como “dedicação”. De acordo com o dicionário Aurélio do Século XXI (FERREIRA, 1999), “dedicação” tem a ver com “afeição profunda, veneração, amor”, trazendo, dessa forma, o caráter afetivo da maternidade para apagar o *trabalho*. É nessa contraposição a uma forma de trabalho *de fato* que se invisibiliza o trabalho reprodutivo, tomando-o como afeto.

A determinação, no título, de que os filhos de mães “que trabalham fora” seriam **mais** felizes que aqueles “cujas mães se dedicaram inteiramente à maternidade” é contradita no segundo parágrafo através da reformulação da comparação substituindo a comparação de superioridade (mais felizes) por uma relação de igualdade (“filhos de mães que trabalham fora se tornam adultos **tão** felizes **quanto** aqueles cujas mães se dedicaram inteiramente à maternidade”). Sendo o título um espaço privilegiado e de destaque para se colocar *os sentidos em circulação*, a informação evidenciada é uma interpretação errônea do dado da pesquisa, uma vez que a comparação de superioridade é contradita no corpo do texto. Dessa forma, o *exagero* do título projeta uma situação em que seria melhor *para os filhos* que as mães trabalhassem. Com ou sem o exagero, o benefício do trabalho da mulher é justificado pelo impacto nos filhos e não pela realização da mulher-trabalhadora.

Contabilizar a felicidade dos filhos em relação à mãe desempenhar ou não um trabalho produtivo faz intervir, como efeito de pré-construído, a imagem de que o trabalho produtivo das mães impactaria negativamente a felicidade dos filhos, daí a necessidade de se ter um estudo para *desmistificar* isso *que todos sabem*. A conclusão desse estudo é determinada a partir da culpa: “a conclusão que ajuda a tirar o peso da culpa dos ombros das mães”. Dessa forma, *acabar com a culpa materna* é o que sustenta esse discurso, fazendo intervir, ao conter os sentidos da “conclusão” que afastaria a culpa materna, a presentificação dessa culpa da qual

¹³¹ Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2018/08/segundo-estudo-filhos-de-maes-que-trabalham-fora-sao-mais-felizes.html> (28/08/2018) - Consultado em: 09/2019.

se pretende afastar.

Esse recorte é bastante interessante no sentido que ele permite observarmos um duplo funcionamento do DNL/gênero que trata a mulher trabalhadora como mãe (ou mãe em potencial): de um lado, afasta-se a culpa materna, *liberando* a mulher para o trabalho produtivo; por outro, presentifica a inerente culpa da mulher-trabalhadora, responsabilizando-a em garantir a felicidade dos filhos.

Traremos a seguir um outro recorte sobre a relação imaginária entre mulher-trabalhadora e seus (potenciais) filhos:

R59: Filhos de mães que trabalham podem ter maior probabilidade de só estudarem. Nas últimas décadas, a participação das **mulheres no mercado de trabalho** aumentou consideravelmente. Enquanto isso, a proporção de jovens que só trabalham caiu e a dos que só estudam aumentou. A novidade é que, de acordo com artigo desenvolvido pelo **Centro de Políticas Públicas do Insper**, com base em dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, os dois fatos parecem estar interligados.

Isso porque a renda extra proporcionada pelo fato de a mãe estar inserida no mercado de trabalho permite que mais recursos da família sejam utilizados para a educação dos filhos, por exemplo. Isso acontece não apenas porque a renda familiar total aumenta, mas porque a mulher passa a ter seu poder de barganha fortalecido na família, o que, segundo estudos, beneficia o investimento em educação dos filhos. (Mulher 360)¹³². (grifos nossos)

A modalização no título (“podem ter”) se distancia da responsabilização entre a relação de filhos cujas mães trabalham e a “probabilidade de só estudarem”. O distanciamento não impede que a relação seja posta: a possibilidade aumenta na medida em que, não só “a renda familiar total aumenta”, como “porque a mulher passa a ter seu poder de barganha fortalecido na família, o que, segundo estudos, beneficia o investimento em educação dos filhos”. O cuidado com a educação dos filhos, tanto no nível doméstico quanto em relação à educação formal, recai como responsabilidade da mulher (-mãe). O que é posto argumentativamente (“não apenas”, “mas”) articulando o aumento da renda como um argumento suficiente, mas não determinante: o que seria determinante seria “o poder de barganha” fortalecido por a mulher trabalhar. Fazendo intervir o pré-construído de que sem o trabalho produtivo, a mulher não teria direito a opinar (e barganhar) em relação ao uso do dinheiro. Nesse recorte, assim como no anterior [R58], o trabalho reprodutivo é, por efeito do

¹³² Disponível em: <http://movimentomulher360.com.br/2015/12/filhos-de-maes-que-trabalham-podem-ter-maior-probabilidade-de-so-estudarem/> (16/12/2015) Consultado em 26/09/2016.

pré-construído e do discurso transverso, apagado e projetado como um não-trabalho.

Também aparece apagado o fato dos altos índices de mulheres chefes de família: em que as mulheres são as únicas que trabalham e sustentam sozinhas suas famílias. Invisibiliza-se, pelo gênero, divisões internas de classe e raça.

4.3 A temporalidade do DNL/gênero

Como vimos, o DNL estabelece um marco temporal que projeta um passado a ser superado e um futuro de liberdade (em relação ao Estado) e méritos próprios. Na análise do nosso corpus, do DNL atravessado por questões de gênero, observamos funcionar essa projeção de uma contraposição entre passado e futuro. No entanto, ao mesmo tempo em que observamos uma projeção bastante similar em relação ao seu funcionamento da que descrevemos no DNL, em que se há uma quebra entre um passado ultrapassado/ ultrapassável e um futuro de possibilidades, observamos também uma projeção de tempo que estabelece um contínuo entre o passado e o futuro. Para compreender essa temporalidade do DNL/gênero, analisaremos os processos de metaforização e de metonimização (ZOPPI-FONTANA, 2017a) da designação da mulher-empREENDEDORA.

4.3.1 Metáforas de sucesso

A alegoria do sucesso aponta uma quebra temporal que permitiria que um passado ultrapassável fosse sobreposto por um futuro de sucessos. “apazigua a contradição, metaforizada como uma sequência temporal na qual o sujeito galga os degraus de uma escala ascendente de realização, pessoal, válida para todos e qualquer um” (ZOPPI-FONTANA, 2017a, p.140)

R60: Mulheres do Sim: rede quer conectar e dar suporte a iniciativas de empreendedoras

“**Yes, we can**” (sim, nós podemos): o emblemático slogan da campanha que elegeu Barack Obama presidente em 2009 foi o mote repetido diversas vezes por um grupo de mulheres influentes (...)

Num animado almoço após a palestra de Obama (a quem todas assistiram), **Rachel Maia**, presidente da joalheria Pandora, e **Gal Barradas**, fundadora e co-CEO da BETC/Havas e vice-presidente da Abap (Associação Brasileira das Agências de Propagandas), apresentaram o **Mulheres do Sim**, rede idealizada por elas que pretende conectar e dar suporte a iniciativas encabeçadas por empreendedoras. (...)

NÃO: O Mulheres do Sim nasce como uma ação afirmativa desde o título. “A vida inteira, ouvimos muitos ‘nãos’: ‘Você vai mesmo assumir esse emprego? Seu marido não vai gostar...’; ‘Não veste essa roupa!’; ‘Você pretende mesmo engravidar? Não me fala isso!’”, descreve Gal Barradas, parceira de Rachel na empreitada. “Ainda existe muito preconceito e não há motivo algum para que, no Brasil de 2017, as mulheres aceitem continuar nessa posição”, defende ela, lembrando ainda que, hoje, as brasileiras representam a maior parte dos microempreendedores, além de serem 50% dos chefes de família. (Revista Marie Claire)¹³³. (grifos nossos)

A contraposição entre o “não” (“você não poderia estar aqui”) e a ação afirmativa, “sim, podemos”, através do atravessamento pelo discurso-transverso da campanha política de Barack Obama que o elegeu presidente dos Estados Unidos, marca a projeção temporal a partir da ruptura: de um passado ultrapassado e ultrapassável, projetando um futuro de possibilidades. O futuro dependeria da ação das mulheres para não “continuar nessa posição”. Individualiza a responsabilidade pela mudança, projetando-a como mérito e vontade. A inclusão da mulher seria, dessa forma, superação. O que a mulher precisaria superar para validar o “sim, podemos” diz respeito ao imaginário da mulher subserviente ao homem e que precisaria compensar sua condição de mulher para se inserir/ ser inserida no mercado de trabalho. É nesse sentido que “você pretende mesmo engravidar?” equivaleria a “você vai mesmo assumir esse emprego? Seu marido não vai gostar”.

Nesse recorte os marcadores de classe aparecem mais explícitos: a mulher-empREENDEDORA se diferencia aqui de mulher-microempREENDEDORA; mulher-CEO se diferencia de mulher chefe de família. Seria no *micro* e na *chefia da família* que a mulher constituiria a maioria.

A criação de iniciativas para promover a inclusão da mulher evidencia o caráter sócio-histórico da condição das mulheres no ambiente de trabalho. Uma vez que, apesar de projetarem um sucesso alcançável através do mérito, individualizado, colocam-se como agentes da *mudança* a partir do coletivo.

R61: A missão do MM360: Contribuir para o empoderamento econômico da mulher brasileira em uma visão 360 graus, através do fomento, da sistematização e da difusão de avanços nas políticas e nas práticas empresariais e do engajamento da comunidade empresarial brasileira e da sociedade em geral. (Movimento Mulher360)¹³⁴.

¹³³Em Revista Marie Claire: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2017/10/mulheres-do-sim-rede-quer-conectar-e-dar-suporte-iniciativas-de-empREENDEDORAS.html>. De: 05/10/ 2017, consultado em: 15/06/2018.

¹³⁴ Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/institucional/o-movimento/> Consultado em 07/09/2018.

R62: Rede Mulher empreendedora – “Nosso propósito é empoderar empreendedoras, garantindo independência financeira e de decisão sobre seus negócios e suas vidas.”¹³⁵

Ao mesmo tempo em que a individualização parece ser um empecilho à inserção da mulher no mercado de trabalho, já que o mérito tem um limite de gênero em que a mulher-empREENDEDORA precisaria *compensar* o fato de ser mulher, reconhece-se que o necessário à efetiva inserção da mulher não residiria em grupos que a capacitassem tecnicamente, mas em grupos que a *empoderassem garantindo sua independência financeira* e em grupos que *sistematizassem e difundissem* os “avanços nas políticas e nas práticas empresariais e do engajamento da comunidade empresarial” em relação à inserção da mulher. A projeção de um futuro em que as mulheres seriam empoderadas, o que significaria que seriam independentes economicamente, contrastando com uma realidade em que isso não ocorre.

A nominalização “empoderamento” [R61] deriva do verbo “empoderar” [R62] que remete a “dar poder”. Essa sintaxe projeta duas posições preenchidas por posições-sujeito distintas: uma que assume a responsabilidade pela ação e outra que recebe a ação. Assim, “empoderar” não é uma ação reflexiva, auto atribuída. A menos que a reflexividade seja marcada: “empoderar-se”. No entanto, nos dois recortes, a agência de “empoderar” é projetada como objetivo das empresas (“missão” [R61]; “propósito” [R62]).

O efeito da nominalização é de apagar a agência da ação, no entanto, essa agência é preenchida no encadeamento do enunciado: “a missão do MM360: Contribuir para o empoderamento”. A agência desse “empoderamento” da mulher é o “MM360” (Movimento Mulher 360), que coloca isso como seu objetivo (“missão”). Pelo deslizamento do “engajamento” necessário para que esse “empoderamento” se realize (“da comunidade empresarial brasileira e da sociedade em geral”) a possibilidade da reflexividade do empoderamento é completamente apagada.

Se “empoderamento”, de um lado, marca o reconhecimento de alguém destituído do poder necessário para participar das relações sociais; de outro, marca a intervenção de um outro capaz de empoderar. A determinação “econômico” diz do tipo de intervenção necessária para alçar as mulheres à condição de participar plenamente das relações sociais.

¹³⁵ Disponível em: <https://rme.net.br/> Consultado em 07/09/2018.

R63: Mulheres no comando: A presença feminina ganha força no mercado financeiro, com um número cada vez maior de mulheres em cargos que antigamente eram ocupados somente por homens.

Conselhos

Encarar os desafios do mercado financeiro requer dom, preparo, muito estudo, capacidade analítica, e, acima de tudo, fazer o que gosta. “É preciso gostar de números, de elaborar cenários e monitorar resultados, além de lidar bem com o fato de ter que trabalhar sob pressão o tempo todo”, diz Rocha [professor Ricardo Rocha, do Insper, que acumula longa experiência de atuação no mercado financeiro como profissional e acadêmico]. (Isto é dinheiro)¹³⁶

A presença da mulher-empREENDEDORA é designada como “presença feminina”. As afirmações modalizadas deonticamente (“É preciso gostar de números, de elaborar cenários e monitorar resultados, além de lidar bem com o fato de ter que trabalhar sob pressão o tempo todo”) supõe um discurso que afirmaria que a mulher, em geral, não gosta de número nem aguenta pressão. A mulher contraposta ao *marco zero* que seria o homem, evidencia que haveria trabalhos e posições “de homem”, quando, pela lógica neoliberal, os homens ocupariam estas posições por mérito e não pelo benefício de seu gênero. A presença da mulher marca essa quebra que evidencia as diferenças de gênero no mercado de trabalho. Se o *mérito* dos homens seria suas aptidões individuais, em relação à mulher, mérito precisaria sobrepor a condição do seu gênero. Os méritos que possibilitariam sobrepor o empecilho que o gênero feminino traria, projetam uma alegoria de sucesso em que mulheres fazem “trabalho de homem”, metaforizando uma sequência temporal em que as mulheres poderiam ocupar lugares onde, antes, só existiam homens.

4.3.2 Metáforas de insucesso

O processo de metaforização no DNL/gênero não projeta um futuro a partir somente de uma escalada de sucesso. O fracasso compõe o imaginário do DNL/gênero na busca de “culpados” pela condição desigual da mulher no mercado de trabalho.

R64: As mulheres executivas estão sendo contratadas para falhar?

Na quinta parte do especial “The Secret Life of C.E.O.s”, da rádio Freakonomics, especialistas investigam a teoria “glass cliff”, que propõe que as mulheres são posicionadas em altos cargos para falhar – intencionalmente ou não.

“Glass Cliff”

¹³⁶ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/mulheres-no-comando/> Consultado em 02/08/2018.

A psicóloga organizacional Michelle Ryan e seu colega Alex Haslam, da Universidade de Exeter, na Inglaterra, criaram o termo derivado de “teto de vidro”, conceito popularizado nos anos 80. “A ideia do ‘teto de vidro’ é que as mulheres não podem ir além de um certo ponto dentro da hierarquia de liderança. Elas dão de encontro com uma espécie de barreira, invisível e muito sutil, que impede sua ascensão”, explica a estudiosa. De acordo com Ryan, o “penhasco de vidro” faz referência à ideia de mulheres que estão em altos cargos, mas em “posições precárias” por estarem no comando em momentos de grandes dificuldades para as instituições. “Mulheres que estão à beira do abismo, cuja queda ou fracasso, podem ser iminentes”, diz. “A análise de Ryan sugeria que as executivas estavam sendo contratadas para falhar, intencionalmente ou não”, esclarece Dubner. (...) A disseminação do *glass cliff* entre os especialistas em psicologia social inspirou outros estudos sobre o tema. Como o das sociologistas Christy Glass e Alison Cook da Universidade Estadual de Utah, nos Estados Unidos. Com base nas transições das companhias que figuram no Fortune 500, as duas montaram um banco de dados sobre líderes homens e mulheres, durante um período de 15 anos. Em seguida, Glass e Cook analisaram o preço das ações e a saúde financeira dessas organizações. “Descobrimos que as mulheres brancas e os negros são significativamente mais propensos a serem promovidos a CEO em empresas com fraco desempenho do que os homens brancos”, conta Glass.

Teorias

As sociólogas foram além e criaram teorias para o que pode explicar tantas executivas liderando companhias fracas, muitas vezes fadadas ao fracasso. Uma das explicações foi chamada por elas de “savior effect” (em português, algo como “efeito do salvador”). “Em outras palavras, a firma testa um líder não tradicional, talvez tentando sinalizar que está indo em uma direção nova, mais ousada, para resolver a queda no desempenho. E, se isso não acontece, esses líderes tendem a ser culpados e substituídos, voltando ao normal – trazendo o líder branco, típico do sexo masculino para tirá-la da crise”, diz a pesquisadora. (...) A socióloga explica que esta é uma descoberta que corrobora com uma teoria descrita na literatura desde os anos 70, a “think manager, think male” (em português, “pense em administrador, pense em homem”). “Então, quando tudo vai bem, temos ‘think manager, think male’. Quando as coisas vão mal, temos ‘pense em crise, pense em mulher’”, diz. (organização Na Prática: “As mulheres executivas estão sendo contratadas para falhar?”)¹³⁷

O “teto de vidro” desliza para uma “espécie de barreira, invisível e muito sutil”, cuja “sutileza” se agiganta, “penhasco de vidro” culminando em um intransponível “abismo”. Metaforizando a galgada possível de sucesso da mulher em que não se teria “o céu o limite”, mas o inevitável “abismo”.

A questão da diversidade serviria para proteger o mercado financeiro, assim, quando fosse interessante inovar, mudar de direção, a mulher seria chamada. Que a mulher tenha sucesso teria mais relação com a aposta pela direção nova, mais ousada, do que pelo seu

¹³⁷ Disponível em: <https://www.napratica.org.br/freakonomics-ceo-partfour/> (19/04/2018) Consultado em 20/06/2018.

desempenho e mérito. Dessa forma, em “momentos de crise”, não se teria nada a perder e poderia se ousar contratando uma mulher, dando chance à sorte de salvar a companhia. Se desse errado, a mulher seria culpabilizada, justificando a volta ao normal, com “líderes homens e brancos”. Assim, a questão da diversidade protege o mercado financeiro e coloca as mulheres líderes como potenciais culpadas pelo insucesso em acabar com a crise. E mesmo que um homem assuma na sequência do, dito, insucesso de uma mulher e esse homem não tenha êxito, as desculpas estariam prontas.

No entanto, ao mesmo tempo em que se arma uma arapuca em que se alivia a responsabilidade de líderes homens (quem era o líder quando a empresa entrou em crise?), abriria espaço para mulheres se especializarem em “salvar” empresas, o que as tornaria indispensáveis nos quadros de liderança. De toda forma, a questão econômica e sistêmica é apagada e os atores individuais assumem as responsabilidades por questões que são muito maiores que eles.

No 5º Relatório anual *Women in the Workplace* lançado esse ano pela Lean In e McKinsey & Company, de acordo com publicação nas redes sociais do Movimento Mulher360, a respeito do “teto de vidro” diz:

R65: [imagem] “O teto de vidro **NÃO** é o **maior obstáculo** que as mulheres enfrentam no mundo corporativo. O desafio maior é o “degrau quebrado”. [texto] - Quem já ouviu falar do "teto de vidro" - a barreira invisível que impede mulheres de alcançarem posições de liderança? Na realidade, o maior obstáculo que elas enfrentam é o primeiro passo para um cargo gerencial. Para chegar à paridade de gênero, as empresas precisam consertar esse "degrau quebrado", garantindo profissionais mulheres no *pipeline*¹³⁸ para posições de média e alta gerência. (Relatório anual *Women in the Workplace*, 10/2019)¹³⁹. (grifos nossos)

O obstáculo do “teto de vidro” seria antecipado pela metáfora do “degrau quebrado”, reconhecendo a dificuldade de sequer chegar a esse “teto de vidro”, já que na entrada da mulher no mercado ela teria a desvantagem de sobrepor uma barreira inicial. Dessa forma,

¹³⁸ A tradução de pipeline remete à tubulação, canalização. No entanto, é usado principalmente como gíria do surf e corresponde a “uma zona de surf internacionalmente conhecida por suas ondas tubulares e perfeitas. Localizada no distrito havaiano de Pupukea, na ilha de Oahu, no estado do Havaí (Estados Unidos)” (Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Banzai_Pipeline Consultado 02/02/2020). É usado também com sentido econômico referindo-se à “fase pela qual uma demanda pode ou não se transformar, efetivamente, em um projeto” (em: <https://artia.com/blog/pipeline-gestao-de-projetos/> Consultado em 02/02/2020).

¹³⁹ Publicado 23/10/2019. Link para o relatório: <http://bit.ly/2P5kIj5> **Sobre o relatório** Relatório anual *Women in the Workplace* é realizado desde 2015 para ajudar as organizações a avançar no tema da diversidade no local de trabalho. Desde então, cerca de 600 corporações participaram do estudo e 250 mil pessoas foram entrevistadas sobre suas experiências nos ambientes corporativos. Todo ano, o número de empresas participantes deste estudo aumenta. (Consultado em: 02/02/2020).

mulheres saíam atrás na pretensa corrida meritocrática pelo reconhecimento por serem mulheres.

R66: Ainda é necessário avanços significativos para alcançarmos a paridade de gênero nas empresas

(...) O 5º Relatório anual *Women in the Workplace* (2019), maior estudo sobre mulheres no mundo corporativo dos EUA, realizado pela LeanIn.Org e McKinsey & Company, já está disponível para consulta. Em cinco anos de pesquisa, é possível perceber pontos positivos nos níveis mais altos, com mais mulheres ocupando cargos de liderança, mas ainda assim as organizações precisam concentrar esforços já desde a base do *pipeline*, para que progressos reais aconteçam na diversidade de gênero. Apesar de números promissores, as mulheres, em especial as negras, continuam sub-representadas em todos os níveis. Para alterar esses índices, o relatório aponta que as empresas precisam focar onde está o verdadeiro problema e não é no famoso “teto de vidro”. Na realidade, o maior obstáculo que elas enfrentam já acontece na primeira etapa do *pipeline*, com a primeira ascensão a um cargo gerencial. Consertar esse “degrau quebrado” é a chave para alcançar a paridade. (...) Ao promover a diversidade, construindo uma política de oportunidade e justiça, e concentrando sua atenção no “degrau quebrado”, as empresas podem diminuir diferenças de gênero – e seguir, finalmente, para o caminho da equidade. (Movimento Mulher360: “Ainda é necessário avanços significativos para alcançarmos a paridade de gênero nas empresas”)¹⁴⁰

Mesmo reconhecendo o limite superior que seria o “teto de vidro”, sobrepor o obstáculo inicial, marco zero da desigualdade, seria a condição necessária para a “paridade”. A sequência temporal que situa o início da desigualdade projeta a solução definitiva (“consertar esse “degrau quebrado””).

O advérbio “ainda” (“ainda é necessário avanços significativos”) é a metáfora temporal que projeta a ideia de uma mudança em curso. Tem forte relação com o advérbio “finalmente” (“e seguir, finalmente, para o caminho da equidade”) que indica um possível ponto final dessa mudança. Projetando um futuro (distante), mas que se espera viável.

Em “primeira etapa do pipeline” intervém, interdiscursivamente, uma competição de surf ¹⁴¹. Trata-se de uma competição acirrada entre os melhores, que exige coragem em assumir riscos (de vida, inclusive) e que só os mais fortes, intrépidos e melhor preparados

¹⁴⁰ Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/2019/10/paridade-de-genero-nas-empresas/> Consultado em 21/10/2019.

¹⁴¹ Competição realizada na costa norte de Oahu, uma das ilhas que compõem o arquipélago havaiano do Oceano Pacífico. É uma competição acirrada e perigosa, uma vez que a onda é considerada perfeita, mas ao mesmo tempo feroz e letal. Desde os anos 60, recebe uma das principais competições de surf mundial, o Pipeline Masters. <https://www.worldsurfleague.com/events/2019/mct/2927/billabong-pipe-masters> Consultado em 02/02/2020.

vencem. Os desafios são gigantes, e os melhores vão sendo triados bateria à bateria¹⁴². É a metáfora do instinto selvagem de sobrevivência contra a agressividade do meio natural, apagando totalmente as relações econômicas e sociais. Sendo que o mais importante, embora haja equipe de apoio, é que o sucesso depende do esforço individual.

4.3.3 À margem da margem

Se as mulheres estariam à margem, a intersecção pela raça e gênero (não no sentido binário como estamos tratando, pelo par homem/ mulher, mas referindo-se à comunidade LGBTQIA+) revelaria a margem da margem.

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgenderidades branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas. (AKOTIRENE, 2018, p. 25).

Para pensarmos essa imbricação entre raça e gênero, retomamos o recorte [R52] e [R53]:

R52: O número ínfimo se refere às mulheres negras em cargos executivos nas maiores empresas do Brasil, como ela faz como CEO da operação brasileira da Pandora, uma das maiores joalherias do mundo, há sete anos. “O luxo é loiro, magro e tem olhos azuis. Como eu vim parar aqui? Não é fácil, mas tenho uma resposta.” (...) Para ela, sua história ilustra o que ela chama de poder da escolha: “Tenho foco, fui lá e fiz”. (...) “Ajudar a construir um legado de igualdade é minha responsabilidade”, finalizou. (Organização Na Prática: “Mulher, negra e brasileira: conheça Rachel Maia, CEO da Pandora no Brasil”¹⁴³

A quebra entre o reconhecimento identitário que marginalizaria pessoas como você e o seu mérito por sobrepor questões sócio históricas se alçando a altas posições, metaforiza a passagem temporal através da ruptura e polarização (ZOPPI-FONTANA, 2017a, p. 141). O estranhamento é marcado (“o luxo é loiro, magro e tem olhos azuis. Como eu vim parar aqui?”), aquele corpo para estar ali precisa se justificar e explicar sua presença. Não é uma simples presença, marca uma disputa, pelo querer se incluir/ fazer parte; e uma exclusão, pela evidência imaginária do não pertencimento (“Como eu vim parar aqui?”). Dessa forma, a mulher negra não precisa explicar somente seu gênero, mas também sua cor, produzindo evidências em

¹⁴² Competições entre participantes do torneio para selecionar os que vão à final.

¹⁴³ Disponível em: <https://www.napratica.org.br/mulher-negra-e-brasileira-conheca-rachel-maia-ceo-da-pandora-no-brasil/> Consultado em 5/Julho/2017.

relação à generalização em se falar da mulher-empREENDEDORA. SobrepOR a condição marginal da mulher negra se dá a partir do “querer é poder”, metaforizando a ascensão ao sucesso pelo mérito próprio travestido de vontade individual.

R53: Acredito que questão da profissional transexual no mercado de trabalho tem muito o que evoluir. A mulher trans ainda é vista como um objeto. Muitos nos associam à prostituição ou pensam que conseguimos uma vaga no mercado de trabalho por algum tipo de cota. Quanto mais empresas se sensibilizarem com a causa e investirem na contratação de pessoas trans, mais teremos visibilidade e desmistificaremos as visões sociais impostas. Somos mulheres, somos pessoas, acima de tudo, temos capacidade como qualquer outra pessoa. Faltam oportunidades. (...) De modo geral, queremos ser tratadas como qualquer outra pessoa, sem distinções.

O primeiro ponto para as profissionais que desejam evoluir na carreira é delinear o que querem para as suas vidas. (...) Você pode receber muitas respostas negativas, mas não pode deixar que isso seja o suficiente para te fazer parar. Saiba que uma hora você será reconhecida(o) se persistir e saber exatamente onde quer chegar. Quando comecei minha transição, eu não fazia ideia de como iria voltar para o mercado de trabalho, visto que estava sem emprego fixo. Não sabia como seria minha vida dali para frente. Acreditei que uma hora as coisas fariam sentido e dariam certo. Era só continuar tentando. Agora eu me sinto completa como nunca me senti antes: sou uma mulher, trabalho, me sustento sozinha e sou respeitada como profissional. Um dia eu tracei isso como objetivo e hoje faz parte da minha vida. (Site Mulher 360: “*Carrefour foi o primeiro lugar a respeitar minha nova identidade de gênero*”, diz analista da empresa¹⁴⁴)

A realidade presente da mulher-trans no mercado de trabalho projeta um passado a ser superado para que o futuro seja de sucesso. A reivindicação básica em relação às pessoas trans seria de serem encaradas como qualquer outra pessoa. Marcando a maneira distinta como são enxergadas e tratadas no ambiente de trabalho: “nos associam à prostituição”; “conseguimos uma vaga no mercado de trabalho por algum tipo de cota”; “temos capacidade como qualquer outra pessoa”; “queremos ser tratadas como qualquer outra pessoa, sem distinções”.

Marcando a distinção e a possibilidade de se igualar, o pronome “qualquer” atua no entremeio do conflito entre (ser) igual e (vista como) diferente: “somos mulheres, somos pessoas, acima de tudo, temos capacidade como qualquer outra pessoa”. Isso contrasta com a realidade em que “faltam oportunidades” justamente pela maneira como se vê a pessoa trans: uma pessoa que estaria à margem da sociedade e da economia e que só seria incluída através de políticas de inclusão, que não seriam, de fato, suficientemente capacitadas para se incluírem.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://movimentomulher360.com.br/2018/05/carrefour-primeiro-lugar-respeitar-nova-identidade-de-genero/> Consultado em 25/05/2018.

Isso nos diz sobre o imaginário em relação a políticas afirmativas de inclusão e sobre o imaginário de quem estaria inserido no mercado em posições altas, estaria ali por méritos próprios e não por um sistema que historicamente exclui parte da população das oportunidades e da participação na economia.

Contrastando com o imaginário da realidade em relação às pessoas trans, essa profissional, conseguiu, por méritos próprios, através da sua persistência e por saber onde queria chegar, projetando um imaginário que para chegar lá, é preciso (e suficiente) querer. A vontade individual é a condição necessária e suficiente para que esse sujeito se inclua na lógica neoliberal de oportunidades e sucesso, transpondo, inclusive, a condição sócio histórica. Coloca-se como agente de mudança pedindo oportunidades e o reconhecimento das pessoas trans serem consideradas pessoas e profissionais como outras quaisquer, sem as distinções. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que pede igualdade, projeta que essa condição desigual poderia ser ultrapassada pela vontade e empenho próprios. Responsabilizando às pessoas trans a fazerem por merecer serem incluídas. Uma história de exceção é projetada como uma alegoria possível de sucesso, para acessá-la, basta querer.

Em relação a questões de pauta identitárias de grupos historicamente excluídos da socialização e do mercado, observamos que a escalada do sucesso precisa se constituir através de uma quebra, superação de um passado que não permitiria em si fornecer elementos que justificassem o sucesso. Dessa forma, o mérito próprio suprimiria questões sócio-históricas a partir das quais esse sujeito estaria à margem do sucesso neoliberal. “A oposição temporal metaforiza, apagando-a, a divisão social do trabalho, com suas hierarquias de poder e prestígio e suas práticas de exploração econômica” (ZOPPI-FONTANA, 2017a, p. 136).

4.3.4 Metonímias sociais

Apesar de observarmos a projeção de um futuro que quebra com um passado ultrapassado/ ultrapassável, observamos também uma projeção temporal sem “polarização nem escalaridade ascendente na representação temporal dos acontecimentos” (Ibidem p. 143)

R67: Mais poder financeiro feminino melhora as famílias

Em 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) analisou pesquisas e dados de mais de uma centena de nações em questões como acesso ao sistema financeiro (como crédito e contas bancárias) e ascensão profissional feminina no setor bancário. A conclusão foi de que mulheres mais fortes financeiramente demonstraram maior probabilidade de investir no bem-estar familiar e a tomar mais decisões financeiras mais inteligentes, que repercutem na educação e na saúde de sua família. "Isso se traduz em menos pobreza, mais crescimento econômico e

redução da desigualdade", disse à BBC News Brasil Ratna Sahay, coautora do estudo e vice-diretora do Departamento Monetário e de Mercado de Capitais do FMI.(...) (BBC: "Como a desigualdade no pagamento entre homens e mulheres prejudica a economia brasileira")¹⁴⁵

R68: Nossa equipe acredita que quando uma mulher é empoderada financeiramente, ela não muda só a realidade de sua família, mas também a da sociedade. Quando a mulher têm (sic) negócios que dão certo, elas investem em suas comunidades para que haja um contínuo desenvolvimento e tratam seus públicos de interesse como uma família estendida, pois acreditam no poder colaborativo para melhorar o mundo. (Rede Mulher Empreendedora: "sobre")¹⁴⁶

O sucesso das mulheres teria potencial benéfico às famílias. A relação opaca que a mulher tem com a família justificaria e legitimaria sua presença no ambiente de trabalho. Não seria uma escalada de sucesso individual, a mulher-empREENDEDORA beneficiaria toda a *comunidade*.

A mulher-empREENDEDORA não negligencia aquilo que é projetado como seu papel: tomar conta da sua família. E isso refletiria na maneira como tratam os negócios: "tratam seus públicos de interesse como uma família estendida", porque elas "acreditam no poder colaborativo para melhorar o mundo". As construções comparadas: os clientes como uma família estendida; o mercado metaforizado como uma família mostram que o diferencial que as mulheres trariam às organizações diz respeito ao papel social projetado às mulheres: cuidar de suas famílias.

Falar que as mulheres "tratam seus públicos de interesse como uma família estendida", porque elas "acreditam no poder colaborativo para melhorar o mundo" é falar de uma discursividade fortemente ligada à caridade, cuja afiliação mais forte é religiosa. A mulher seria apresentada como alguém que serve aos outros e não teria uma existência independente, mas sempre pensando no interesse da comunidade em que ela vive. Trata-se de uma superposição do trabalho ao mercado de trabalho e o trabalho filantrópico. A filantropia recobre a memória da mulher burguesa que não trabalha fora de casa, mas fazia trabalhos filantrópicos para o bem da sociedade, projetando a posição-sujeito dessa mulher burguesa a partir de uma divisão de classe social que exclui as mulheres trabalhadoras das classes sociais mais baixas que não tem a opção de trabalhar filantropicamente, uma vez que a sobrevivência é uma necessidade básica e não garantida a elas.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46655125> (06/01/2019) Consultado em: 05/03/2019.

¹⁴⁶ Disponível em: <https://rme.net.br/rede-mulher-empREENDEDORA/> Consultado em 07/09/2019.

R69: Carreira e maternidade: a valorização necessária das profissionais - mães

Após o período de licença-maternidade, a mulher terá que conciliar a atenção ao bebê com a rotina de trabalho. A retomada da carreira profissional não é um momento fácil, por isso ela precisa se tornar mais organizada e prática diante as atividades do dia a dia. Se isso antes era um limitador à ascensão profissional, atualmente a maternidade pode ser uma vantagem competitiva para a profissional e para a empresa, pois com a chegada dos filhos, novas competências são agregadas, inclusive as corporativas. (...) A maternidade, de fato, traz muitos aprendizados e também provoca o autoconhecimento – fundamental para o progresso na carreira. Todas essas habilidades, com a chegada de um filho, promovem o amadurecimento quase que instantâneo, além da realização de várias tarefas e funções ao mesmo tempo. O tempo passa a ser precioso e manter o foco é fundamental. E quem não quer contar com um membro na equipe mais engajado, ágil, disciplinado, generoso, cuidadoso e disposto a trabalhar em conjunto? Essas são apenas algumas das competências frequentemente a floradas após o nascimento de um filho. (...) Desta forma, as mulheres conseguem somar as suas habilidades, empregando sua experiência as atividades puramente profissionais, o que potencializa a sua carreira e, sobretudo, sua felicidade e bem-estar. Cabe às organizações e aos líderes o compromisso de deixar de lado pré-julgamentos e, ao invés disso, acreditar e apostar no capital humano – independentemente de gêneros, anseios e contextos pessoais. Ser mãe e ser profissional pode, sim, ser uma união de sucesso. (Linkedin: “Carreira e maternidade: a valorização necessária das profissionais - mães”)¹⁴⁷

A mulher-empREENDEDORA designada como mãe, concilia funções tornando-a uma funcionária mais apta e capaz. A mudança da visão em relação à maternidade permite que hoje, a mulher-empREENDEDORA mãe seja reconhecida pelas capacidades agregadas em virtude da maternidade. Contrapondo a uma visão antiga e, que se espera ultrapassável pode-se reconhecer “novas competências são agregadas, inclusive as corporativas” com a maternidade.

Essa construção que designa a mulher-empREENDEDORA como mãe se dá na linha tênue do que seria uma suposta contradição, tendo em vista um imaginário que naturaliza o homem enquanto empREENDEDOR. Esta suposição de base põe a necessidade de argumentar (com atributos ditos masculinos e/ou femininos), mas ao buscar construir a imagem de mulher empREENDEDORA reifica a mulher-mãe.

É do funcionamento do capitalismo se apropriar de tudo, capitalizando, inclusive, o humano (“capital humano”) para torná-lo (mais) rentável, “o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326). Nesse sentido, a vida profissional e a vida pessoal se confundem.

O que justificaria o reconhecimento seriam os potenciais benefícios que as “novas

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/carreira-e-maternidade-valoriza%C3%A7%C3%A3o-necess%C3%A1ria-das-m%C3%A3es-esteves> Consultado em 01/07/2019.

competências” que “são agregadas” poderiam trazer às organizações. A projeção do sucesso dessa mulher e do retorno financeiro é colocada em um contínuo em relação à projeção de uma imagem de mãe:

R70: após a maternidade, a especialista se desenvolve, reinventa e traz outros conhecimentos para o seu dia a dia de trabalho, como:

- Aumenta a paciência e tolerância,
 - Melhora a gestão e organização do tempo,
 - Adquire maior capacidade de delegar,
 - Desenvolve maior amabilidade e empatia com os colegas de equipe.
 - Conquista um aumento na capacidade sensorial e a tolerância ao estresse.
- (Linkedin: “Carreira e maternidade: a valorização necessária das profissionais - mães”)¹⁴⁸.

A mulher-mãe seria paciente, tolerante, organizada, sabe mandar, é amável e empática e tolera o estresse. Projeta-se, assim, a imagem de uma mãe ideal que daria conta com primor de seus filhos. A relação entre mães e filhos é estabilizada (impossível não ser mãe). É projetado como impossível não ser uma mãe bem-sucedida, ou seja, em harmonia colaborativa e responsável com seu filho: uma mãe que não desenvolva nenhuma dessas habilidades, seria da ordem do impensável.

Essas capacidades “frequentemente afloradas após o nascimento de um filho” [R69] justificariam o possível sucesso, do qual não se teria como escapar, dessa mulher no trabalho. Porque ela traria para o trabalho as aptidões adquiridas com a maternidade. Dessa forma, a projeção do futuro da mulher-empREENDEDORA é colocada em um contínuo com a projeção imaginária da maternidade, há um “laço metonímico” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 141) que justifica e legitima a capacidade da profissional. Marcar a presença da mulher é em si marcar um estranhamento. O “indivíduo universal” do neoliberalismo teria, então, forma específica e aquilo que diferiria seria digno de nota.

R71: Consultoria afirma que filhos são um programa intensivo de desenvolvimento de soft skills

Conciliar a carreira e a criação dos filhos ainda é um grande desafio para os profissionais, principalmente para as mulheres. Isso porque o mercado de trabalho ainda vê a questão com preconceito e, muitas vezes, considera que após o nascimento dos filhos o colaborador não terá o mesmo comprometimento. Esse cenário é comprovado por meio da pesquisa feita pela MindMiners em 2017, em que 47% das entrevistadas se sentiram rejeitadas em um processo seletivo por serem

148 Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/carreira-e-maternidade-valoriza%C3%A7%C3%A3o-necess%C3%A1ria-das-m%C3%A3es-esteves> Consultado em 1/Julho/2019.

mães ou desejarem ser. Outras 46% foram vistas com maus olhos no trabalho quando precisaram cuidar de alguma situação ligada ao filho. O retorno da licença-maternidade também é um momento crítico. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas aponta que 48% das mães não retornam ao trabalho em até dois anos após o nascimento das crianças.

Com o objetivo de transformar essa realidade e demonstrar às empresas os benefícios da valorização por profissionais que são mães ou pais, a consultoria Filhos no Currículo desenvolve programas corporativos para criar um ambiente acolhedor e que promova a cultura da diversidade. “Defendemos a humanização do mercado de trabalho, incentivando que as pessoas não tenham receio de contar quem são e colocar o filho no currículo como um valor. Acreditamos que o exercício da parentalidade desenvolve diversas novas habilidades desses profissionais como empatia, criatividade, resiliência e liderança – competências exigidas pelo mercado, mas nem sempre reconhecidas nos profissionais com filhos”, afirmam Camila Antunes e Michelle Levy Terni. (...) “lançamos junto com a aceleradora B2mamy o pontapé inicial do movimento #meufilhonocurriculo pela valorização de profissionais com filhos no mercado de trabalho. Esta não é uma iniciativa de um dono. Ela é de todo pai e de toda mãe que deseja carregar seu filho no peito com orgulho, sem a necessidade de ocultar esta informação do mercado de trabalho”. (...) (Mulher360: “Consultoria afirma que filhos são um programa intensivo de desenvolvimento de soft skills”)¹⁴⁹.

A construção de uma pretensa equivalência entre as responsabilidades com os filhos não apaga a sua distribuição desigual. Dessa forma, a partir do genérico “colaborador” flexionado no masculino projetando uma neutralidade em que poderia dizer a respeito tanto da mulher-empREENDEDORA quanto do homem-empREENDEDOR, escapa, na flexão no feminino ao falar da rejeição no “processo seletivo por serem mães ou desejarem ser”. Assim como é marcada ao focar o retorno da licença maternidade como um período “crítico”. A equivalência das responsabilidades parentais aparece como um ideal que possibilitaria a equivalência de tratamento da mulher-empREENDEDORA e do homem-empREENDEDOR. Esse ideal é contraposto à realidade projetando um futuro de equivalências em relação aos filhos e ao trabalho. A condição para que esse futuro ideal aconteça residiria no reconhecimento das capacidades desenvolvidas com a chegada dos filhos. E sendo os filhos definidos como “um programa intensivo de desenvolvimento de soft skills”, cabe questionar o porquê não se espera que os homens desenvolvam essas mesmas habilidades ao terem filhos.

O filho tratado como um “valor agregado” torna visível o trabalho reprodutivo, não no sentido que propõem as feministas, mas capitalizando o papel de cuidado enquanto um “programa intensivo de desenvolvimento de soft skills”, capaz de tornar a trabalhadora e o

149 Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/2019/10/filhos-sao-um-laboratorio-de-inovacao-e-um-programa-intensivo-de-desenvolvimento-de-soft-skills-afirmam-criadoras-da-campanha-meufilhonocurriculo/> (11/10/2019). Consultado em 14/10/2019.

trabalhador mais aptos a ocuparem o mercado de trabalho. Dessa forma, não se enxerga o trabalho reprodutivo como reposição da força de trabalho, mas como um treinamento e capacitação que especializaria a trabalhadora e o trabalhador. É nesse sentido que é possível defender “a humanização do mercado de trabalho” e incentivar as trabalhadoras e os trabalhadores a não terem “receio de contar quem são e colocar o filho no currículo”, afinal, os filhos representam uma possibilidade de aumentar as aptidões necessárias para melhor se inserir no mercado de trabalho. A “humanização do mercado de trabalho” advém da desumanização da relação de parentalidade e da invisibilização do trabalho reprodutivo enquanto um trabalho que repõe a força produtiva.

R72: MM360 – De que maneira os filhos impulsionam o desenvolvimento profissional de seus pais/ responsáveis?

Os filhos são um laboratório de inovação e um programa intensivo de desenvolvimento de *soft skills* para seus pais e responsáveis que acontece na relação pai e filho. Acreditamos que pais e mães presentes e participativos na vida dos filhos são profissionais que desenvolvem novas habilidades socioemocionais e que conseguem transpor para suas carreiras novas formas de encarar problemas complexos, de exercerem uma liderança mais empática e de serem mais criativos. Segundo relatório do Fórum Econômico Mundial, “pensamento crítico”, “criatividade” e “inteligência emocional” são algumas das competências que todo profissional vai precisar ter até 2020 e transbordam em profissionais com filhos. (...)

MM360 – Qual a importância de termos um ambiente de trabalho mais acolhedor aos profissionais que têm filhos?

Criar um ambiente de acolhimento é fator decisivo para permitir que mulheres alcancem posições de liderança nas organizações já que a maternidade é, sem dúvida, um teto de vidro no desenvolvimento da carreira de muitas profissionais no Brasil e no mundo. (...)

Além disso, quando o assunto é FILHOS & CARREIRA, é preciso mudar o *mindset* de que esta é uma pauta exclusivamente da mulher e atrair toda a comunidade necessária para a criação de um filho para dialogar e ser ouvida. (Mulher360: “Consultoria afirma que filhos são um programa intensivo de desenvolvimento de *soft skills*”)¹⁵⁰

O trabalho reprodutivo é apropriado e revertido em benefício do mercado de trabalho. Projetando uma relação opaca e intransponível de maternidade: que as mulheres cuidem de seus filhos é sabido e estabilizado, que abririam mão da carreira por eles, também. A novidade seria o que a condição de “mães” poderia reverter de benefício ao mercado de

¹⁵⁰ Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/2019/10/filhos-sao-um-laboratorio-de-inovacao-e-um-programa-intensivo-de-desenvolvimento-de-soft-skills-afirmam-criadoras-da-campanha-meufilhonocurriculo/> (11/10/2019). Consultado em 14/10/2019.

trabalho: os filhos seriam “um laboratório de inovação e um programa intensivo de desenvolvimento de soft skills para seus pais e responsáveis”.

Temos aqui duas temporalidades projetadas: uma em relação à projeção da equivalência de responsabilidades e oportunidades entre mulheres e homens; e outra que estabelece um contínuo entre um ideal de maternidade e uma trabalhadora idealizada que traria as competências inerentes à maternidade. Essas temporalidades se constituem no efeito do discurso do empreendedorismo.

4.4 Questão de Estado

No capítulo anterior, vimos que o ideal ao capitalismo neoliberal seria livrar o mercado das amarras do Estado: “defender o livre empreendimento e o livre mercado contra o intervencionismo do Estado que seria um freio ao mercado privado, o único verdadeiro produtor de riquezas, de bem-estar, de democracia de fato”¹⁵¹ (GUILBERT, 2011, p. 15). Interessa-nos observar se esse discurso sofre novas inflexões quando tensionado pela divisão sexual do trabalho e pela diversidade de gênero. Produzindo efeitos na relação mercado e Estado em que a ideologia neoliberal contemporânea seria, “essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia” (BOITO, 1999, p. 23).

R73: Os defensores da diversidade tentam há duas décadas convencer o mundo corporativo em relação ao equilíbrio entre gêneros nos conselhos. Em vez disso, talvez eles deveriam tentar pressionar parlamentares. Um novo estudo da Egon Zehnder mostra que, entre os países com média de três ou mais mulheres nos conselhos das grandes empresas – considerado o limite para que a diversidade comece a gerar retornos maiores – todos, exceto um, têm sistemas de cotas exigidas pelo governo. (UOL Universa: “Mulheres conquistam mais cargos na diretoria quando lei exige”)¹⁵².

A designação (“os defensores”) indetermina quem tentaria (sem sucesso) convencer o “mundo corporativo” em relação (ao benefício?) do “equilíbrio de gêneros nos conselhos”.

¹⁵¹ No original:“(…) défend्रे la libre entreprise et le marché contre l'interventionnisme de l'État qui serait un frein au marché privé, seul vrai producteur de richesses, de bien-être, voire de démocratie”. (tradução nossa).

¹⁵² Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/bloomberg/2018/12/12/mulheres-conquistam-mais-cargos-na-diretoria-quando-lei-exige.htm> (12/12/2018) Consultado em 20/12/2018.

Mesmo com o argumento econômico (possibilidade de “gerar retornos maiores”) defender o “equilíbrio entre gêneros” não passa de sucessivas tentativas. Nesse sentido, o Estado é apresentado como a possibilidade de efetivar o “equilíbrio entre gêneros”. Assim, ao invés de “tentar convencer o mundo corporativo”, os “defensores da diversidade” deveriam “tentar pressionar parlamentares”. Os verbos (“convencer” e “pressionar”) apontam os diferentes modos de tratamentos em relação ao “mundo corporativo” e ao governo. O “mundo corporativo” precisa ser convencido e não pressionado: é necessário provar-lhes o benefício daquilo que está sendo pedido, e nem isso garantiria ser atendido, uma vez que, mesmo se falando da possibilidade da diversidade gerar “retornos”, o “equilíbrio de gênero” não passa de tentativas (fracassadas) de convencimento. Já o governo pode ser “pressionado”, forçado a promover mudanças. O que o “equilíbrio de gêneros nos conselhos” traria para os negócios é elipsado ao se falar do mundo corporativo e evidenciado (retorno maiores) ao trazer a pressão em relação aos governos.

R74: Que medidas podem ser tomadas para aumentar as oportunidades econômicas das mulheres? Como os governos podem melhorar a participação de suas cidadãs no mercado de trabalho? Dados concretos podem ajudar a responder essas questões. Ao informar os políticos sobre os obstáculos jurídicos que limitam as oportunidades econômicas das mulheres, o estudo Mulheres, Empresas e o Direito contribui para a promoção da igualdade de gênero. O estudo celebra o progresso já alcançado e, ao mesmo tempo, enfatiza o que ainda resta por fazer para garantir a igualdade de oportunidades. (Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”)¹⁵³.

A voz passiva indetermina, por efeito de sentido, a agência em “aumentar as oportunidades econômicas das mulheres” que, logo em seguida, é preenchida pelos “governos”. Para colocar o governo na posição de agente responsável pela mudança, passa as mulheres à categoria de cidadãs que deteriam direitos a participar do mercado de trabalho. Assim, a responsabilidade por garantir “oportunidades econômicas das mulheres” seria do governo, uma vez que é dele a responsabilidade em zelar por seus cidadãos.

O que permitiria “os governos” melhorarem a “participação de suas cidadãs no mercado de trabalho” residiria na opacidade de “dados concretos” que ofereceriam incontestáveis argumentos para os governos promoverem as mudanças necessárias em prol da participação das mulheres na economia. Dessa forma, o relatório do Banco Mundial se coloca no papel de “informar os políticos sobre os obstáculos jurídicos que limitam as oportunidades

¹⁵³ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf> Consultado em 15/07/2019.

econômicas das mulheres”. Seria dessa maneira que esse relatório e seu signatário (Banco Mundial) contribuiriam “para a promoção da igualdade de gênero”. A responsabilidade de garantir a igualdade seria, no entanto, dos governos em relação a um compromisso para com suas cidadãs.

A responsabilidade pela igualdade esbarra em uma questão cara ao discurso neoliberal: não seria o mercado autogerido? E, ainda, não seria necessário, tal como retomamos do capítulo 2, “defender o livre empreendimento e o livre mercado contra o intervencionismo do Estado que seria um freio ao mercado privado, o único verdadeiro produtor de riquezas, de bem-estar, de democracia de fato” (GUILBERT, 2011, p. 15). Como, então, demandar intervenção do Estado a respeito da promoção e viabilização da “igualdade de gênero”?

R75: Mais pesquisas e dados são necessários para compreender os efeitos das leis e regulamentos no empreendedorismo e emprego das mulheres. Isso, por sua vez, ofereceria aos formuladores de políticas públicas uma melhor compreensão de quais políticas promover. O estudo Mulheres, Empresas e o Direito é baseado em uma gama crescente de pesquisas que enfatizam a importância das leis para a criação de oportunidades econômicas para as mulheres e para a melhoria da igualdade de gênero. Tais pesquisas também questionam a noção de que o crescimento econômico, por si só, aumente a igualdade de gênero. Em vez disso, são necessários compromissos contínuos de políticas públicas com a igualdade de gênero para atingir os resultados desejados. (Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”)¹⁵⁴

O ideal de mercado autogerido seria uma “noção” questionável. Com base em estudos que justificariam a participação plena da mulher no mercado de trabalho, seria possível recusar a autogestão do mercado e responsabilizar o Estado pela “igualdade de gênero”. A presença das mulheres no mercado recai em que os governos poderiam fazer por elas.

R76: Benefícios de licença: O ambiente regulatório também desempenha um papel significativo na capacidade das mulheres de obter empregos e permanecer na força de trabalho após constituírem família. Programas de licença-maternidade, licença-paternidade e licença parental podem ajudar a reconhecer e redistribuir atividades não remuneradas de cuidados com a família. (Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”)¹⁵⁵.

O “ambiente regulatório” implicaria participação das mulheres no mercado de

¹⁵⁴ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf> Consultado em 15/07/2019.

¹⁵⁵ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf> Consultado em 15/07/2019.

trabalho mesmo após ter filhos. Sem um “ambiente regulatório” adequado, as mulheres não teriam a possibilidade de desenvolver suas capacidades laborais. Para compreendermos melhor os efeitos em se falar em “capacidade” (“capacidade das mulheres de obter empregos e permanecer na força de trabalho após constituírem família”) vamos trazer a definição de “capacidade” do dicionário Aurélio séc. XXI:

Capacidade – S.f. 3. qualidade que uma pessoa ou coisa tem de possuir para um determinado fim; habilidade, aptidão (FERREIRA, 1999).

Ao falar em “capacidade das mulheres”, observa-se a relação do “ambiente regulatório” em relação à habilidade/ aptidão da mulher em desempenhar as atividades de trabalho. As capacidades seriam “de obter empregos e permanecer na força de trabalho” após um marco temporal que seria o nascimento dos filhos e, conseqüentemente, da constituição da família por parte dessa mulher. Se na sua inserção no mercado de trabalho a mulher não ocupa a agência da ação, na formação da família ela se encontra em posição central.

A constituição da família projeta um futuro incerto em relação ao trabalho da mulher. O que possibilitaria a projeção de futuro no trabalho da mulher após constituir família seria a garantia de que os cuidados da família não seriam negligenciados. Assim, responsabiliza-se a mulher pelo cuidado da família, essa entidade opaca que se forma com o nascimento do filho; e reconhece o trabalho doméstico e reprodutivo como atividade (não remunerada). Dessa forma, o trabalho da mulher após o marco temporal da família, é condicionado à capacidade de conciliar suas atividades não remuneradas ao trabalho (atividade remunerada). Essa conciliação que tornaria a mulher apta a permanecer no mercado de trabalho após o marco temporal da família.

Ao colocar o Estado na condição central de intermediar a presença e permanência da mulher no mercado de trabalho (mesmo após ter filhos), evidencia-se uma falha na pretensa infalibilidade da autogestão do mercado: a inclusão das mulheres não aconteceria naturalmente a partir dos méritos individuais de cada mulher. O gênero parece se sobrepor às brechas no, pretensamente, homogêneo discurso neoliberal.

No recente relatório da organização Oxfam International¹⁵⁶ liberado no Fórum Econômico Mundial de Davos em janeiro de 2020, diz que:

A desigualdade econômica está fora de controle. Em 2019, os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. Os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África. Esses extremos de riqueza coexistem com uma enorme pobreza. Novas estimativas do Banco Mundial revelam que quase metade da população no mundo sobrevive com menos de US\$ 5,50 por dia e que a taxa de redução da pobreza caiu pela metade desde 2013. Esse grande fosso baseia-se em um sistema falho e sexista. Esse modelo econômico falido permitiu que poucas pessoas acumulassem grande riqueza e poder, em parte explorando o trabalho de mulheres e meninas e violando seus direitos sistematicamente. No topo da pirâmide da economia global, uma pequena elite é inimaginavelmente rica. Sua riqueza cresce exponencialmente ao longo do tempo, sem muito esforço e independentemente de qualquer agregação de valor à sociedade. Enquanto isso, **na base da pirâmide econômica, mulheres e meninas, principalmente as que vivem em situação de pobreza e pertencem a grupos marginalizados, dedicam gratuitamente 12,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado e outras incontáveis horas recebendo uma baixíssima remuneração por essa atividade. Seu trabalho é essencial para nossas comunidades. Ele sustenta famílias prósperas e uma força de trabalho saudável e produtiva. A Oxfam calculou que esse trabalho agrega pelo menos US\$ 10,8 trilhões à economia.** Mas essa cifra, ainda que enorme, é subestimada, e o número efetivo tende a ser ainda maior. No entanto, a maioria desses benefícios financeiros reverte para os mais ricos, que em grande parte são homens. Esse sistema injusto explora e marginaliza as mulheres e meninas mais afetadas pela pobreza, ao mesmo tempo em que aumenta a riqueza e o poder de uma elite rica. (Relatório Oxfam, “Tempo de cuidar – o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”)¹⁵⁷. (grifo nosso)

O relatório expõe o que as feministas denunciam há tempos, que é a divisão sexual do trabalho e a invisibilização do trabalho doméstico e reprodutivo. 15/07/2019. como Silvia Federici (2019) propuseram a remuneração do trabalho doméstico deixando claro que “quando lutamos por um salário, não lutamos para entrar na lógica das relações capitalistas, porque nós nunca estivemos fora dela” (Ibidem, p. 47). Mesmo sem citar as feministas que lutam e demandam por salários para o trabalho doméstico e “de cuidados”, o relatório mostra que “esse trabalho agrega pelo menos US\$ 10,8 trilhões à economia”. Falar em *agregar* torna o trabalho doméstico e reprodutivo como visíveis sem, no entanto, o devido reconhecimento desse

¹⁵⁶ Confederação internacional de 19 organizações não-governamentais. <https://www.oxfam.org/en>. Consultado em 15/07/2019.

¹⁵⁷ Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/01/200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo-1.pdf (19/01/2020). Consultado em 24/01/2020.

trabalho.

No nosso *corpus* vimos que a referência da *conciliação* entre trabalho produtivo e maternidade toma o trabalho reprodutivo como um não-trabalho, como afeto, cuidado, algo que seria de responsabilidade das mulheres. Cabendo a indagação à mulher trabalhadora: “se você está aqui trabalhando, quem está cuidando dos seus filhos?”. O mesmo não seria passível de ser pensado em relação ao homem trabalhador, de quem não se espera senão que desempenhe seu trabalho bem, sem demandá-lo *conciliar* o trabalho doméstico ou sem reivindicar que assuma sua parte no trabalho reprodutivo. A quem não se espera que *compense* com habilidades técnicas extras o seu gênero, afinal, constitui-se como *marco zero*. É a mulher que é a alteridade pura sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1970). É ela quem precisa conciliar todos os projetados como *seus* trabalhos *se* quiser desempenhar *também* o trabalho produtivo. É ela quem precisa compensar seu gênero para se inserir e se manter no mercado, justificando continuamente não estar se eximindo daquilo que é posto como sua obrigação que é o trabalho doméstico e reprodutivo.

A falta de direitos das mulheres parece ser proporcional ao acúmulo de suas obrigações. De acordo com o documento da IV Conferência Mundial sobre a Mulher¹⁵⁸ da ONU, de 1995, que trouxemos no capítulo 3, só então!, é reconhecido que “os direitos da mulher são direitos humanos”. Podemos, então, dizer que a luta por igualdade de gênero, longe de radicalismos e de ser uma luta atual, é uma luta antiga, necessária e que já foi contida demais. O que resulta na exclusão das mulheres das benesses do capitalismo mas onera-as de *fazer o mundo girar* sem o devido reconhecimento.

Nesse trabalho, procuramos observar o entrecruzamento do discurso neoliberal com identificações de gênero, é porque o trabalhador potencial se identifica e/ou é identificado como mulher que sofre todas as limitações e opressões do mercado que descrevemos. Nosso intuito foi analisar que, apesar de previsto que a desinência no masculino poderia ser usada de maneira genérica, a flexão no feminino “cria” uma questão em relação ao generalismo e à universalidade em relação à desinência no masculino. A flexão no feminino evidencia para onde a deriva do sentido pretensamente estabilizado pela generalidade/ neutralidade da desinência masculina vai. Nesse sentido, mostramos como o DNL produz representações do lugar da mulher no mercado de trabalho, através da naturalização de imagens (mãe-trabalhadora; CEO não masculinizada). Essas imagens estão firmemente ancoradas no interdiscurso por meio dos efeitos de pré-construído e de sustentação, que trazem para o DNL elementos de saber do

¹⁵⁸ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf (09/1995) Consultado em 06/04/2015.

discurso machista e de uma formação ideológica patriarcal.

Para elaborarmos nossas análises, tomamos o discurso empresarial, lugar em que se espera que o econômico regule as relações e os sentidos, para observarmos o discurso neoliberal entrecruzado por identificações de gênero com o intuito de analisar um espaço que se pretende autorregulável como o mercado, mas que, como vimos, não funciona igualmente para todos os indivíduos. Apesar do imaginário projetado, alguns indivíduos, mesmo cumprindo todos os requisitos necessários, não conseguem se alçar, ou não o fazem com tanta facilidade, a posições de poder. Observamos que esses *indivíduos* não fazem parte da dita maioria, que longe de constituir uma maioria numérica representa aqueles que detém poder, a saber, homens brancos, ou seja, tem um recorte definido de gênero, raça e classe. Dessa forma, quem não se identifica com esse padrão esbarra na falibilidade da lógica neoliberal da meritocracia. É nesse sentido que dizemos que essa lógica não passa de uma projeção imaginária que estabelece pretensamente uma neutralidade em que os melhores se sobressairiam. Isso nos coloca como questão, pelo menos duas coisas, se as mulheres seriam menos capacitadas, e que se seria suficiente que se capacitassem. A resposta a essas questões é um sonoro não. Trouxemos aqui recortes que mostram [R46; R48] que, mesmo sendo mais capacitadas, as mulheres são menos promovidas e ganham menos, o que reforça o recorte de gênero como determinante colocando à mulher, para além das suas capacidades técnicas, a condição de *compensar* seu gênero.

Para fazermos nossas análises em relação ao entrecruzamento do discurso neoliberal e as questões de gênero, propusemos analisar o discurso neoliberal, que chamamos de DNL, e discurso neoliberal atravessado por identificações de gênero, o qual chamamos de DNL/gênero.

Na descrição que fizemos do DNL, falamos sobre a *modernização* do trabalho que incorpora o trabalho intermitente à lei trabalhista permitindo a precarização do trabalho, o que geraria lucro apenas para os grandes empresários, uma vez que a trabalhadora e o trabalhador não enriquecem. Retomando a epígrafe do capítulo 2:

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela. (MARX, 2013 [1867], p. 251).

O resultado dessa pretensa liberdade de escolha é a completa disponibilidade que Ricardo ANTUNES (2020) chama de *escravidão digital*. Com a uberização e o trabalho

intermitente vende-se a ideia de que o trabalhador *controlaria* seu horário de trabalho, que seria flexível e que essa flexibilidade favoreceria a trabalhadora e o trabalhador. No entanto, apesar de pretensamente focar no sujeito trabalhador, na sua vontade é a *demand*a por seu serviço que determinaria a possibilidade daquele empreendimento possibilitar à trabalhadora e ao trabalhador ter o seu sustento. A incerteza produz, como efeito, a necessidade de estar o mais disponível o possível. Essas trabalhadoras e trabalhadores seriam consideradas/os empreendedores, “uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*” (ANTUNES, 2020, p. 36), que procuram “ocultar seu assalariamento, por meio do mito do trabalho autônomo” (loc. cit) e assim não se identificam com a classe operária, o que enfraquece suas demandas por direitos, favorecendo os grandes empresários.

Para falarmos do DNL, trouxemos a definição proposta por Thierry Guilbert (2011)

Os termos discurso neoliberal (doravante DNL) e discurso econômico serão, aqui, considerados como intercambiáveis, eles significam um conjunto de enunciados mais ou menos coerentes tendo em comum promover uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas. De fato, esse discurso incentiva a tornar produtivo, no sentido econômico, aquilo que não o pode ser: a escola e a universidade, o hospital e a justiça. Suas palavras-chave são “eficácia econômica”, “rentabilidade financeira”, “retorno sobre investimento”. Os teóricos do neoliberalismo dizem defender o livre empreendimento e o livre mercado contra o intervencionismo do Estado que seria um freio ao mercado privado, o único verdadeiro produtor de riquezas, de bem-estar, de democracia de fato”. (tradução nossa). (GUILBERT, 2011, p. 15)¹⁵⁹.

Essa definição nos parece importante na medida que a flexão de gênero morfológico presente nas formas nominais que designam nas formulações as imagens produzidas pelo DNL para o agente econômico das atividades no mercado de trabalho desestabiliza os principais alicerces que sustentam a definição do DNL, como, por exemplo, a sua relação com o Estado. Se no DNL o Estado “seria um freio ao mercado privado, o único verdadeiro produtor de riquezas, de bem-estar, de democracia de fato”, no DNL/gênero o Estado é demandado a intervir para garantir que a igualdade de gênero possa se realizar, como vimos no documento

¹⁵⁹ No original: “Les termes discours néolibéral (dorénavant DNL) et discours économique seront considérés ici comme interchangeables, ils signifient un ensemble d'énoncés plus ou moins cohérents ayant en commun de promouvoir une vision entrepreneuriale et purement économique de la vie et de toutes les activités humaines. Ce discours exhorte, en effet, à rendre productif, au sens économique, ce qui ne peut l'être : l'École et l'Université, l'Hôpital et la Justice. Ses maîtres mots sont “efficacité économique”, “rentabilité financière”, “retour sur investissement”. Les théoriciens du néolibéralisme disent défendre la libre entreprise et le marché contre l'interventionnisme de l'État qui serait un frein au marché privé, seul vrai producteur de richesses, de bien-être, voire de démocratie”.

do Banco Mundial, “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”¹⁶⁰. Ao colocar o Estado na condição central de intermediar a presença e permanência da mulher no mercado de trabalho, evidencia-se uma *falha* na pretensa *infallibilidade* da *autogestão* do mercado: a inclusão das mulheres não aconteceria naturalmente a partir dos méritos individuais de cada mulher. O gênero, dessa forma, parece se sobrepôr às brechas no, pretensamente, homogêneo discurso neoliberal, evidenciando seu funcionamento contraditório.

A mulher-empREENDEDORA, no discurso neoliberal, é constituída em relação ao homem como *alteridade pura* (BEAUVOIR, 1970). E sua inscrição no discurso neoliberal não se dá senão a partir do acúmulo de responsabilidades: o trabalho produtivo com os já projetados como de sua responsabilidade, trabalhos reprodutivo e doméstico. Enquanto o DNL projeta uma posição sujeito universalizante, que, potencialmente, comportaria todos e qualquer um, no DNL/gênero, esse agente econômico é determinado. Por um lado, universaliza a mulher (todas/qualquer uma poderiam empreender), por outro determina a posição-sujeito ideal desse discurso através do recorte de gênero.

Para pensarmos essa contraposição entre as responsabilidades da mulher trabalhadora e do homem trabalhador trazemos o seguinte recorte:

R77: Segundo estudo, filhos de mães que trabalham fora são mais felizes

Pesquisa feita em conjunto com universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido analisou 100 mil homens e mulheres para chegar a conclusão que ajuda a tirar o peso da culpa dos ombros das mães

(...) “Ainda existe a crença de que há prejuízo para os filhos quando suas mães trabalham fora. Por isso, descobrir que o emprego da mãe não afeta a felicidade das crianças na vida adulta é muito importante”, diz a professora de Administração de Empresas Kathleen McGinn, de Harvard. “Quando as mulheres escolhem trabalhar, elas o fazem por uma questão financeira e pessoal. E assim deve ser: devem fazer essa escolha com base em saber se querem ou precisam trabalhar, não com base em saber se estão prejudicando seus filhos - porque não estão”.

A influência sobre a carreira é sentida apenas pelas filhas adultas - e não filhos - de mães que possuem um emprego. A explicação da professora é que os homens tendem a ser empregados normalmente e, conforme mostram outras pesquisas, suas ocupações e ganhos têm mais a ver com o emprego de seus pais. Isso não quer dizer que os meninos não sejam influenciados de outra forma: aqueles que são criados por mães que trabalham fora tendem a gastar um extra de 50 minutos por semana cuidando de membros da família. (Revista Crescer, “Segundo estudo, filhos de mães que trabalham fora são mais felizes”)¹⁶¹.

¹⁶⁰ Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/108531534917976386/text/125804-PORTUGUESE-PUBLIC-PUB-WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.txt> (Mulheres, Empresas e o Direito 2018). Consultado em 15/07/2019.

¹⁶¹ Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2018/08/segundo-estudo-filhos->

No capítulo anterior trouxemos um recorte da reportagem acima para analisarmos os efeitos do interdiscurso, trazemos, aqui, um outro recorte do mesmo texto para mostrar os efeitos projetados no trabalho produtivo da mãe em seus filhos. A primeira questão é de se pensar na possibilidade de a mãe trabalhar fora de casa ou não impactar positiva ou negativamente seus filhos. Não se espera que o homem-trabalhador pondere os benefícios ou malefícios de seu trabalho em relação a seus filhos, ou sua felicidade. O fato de se perguntar isso em relação às mulheres-trabalhadoras evidencia uma relação que responsabiliza a mulher pela felicidade de seus filhos ao mesmo tempo que isenta o homem. A segunda questão é que o impacto positivo seria sentido só pela “filhas”, já que “os homens tendem a ser empregados normalmente”. A alternância entre se falar em “homens” e “meninos” estende a responsabilização pelo funcionamento do mercado à mulher, mesmo que os “homens” não sejam impactados pelo fato de suas mães terem trabalhado fora de casa ou não, a pergunta cabe. E a mulher seria passível de ser responsabilizada pela felicidade e sucesso no trabalho de todas e todos, afinal todo mundo tem mãe. Além disso, o fato das mulheres-trabalhadoras trabalharem fora de casa impacta na participação desses “meninos” no trabalho doméstico e reprodutivo. De qualquer forma as escolhas das mulheres impactariam toda a sociedade.

Vimos que o DNL projeta uma temporalidade que tem um passado, com empregos cômodos e de baixo impacto, projetando um futuro em que os empregos seriam substituídos por *oportunidades*, *projetos* que fariam parte de uma “nova economia brasileira” [R25]. O futuro contrasta com o passado. Essa oposição temporal descrevemos como processos de metaforização (ZOPPI-FONTANA, 2017a, p. 132). Da mesma maneira, no DNL/gênero identificamos o que chamamos de *metáforas de sucesso*, que funcionam como uma *alegoria de sucesso* que “apazigua a contradição social, metaforizada como uma sequência temporal, na qual o sujeito galga os degraus de uma escala ascendente de realização pessoal, válida para todos e qualquer um”. (Ibidem, p. 140). A partir dessas metáforas de sucesso, constrói-se uma oposição temporal de um antes e um depois que projeta uma possibilidade de se reverter a realidade insatisfatória, ao mesmo tempo em que fornece elementos para aguentá-la, afinal, *vai passar*. A alegoria/metáfora de sucesso tem a própria mulher CEO como sua destinatária privilegiada, funciona assim como um espaço de identificação, produzindo subjetivação.

Nas *metáforas de insucesso* não se tem a mulher-trabalhadora como destinatária nem se apresenta como um espaço de identificação para ela. Trata-se de uma prática perversa das empresas, que sob a alegoria do sucesso simulam, silenciam as possibilidades de insucesso,

e, portanto, sonegam da mulher a possibilidade de avaliar os riscos de analisar estruturalmente as razões de um eventual fracasso. É nesse sentido que dizemos que o DNL/gênero é perverso e cínico: “esse cinismo não é uma postura direta de imoralidade; mais parece a própria moral posta a serviço da imoralidade” (BALDINI, 2012, p. 107, *apud*. ZOPPI-FONTANA, 2017a, p. 148). E da mesma forma que as metáforas de sucesso, projeta-se um futuro melhor, que se espera viável.

Em relação à temporalidade do DNL/gênero descrevemos não só processos de metaforização, como também processos de metonimização (Loc. cit.) que estabelece um contínuo entre um ideal de maternidade e uma trabalhadora idealizada que traria as competências inerentes à maternidade. Essas temporalidades se constituem no efeito do discurso do empreendedorismo. Como vimos no recorte acima [R77], em que à trabalhadora caberia perguntar se o seu trabalho faz os outros felizes.

Considerações particulares

Deus é Mãe
E todas as ciências femininas.
(Elza Soares, “Deus há de ser”)¹⁶²

Uma vez que se passou a usar a desinência no feminino para marcar a (possibilidade) da presença da mulher no mercado de trabalho em altos cargos, a pretensa marcação neutra no masculino perde sua pretensão e marca a exclusão que outrora era camuflada pela regra normativa da língua que prevê a desinência no masculino para designar não só homens, mas também as mulheres. A evidência da diferença que a flexão no feminino acarreta tem implicações sociais que não são revertidas senão pela força coercitiva que obrigasse-nos a voltar décadas para trás nos direitos e conquistas das mulheres. Que possa haver movimentos nesse sentido, parece-nos ser a tentativa de conter as irreversíveis conquistas em relação às questões de gênero e de raça. E se vamos falar em desinência que evidenciam a diferença, vamos projetar essa diferença gramatical para possibilidades futuras, afinal, a mudança é feminina, assim como a luta e a revolução. E a história, apesar das fortes tentativas, não anda para trás!

¹⁶² Música do álbum de Elza Soares, “Deus é mulher”, lançado em maio de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte, MG: Justificando, 2018.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 2003 [1985].
- _____. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª edição, São Paulo, SP: Boitempo, 2020.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. “Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro” em *Letras de hoje*, Porto Alegre, RS, v. 34, no. 2, p. 7-30, junho de 1999.
- AZEVEDO, Aline Fernandes de. Sentidos do corpo: metáfora e interdiscurso. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2014.
- BARONAS, Roberto Leiser. “Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e Foucault” em **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Ediotres, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo, SP: Difusão européia do livro, 1970.
- _____. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2005[1947].
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. rev. e ampl. 14ª. Reimpr. Rio de Janeiro, RJ: Editora Lucerna, 2004.
- BOITO, Armando. “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil”. em: Gerardo Caetano. (Org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. 1ed. Buenos Aires, AR: Clacso, v. 1, p. 271-297. 2006.
- _____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo, SP: Xamã editora, 1999.

_____ “Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil”. *Crítica Marxista*, São Paulo, SP: Brasiliense, v.1, n.3, p.80-105, 1996.

BOMBARDELLI, Joel **Sujeito, sociedade, neoliberalismo e sentido no discurso da contabilidade** tese Pouso Alegre, MG: UNIVAS, 2019.

CASSANA, Mônica. “Os deslizamentos de sentido: efeitos metafóricos e metonímicos no discurso do corpo” em *Periódicos UNIFAP*, Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/viewFile/2999/pdf> Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder, uma análise da mídia**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. “O discurso inatingível : marxismo e lingüística (1965 – 1985)”. Trad. Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, RS, nº 6, p. 5-18, 1999.

_____ **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2006.

_____ **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009 [1981].

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**, 2003 [1859], p. 272)

DAVIS, Angela. **Mulheres. Raça e Classe**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

DELA-SILVA, Silmara. “Dos discursos em seu funcionamento: a mídia, o trabalho, o trabalhador”. *Entremeios* [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 20, Especial, Dossiê “Língua, discurso e trabalho na contemporaneidade”, p. 15-28, dez. 2019.

ERICSON, Sóstenes. **Desalento: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho**. *Entremeios* [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 20, Especial, Dossiê “Língua, discurso e trabalho na contemporaneidade”, p. 45-60, dez. 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro, RJ: Malê, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, SP: Elefante, 2017.

_____ **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo, SP: Elefante, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008 [1979].

FRASER, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”, em: *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009

GUILBERT, Thierry. **L’“évidence” du discours néolibéral: analyse dans la presse écrite**. Broissieux: Édition du Croquant, 2011.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso” em BARONAS, Roberto Leiser (org) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, p. 9-31, 2007 [1971].

HIRATA, Helena; KERGOAT Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho” em *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez., p. 595-609, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, Freda. “As determinações da prática discursiva da escrita” em *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 12 - n. 1 - p. 30-47 - jan./jun. 2016.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2007 [1972].

LAGAZZI, Suzy. “O significante em metáfora no movimento metonímico da falta” em **Indizível, Ininteligível e Imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos**. B.Mariani, C.B.Moreira, J.P.Dias, M.Beck (orgs.). Rio de Janeiro: EDUFF, p.203-213, 2016.

_____ “O recorte significativo na memória” em: O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras. F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (orgs.). São Carlos: Claraluz, p.67-78, 2009.

LAVADO, Joaquin Salvador (QUINO). **Toda Mafalda**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995, p.31.

MALDIDIER, Denise **A inquietação do discurso** – (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003

MARIANI, Bethania. “Silêncio e metáfora, algo para se pensar” em Anais do SEAD, 2004. Disponível em:

<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/BethaniaMariani.pdf>.

_____ **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo, SP: Boitempo, 1998 [1848].

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2013 [1867].

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa, Portugal: Antígona, 2014.

NOGUEIRA, Luciana. **Discurso, sujeito e relações de trabalho**: a posição discursiva da Petrobras. 2015. 314 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270660>>. Acesso em: 07/05/ 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli, “A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil” em Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002a

_____ **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes 2002b

_____ **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp 2002c [1992]

_____ **Terra à vista!**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp 1990.

_____ Recortar ou segmentar? In: *Linguística*: Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, p. 09-26, 1984.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. em: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. p.163-252, 1997 [1975].

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso (AAD-69)” em: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. p. 61-161, 1997[1969].

_____ **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp 2009 [1975].

_____ “Metáfora e Interdiscurso” em **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 151-161, 2011 [1984].

_____ “Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais” [1976] em **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 231-249, 2011 [1976].

_____ “Foi “propaganda” mesmo o que você disse?” [1979], em **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 73-92, 2011 [1979].

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SAFFIOTTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SARAMAGO, José. **A Caverna**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2000 [1975].

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. 2ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1989.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela; CESTARI, Mariana Jafet. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. In: RUA [online]. 2014

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela; FERRARI, Ana Josefina “Uma análise discursiva das identificações de gênero” em **Mulheres em Discurso** volume 1 e 2, p. 7-20, 2017.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela, “Domesticar o acontecimento. Metáforas e metonímias do trabalho doméstico” em **Mulheres em Discurso**: identificações de gênero e práticas de resistência, vol. 2, p. 123-159, 2017a.

_____ “Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência”.
Em: *Conexão Letras*, v. 12, p. 63-71, 2017b.

_____ “A cidade de mexe. Da bicicleta ao cycle chic” em
Cad.Est.Ling., Campinas, SP: 53(2): 179-196, Jul./Dez. 2011.

_____ “Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do
corpus discursivo e sua descrição/interpretação” In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA,
M.R. (orgs). **Sentido e Memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.